

AGENDA XXI LOCAL DE ARRAIOS

PLANO DE ACÇÃO



Lisboa / Arraiolos, Junho de 2005



Fundo Europeu de
Desenvolvimento Regional



Direcção-Geral do
Desenvolvimento Regional



Dirección Gral. de Fondos Comunitarios y
Financiación Territorial

Índice

I – INTRODUÇÃO	3
II – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	13
III – O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO	24
1. AUSCULTAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS	25
2. AUSCULTAÇÃO DA POPULAÇÃO EM GERAL	44
IV – PLANO DE ACÇÃO	46
V – FICHAS DE ACÇÃO	66
VI – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA	123
ANEXOS	139
ANEXO A - FICHA DE ACÇÃO A.1.1. ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO INTEGRADO.....	140
ANEXO B - RELATÓRIO DAS ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO EM TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO	168
ANEXO C - CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES PROPOSTAS PELOS AGENTES	178
ANEXO D - FORMULÁRIO DE INQUÉRITO	196



I - INTRODUÇÃO



«O desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades presentes sem comprometer a capacidade de as gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades» - Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento («Comissão Brundtland»), 1987¹

Após uma fase de intenso crescimento económico, situável entre a segunda metade dos anos 50 e durante toda a década de 60, baseado numa acentuada depredação de recursos e num modelo produtivo fortemente consumidor de energia e com efeitos directos na degradação do ambiente natural, humano e cultural, os anos 70 assistem às primeiras reacções institucionais (institucionais, porque já antes se verificavam movimentos sociais que pugnavam por outros valores mais directamente relacionados com o actual conceito de desenvolvimento), manifestadoras de preocupações sobre a sustentabilidade desse modelo de crescimento económico que não tinha em conta uma atitude de precaução face ao futuro. Deste modo, a preocupação com as questões ambientais surge, de forma mais efectiva em 1972 quando, em Estocolmo, na conferência sobre o Meio Humano, as Nações Unidas lançam o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O conceito/termo desenvolvimento sustentável surge pela primeira vez no relatório *Brundtland* "O nosso futuro comum", elaborado para as Nações Unidas. A partir deste momento as questões ambientais começam então a ser enquadradas, do ponto de vista económico e social, no conceito de sustentabilidade, nomeadamente no que concerne ao legado que as gerações futuras poderão herdar. Em Janeiro de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, 173 Governos assinaram o Plano de Acção das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável no Século XXI, vulgo *Agenda 21* ou *Carta do Rio*. A estratégia exposta nesse documento aponta para uma participação da população e agentes económicos em todo o processo de gestão ambiental, assumindo-se que a problemática da conservação e manutenção dos recursos naturais se relacionam com as questões sociais e económicas.

Ao nível da Comissão Europeia, com o Quinto Programa de Acção Ambiental (1993), iniciaram-se os Programas de incentivo ao desenvolvimento sustentável, instrumentos de política onde se apela às autoridades locais para a urgente resolução dos problemas ambientais através da implementação da "Agenda 21 Local", onde é central a ideia de

¹ In: "Desenvolvimento sustentável na Europa para um mundo melhor: Estratégia da União Europeia em favor do desenvolvimento sustentável", Comissão das Comunidades Europeias, Bruxelas, 15.5.2001 [COM(2001)264 final].



que a eficaz gestão dessa problemática só é possível através de um activo envolvimento e participação das populações.

Em 1994, em Aalborg, na conferência das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis são definidas, no âmbito do documento conhecido como "Carta de Aalborg", as estratégias, a nível europeu, de implementação da "Agenda 21 Local", considerando-se essencial que as autoridades locais, em conjunto com os actores do seu território (empresas, grupos, associações, habitantes, etc.) definam as estratégias de actuação que visem a protecção dos recursos ambientais numa perspectiva de melhoria das condições sociais e económicas.

Em 1996, em Lisboa, numa reunião das Cidades e Vilas Europeias Sustentáveis é emanada a "Carta de Lisboa - da Carta à Acção", assumindo os agentes locais reunidos nessa conferência a necessidade de implementar a carta de Aalborg de 1994. Da reunião de Lisboa sobressai a necessidade de actuar em parceria, no âmbito territorial e transfronteiriço, quer na troca de experiências, quer através do desenvolvimento de estratégias comuns.

A Agenda 21

A "Agenda 21 Local" é uma aplicação específica das estratégias e princípios constantes na *Agenda 21* das Nações Unidas (capítulo 28) a nível local. Por forma a entender os seus princípios fundamentais deveremos reflectir nos conceitos e bases gerais em que este documento está fundado.

A Agenda 21 assenta as suas bases em:

- **Dimensões Sócio-Económicas**
 - Cooperação internacional
 - Combate à pobreza
 - Mudança dos padrões de consumo
 - Dinâmica demográfica e sustentabilidade
 - Protecção e promoção das condições da saúde humana
 - Promoção do desenvolvimento sustentável das comunidades



- Integração entre ambiente e desenvolvimento na tomada de decisões
- **Conservação e Utilização dos Recursos para o Desenvolvimento**
 - Protecção da atmosfera
 - Abordagem integrada do planeamento e da gestão de recursos territoriais
 - Combate à desflorestação
 - Gestão de ecossistemas frágeis:
 - A luta contra a desertificação e a seca;
 - Desenvolvimento sustentável das montanhas
 - Promoção ao desenvolvimento rural e agrícola sustentável
 - Conservação da diversidade biológica
 - Promoção do ensino, consciencialização e formação
 - Mecanismos nacionais e cooperação internacional para fortalecimento institucional nos países em desenvolvimento
 - Acordos institucionais internacionais
 - Instrumentos e mecanismos jurídicos internacionais
 - Informação para a tomada de decisões

A cooperação internacional é um factor chave para a protecção dos Recursos Naturais, já que o problema ambiental não é um elemento isolado, sendo antes um dever de todos e, não apenas, uma responsabilidade institucional.

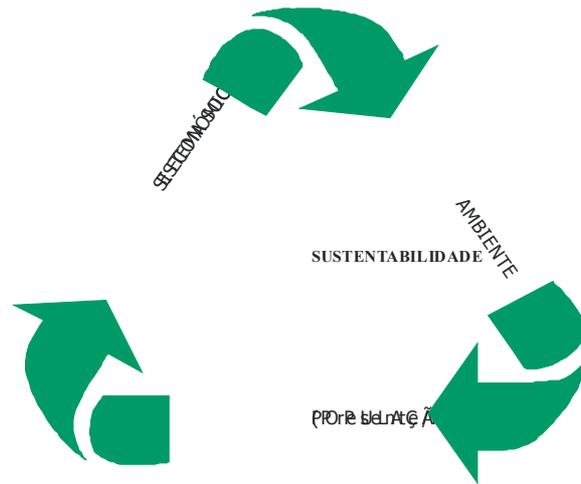
Os recursos naturais, sendo um património comunitário insubstituível, deverão ser protegidos e dignificados como ponto de partida para o desenvolvimento da sociedade. Os Estados, numa perspectiva de dotar as comunidades de condições para o desenvolvimento sustentável, devem definir regras que visem a gestão dos recursos (humanos e naturais) num princípio de equilíbrio e onde a equidade de direitos e deveres devam ser promovidos. A tomada de consciência da necessidade de uma educação para a sustentabilidade (melhorando as garantias de um futuro mais próspero, através da eliminação dos problemas sociais - exclusão e pobreza, por



exemplo) e da promoção da utilização de meios não poluentes (como as energias renováveis e a gestão dos resíduos originados pelas actividades humanas), são factores essenciais para a consolidação de uma economia estável e duradoura respeitadora do ambiente como garantia de um futuro saudável e equilibrado a legar às gerações vindouras. Neste âmbito é essencial o envolvimento dos actores disponibilizando mecanismos que permitam a Coesão Social e a Sustentabilidade Económica, através de uma política de participação e envolvimento que não se consubstancie apenas na desresponsabilização das autoridades ou na publicação de regras jurídicas.

No âmbito da "Agenda 21" foram também assinados 27 princípios onde estão contempladas as preocupações das Nações face àquele que é o nosso lugar, i.e., a Terra onde o Ser Humano, seu habitante, deverá promover e possuir condições para explorar os seus recursos, mantendo-os para gerações futuras, sendo essencial assumir a protecção ambiental como parte integrante do desenvolvimento, promovendo um Mundo sem pobreza e assente na solidariedade entre os Povos, através do desenvolvimento do conhecimento científico, que promoverá tecnologias mais limpas, garantindo o desenvolvimento Humano em equidade e equilíbrio. A cooperação internacional não deverá no entanto ser entendida sem a correcta implementação de políticas de protecção locais e a definição de estratégias que possibilitem um papel activo consciente e regulador por parte do cidadão na protecção e gestão ambiental. Às autoridades locais compete também a criação de mecanismos que, através do princípio do "poluidor-pagador", imponham regras de protecção ambiental que coloquem em igualdade de circunstâncias todos os actores e motivando a defesa do património comum. A Paz entre os Povos e o entendimento e ajuda internacional são factores determinantes para o desenvolvimento sustentável, preservando o ambiente e melhorando a qualidade de vida das populações.





A Agenda 21 Local

A "Agenda 21 Local" deverá definir estratégias de desenvolvimento económico, no respeito pelas populações e do Ambiente, numa perspectiva de sustentabilidade, no princípio geral de Prevenir e proteger no presente para que possa ser usufruído no futuro. No âmbito da "Agenda 21 Local" deveram ser encontradas estratégias de desenvolvimento económico e social numa base de gestão dos recursos existentes, garantindo uma melhoria das condições da qualidade de vida das populações numa atitude abrangente e conciliadora quer ao nível social, económico e ambiental, quer ao nível territorial. As fronteiras territoriais não devem ser entendidas como limites nas intervenções ao nível do desenvolvimento sustentável mas a gestão dos recursos existentes deverá ser equacionado no âmbito territorial abrangente (Localidade, Freguesia, Concelho, Região, País, ..., Planeta).

Para uma maior eficiência da implementação da "Agenda 21 Local" é importante o envolvimento dos actores e agentes locais, não só através da informação que lhes possa ser prestada mas também através da motivação à participação e envolvimento nas acções que possam influir um aumento da qualidade ambiental, a sustentabilidade dos recursos e a melhoria da qualidade de vida das populações.

Os grandes objectivos da "Agenda 21 Local" são a promoção de um Mundo Próspero, Justo, Habitável, Fértil, Partilhado, Limpo e para as Populações de hoje, no respeito pelo passado e com pensamento no futuro. Estando este objectivo assente na necessidade de envolvimento dos Actores Locais, enquanto agentes de



desenvolvimento, deve ser garantida a inclusão da população em geral, no respeito pela sua cultura e forma de encarar o território, consciencializando e motivando a sua participação no respeito pelo ambiente e gestão dos recursos naturais, sociais e económicos, considerados como factores, ou elementos, necessários para o desenvolvimento.

Como actores locais considera-se a população em geral, a indústria e agentes económicos, as organizações e instituições. No âmbito dos actores não pode ser negligenciada a participação e envolvimento das Autarquias que assumem a responsabilidade pela determinação de estratégias de desenvolvimento geral e motivação da participação da população e agentes locais. Respeitar o ambiente localmente é uma forma de contribuir para o bem estar geral da população local, nacional e mundial.



O Concelho de Arraiolos

Situado na NUT III do Alentejo Central, em conjunto com os concelhos de Alandroal, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Sousel, Vendas Novas, Viana do Alentejo e Vila Viçosa, Arraiolos apresenta características típicas de um concelho do interior sul do País.

O Concelho é abrangido por duas grandes áreas de influência urbana: a de Évora (a sul) e a de Estremoz (a oriente). Este posicionamento geográfico tem condicionado o seu desenvolvimento, tanto no que respeita à estruturação dos sectores de actividade económica nele presentes como, conseqüentemente, nas repercussões que tal acarreta relativamente à sua evolução demográfica, económica e social.

Desde os anos 40 que o Concelho vem registando um decréscimo populacional, com destaque para a década de 60/70 em que esse fenómeno foi mais acentuado, chegando-se a 2001 a uma situação em que o envelhecimento e os reduzidos quantitativos demográficos da maior parte das freguesias se constituem como a principal ameaça ao seu processo de desenvolvimento sustentável futuro.

Estamos perante um concelho que no contexto do País manifesta uma forte dominância rural apesar de, em termos relativos, não deixar de ser importante a existência de alguma actividade industrial, mas que aparenta não ser acompanhada por idêntico peso proporcional, pelo menos em termos da composição empresarial, ao nível dos serviços e do comércio. Em termos das dinâmicas sectoriais da população activa de 1991 para 2001, para além do Concelho ter registado uma variação negativa (-0,1%, ao contrário do crescimento registado na Sub-região: +0,6%), assiste-se ainda a um reforço do terciário que é acompanhado por uma diminuição do primário e do secundário, tendo-se também verificado uma maior integração das mulheres no mercado de trabalho. No entanto, são estas mesmas mulheres que mais sofrem os efeitos do desemprego, num contexto em que este indicador regista uma evolução no sentido da sua diminuição, tanto ao nível do Concelho como da Sub-região².

As problemáticas ambientais que assolam muitas áreas do território nacional ainda não se constituem como uma ameaça no Concelho, facto que se reflecte no reduzido significado das áreas de reserva ecológica ou de biótopos em perigo, ainda que não

² No que diz respeito à população empregada remunerada verifica-se uma variação positiva de 1991 para 2001, tanto a nível do Concelho (+1,1%) como na Sub-região (+10,7%). Pelo contrário, no que se refere aos dados da população activa desempregada, deparamo-nos com uma variação negativa nas mesmas duas unidades territoriais (-17,2% Concelho de Arraiolos e -28,1% na Sub-região).



possa descurar-se a necessidade de um ordenamento integrado que, para além de precaver a manutenção sustentada do montado, poderá também abranger a constituição de áreas de reserva especiais que possibilitem a manutenção de recursos faunísticos e florísticos fortemente portadores de valor acrescentado para o incremento de actividades económicas como o turismo, numa óptica de complementaridade “amiga do ambiente”.

Ainda do ponto de vista do ambiente natural, os dados disponíveis mostram que o Concelho está bem apetrechado relativamente a redes de infraestruturas e de equipamentos que garantam a sua protecção ou, pelo menos, a minimização dos impactes negativos resultantes das actividades humanas. Neste particular, e apesar de isso ainda não se configurar como uma área de preocupação premente, talvez sejam apenas de salientar os riscos associados a uma gestão incorrecta dos recursos geológicos (extracção de rochas ornamentais com potencialmente fortes impactes negativos ao nível da paisagem e da contaminação dos aquíferos, por exemplo) e hídricos (existência de muitos, mas pequenos, planos de água, maioritariamente destinados à rega, onde importa minimizar efeitos de eutrofização através da condução de boas práticas agrícolas, por exemplo).

Mas, o concelho de Arraiolos não pode ser visto de forma isolada. De facto, tanto as suas características internas (o sítio) como a sua integração territorial (a posição), são duas faces da sua realidade que interessa considerar de forma integrada. Daí, justificar-se a abordagem, nesta nota introdutória, daquelas que pensamos serem as grandes tendências da dinâmica regional, sobre as quais se deverão ancorar as grandes opções estratégicas que vierem a ser definidas para o Concelho.

O Alentejo encontra-se actualmente numa fase de transição estrutural. Desde logo, perde importância a sua base económica tradicional – a agricultura extensiva, de sequeiro, baseada na grande propriedade - e, conseqüentemente, uma parte muito considerável do coberto vegetal, dos modos de vida, das estruturas de povoamento rural e urbano e ainda das paisagens que se lhe associam.

Este processo é ainda agravado por uma acentuada tendência para o envelhecimento demográfico e pelo avanço, nalguns casos quase dramático, dos fenómenos de desertificação biofísica e humana.





II – SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO



O Concelho de Arraiolos, não apresentando áreas significativas de reserva ecológica, biótopos em perigo ou poluição excessiva, está ainda afastado das problemáticas ambientais que assolam muitas áreas do território nacional.

Inserido na grande unidade morfo-estrutural do Maciço Antigo, o Concelho apresenta um solo rico em xisto com uma morfologia pouco acentuada e integrado nas bacias hidrográficas do Tejo e Guadiana. A Água assume-se como um recurso bastante importante, dado o elevado número de planos de água numa Região onde, apesar de tudo, se correm sérios riscos de desertificação.

Uma presença constante de montados de sobro e azinheira, característica da região, obrigam a um especial cuidado devido à protecção destas espécies; no entanto, devido à sua ocupação não muito densa, deixam em aberto usos coordenados que potenciando a sua protecção podem gerar oportunidades outras de desenvolvimento.

O Concelho detém valores patrimoniais que interessa preservar e abordar numa perspectiva operacional, enquanto veículo de construção da identidade (local e regional) e enquanto recurso predominantemente virado para o exterior.

No contexto do Continente, Arraiolos faz parte de um grupo de concelhos rurais onde predomina um povoamento sem a presença de grandes centros urbanos, com elevados níveis de envelhecimento dos seus residentes e problemas no âmbito das qualificações dos activos; no entanto, também nestes concelhos se verifica a ocorrência de algumas situações muito positivas do ponto de vista social e da oferta de serviços e equipamentos fortemente portadores de elevados padrões de qualidade de vida.

À escala regional, Arraiolos surge no grupo dos "concelhos mais rurais", em oposição a um pequeno conjunto de concelhos que se destacam por apresentar características mais urbanas.

Relativamente à realidade identificada para o conjunto dos concelhos do Continente, Arraiolos surge com situações mais negativas sobretudo nos domínios do povoamento, da demografia e dos rendimentos. No entanto, em oposição, também surge mais positivo em domínios como os do emprego, das condições habitacionais, do grau de equipamento das suas freguesias, dos handicaps socioculturais e das condições de escolarização dos residentes.

Relativamente à Região, mantém-se no geral um padrão de diferenciação idêntico ao



do Continente, mas agora com o acréscimo de um leque mais diversificado de situações mais positivas que passam a incluir, de forma mais vincada, as dimensões das actividades económicas e da protecção social.

Pesem embora debilidades estruturais que podem comprometer o desenvolvimento de Arraiolos, nomeadamente ao nível da demografia e dos rendimentos, pensamos que a situação do Concelho é, apesar de tudo, propiciadora de razoáveis condições favorecedoras de elevados níveis de multiplicação dos investimentos que vierem a ser enquadrados nas acções que resultarem das propostas a preconizar pela Agenda XXI Local.

O concelho de Arraiolos mantém a tendência para a desertificação que já demonstrava na década anterior. Continua a perder população e em 2001 é um concelho com menos população do que registava em 1900.

A emigração e os movimentos migratórios internos para os grandes centros urbanos foram responsáveis por saldos migratórios negativos, mas também por alterações nas taxas de natalidade, que se reduziram bastante, devido à saída de população em idade de procriar (activos homens numa primeira fase, e ambos os sexos posteriormente).

As taxas de mortalidade superam as de natalidade e tanto o saldo natural como o migratório são negativos.

Não tendo conseguido alterar esta situação e atrair novos residentes, a estrutura da população do Concelho é, assim, duplamente envelhecida, já que a progressiva redução do número de crianças e jovens é acompanhada por um acentuado acréscimo de idosos.

A diminuição do número de famílias acompanha a diminuição da população, mas o mesmo não se verifica com o número de alojamentos, cujo aumento tem correspondência no crescimento do uso sazonal ou secundário (taxa de crescimento de 54,9%, de 1991 para 2001). É de equacionar se estará aqui uma das formas de se tentarem inverter algumas tendências e criar novas dinâmicas promotoras de algum desenvolvimento local³.

O povoamento assenta num número muito reduzido de lugares, de pequena dimensão, onde a sede de Concelho concentra 32% da população concelhia, no único lugar que

³ A questão da residência secundária levanta problemas de desenvolvimento que importa discutir, dado que a sazonalidade não se compadece, por exemplo, com uma utilização rendível das infraestruturas.



ultrapassa os 2000 habitantes.

A autarquia garante uma cobertura da Rede de Águas e Saneamento que abrange a totalidade da população concelhia (no que respeita às redes) e a quase totalidade dos efluentes urbanos produzidos são encaminhados para sistemas de tratamento. Este factor evidencia a capacidade de resposta da edilidade não só face às garantias de qualidade de vida dos habitantes mas também no capítulo da gestão ambiental e protecção deste recurso vital.

O perfil por ramos de actividade do Concelho não se afasta de forma muito significativa daquele que se verifica nas unidades territoriais retidas para comparação (País, Região e Sub-região). No entanto, os valores absolutos envolvidos no caso de Arraiolos são manifestamente baixos, remetendo esta observação preliminar para uma área de preocupação onde o reforço da composição industrial ao nível do incremento do número de empresas deve ser central.

A importância do sector agrícola no Concelho, para além de relevante tanto em termos de empresas (19,3% do total) como do emprego (19,5%), manifesta um relativo dinamismo. A maior debilidade da base económica concelhia situa-se ao nível das empresas de serviços de apoio à actividade económica, facto que desde logo denuncia outras fragilidades ao nível da estruturação dos restantes ramos de actividade.

Em termos relativos, o comércio domina a composição empresarial de todas as freguesias, com excepção de Santa Justa, onde apenas surgem empresas ligadas à agricultura e à restauração, enquanto a indústria surge mais representada, e por esta ordem, nas freguesias de São Gregório, Sabugueiro e Vimieiro.

Entre os últimos dois censos verificou-se um aumento da taxa de actividade, acompanhado de uma diminuição da taxa de desemprego. No entanto, o concelho apresenta, na generalidade dos indicadores, uma situação mais desfavorável do que a Sub-região em que se insere e, especialmente, do que o conjunto do Continente. A estrutura etária envelhecida reflecte-se no peso dos reformados entre a população inactiva e num certo envelhecimento da população activa.

A freguesia de Arraiolos destaca-se pela positiva, nas características e dinamismo do emprego.

As matrizes seguintes correspondem a um primeiro exercício de identificação dos pontos fortes/fracos e oportunidades/ameaças que a equipa pensa configurar,



respectivamente, as componentes interna e externa do diagnóstico.

As fases seguintes da Agenda XXI Local permitirão, por um lado, enriquecer aquelas matrizes e, por outro, mobilizar vontades e desenhar acções concretas tendo em vista a superação dos pontos fracos e a maximização dos pontos fortes, bem assim como o combate às ameaças e o aproveitamento das oportunidades.

Deste modo, o diagnóstico a seguir apresentado deve ser visto numa perspectiva dinâmica e aberta, sendo por isso fundamentais os contributos, a produzir nas fases subsequentes, não só dos *stakeholders* locais, mas também das entidades regionais.



MATRIZ DE DIAGNÓSTICO – PONTOS FRACOS / PONTOS FORTES

Domínios		Pontos fracos	Pontos fortes
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	Arraiolos no Continente	Integrado no mundo rural tradicional com debilidades ao nível dos indicadores de rendimento e das condições sociais da população.	Posicionamento mais favorável no contexto dos concelhos que constituem o grupo onde se integra Arraiolos.
	Arraiolos na região do Alentejo	Grupo dos concelhos mais rurais da região com deficiências ao nível da escolarização, das qualificações e dos rendimentos.	Posicionamento mais favorável do concelho no contexto das características do grupo onde se integra.
RECURSOS HUMANOS	Demografia Evolução da população Estrutura demográfica	Perda de população desde os anos 40, altura em que se registou o valor mais elevado de residentes. Estrutura demográfica progressivamente mais envelhecida (duplo envelhecimento).	-
	Condições sociais Escarização da população residente Estrutura familiar	Elevada taxa de analfabetismo e baixos níveis de instrução. Estruturas familiares com elevada incidência de idosos a viver sós.	Analfabetismo e graus de instrução apesar de tudo mais favoráveis no concelho comparativamente àqueles que apresentam características semelhantes no contexto do Continente e da Região.

(continua)

MATRIZ DE DIAGNÓSTICO – PONTOS FRACOS / PONTOS FORTES (continuação)

Domínios		Pontos fracos	Pontos fortes
ESTRUTURA DO POVOAMENTO E REDE DE AGLOMERADOS	Estrutura do povoamento	Existência de lugares com um número muito reduzido de habitantes ou isolados, o que inviabiliza a localização de actividades e de equipamentos em condições, pelo menos, eficientes (limiares de rendibilidade).	Tendência para a concentração do povoamento, o que se constitui como um ponto forte na óptica da obtenção de massas críticas de população necessárias à viabilização, em moldes rendíveis, de actividades, equipamentos e infraestruturas.
	A rede de aglomerados <i>Alojamentos e edifícios Aglomerados</i>	Sabugueiro, Santa Justa e Vimieiro registam perda de alojamentos. Estruturas urbanas pouco consistentes e, nalguns casos, com barreiras à sua expansão.	Crescimento do nº de alojamentos em Arraiolos, Igreja, S. Gregório e Gafanhoeira. Ambiência rural dos lugares com preservação da sua identidade.
RECURSOS NATURAIS	Relevo, Hidrografia e Geologia	-	Relevo pouco acidentado, grande número de planos de água e uma estrutura geológica propiciadora de recursos passíveis ou em exploração.
	Biótopos e Recursos Cinegéticos e Haliêuticos	Falta de instrumentos de regulação visando a protecção de alguns sectores paisagísticos do Concelho.	Áreas que apresentam um grau de sensibilidade muito baixo ou mínimo. As pressões ambientais no concelho não se apresentam significativas, ou problemáticas. Abundância de recursos cinegéticos.
	Uso do solo	Algum desajustamento entre a vocação dos solos e a sua ocupação agrícola.	Montado preservado em condições de exploração.
	Indicadores do papel da autarquia na protecção ambiental	Evolução negativa da relação entre caudais produzidos e tratados.	Elevadas taxas de cobertura da população residente por infraestruturas de saneamento e tratamento de resíduos.

(continua)



MATRIZ DE DIAGNÓSTICO – PONTOS FRACOS / PONTOS FORTES (continuação)

	Domínios	Pontos fracos	Pontos fortes
RECURSOS ECONÓMICOS	População activa e emprego <i>Caracterização da população activa e população empregada</i> <i>Deslocações pendulares</i>	Taxas de dependência elevadas (activos/inactivos) e muito baixa taxa de cobertura dos pensionistas pela população empregada.	Aumento da taxa de actividade e diminuição do desemprego, de 1991 para 2001. Capacidade de retenção das deslocações da população activa e estudantes por parte das freguesias mais populosas.
	As empresas <i>A estrutura empresarial do Concelho no País e na Região</i> <i>A estrutura empresarial das freguesias</i>	Estrutura empresarial débil e pouco diversificada. Incipiente desenvolvimento dos serviços de apoio às empresas. Fortes desequilíbrios entre a estrutura empresarial das várias freguesias.	Existência de algumas empresas que se destacam pelos elevados volumes de vendas, nomeadamente nos ramos da indústria alimentar e fabricação de máquinas e equipamentos. Alguns dinamismo no sector agrícola.
	Análise do desemprego	O Concelho apresenta, na generalidade dos indicadores, uma situação mais desfavorável do que a Sub-região em que se insere e, especialmente, do que o conjunto do Continente. Taxas de desemprego mais elevadas no conjunto dos activos femininos.	-
PATRIMÓNIO	Património edificado	Degradação de alguns elementos patrimoniais.	Interessante património histórico edificado. Património cultural com elevado potencial.



MATRIZ DE DIAGNÓSTICO – AMEAÇAS / OPORTUNIDADES

	Domínios	Ameaças	Oportunidades
ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	Arraiolos no Continente	Difusão dos valores urbanos e perda da identidade local.	<p>Maior integração do Concelho na rede nacional de acessibilidades e consequente melhoria das suas vantagens locais.</p> <p>Aumento do mercado de consumo de produtos locais genuínos.</p>
	Arraiolos na Região do Alentejo	Riscos de polarização pelos centros urbanos mais próximos com consequências ao nível do aumento da dependência da sustentabilidade local.	Posição de interface entre a Área Metropolitana de Lisboa, Évora e a Estremadura espanhola.
RECURSOS HUMANOS	Demografia <i>Evolução da população</i> <i>Estrutura demográfica</i>	Forte redução demográfica com consequências num progressivo envelhecimento da população e perdas de massas críticas que viabilizem novas actividades e consequente aumento dos rendimentos.	Acções visando a atracção de população jovem, sobretudo com origem em Évora, onde, por exemplo, se verificam alguns problemas ao nível da oferta de habitação.
	Condições sociais <i>Escolarização da população residente</i> <i>Estrutura familiar</i>	<p>Incapacidade de aumentar os níveis de escolarização e qualificação dos residentes.</p> <p>Desagregação familiar com aumento da representação das famílias apenas com um idoso.</p>	Aumento da oferta de formação profissional e certificação de competências visando a população mais jovem em domínios articulados com a inovação na base económica local.

(continua)

MATRIZ DE DIAGNÓSTICO – AMEAÇAS / OPORTUNIDADES (continuação)

Domínios	Ameaças	Oportunidades	
ESTRUTURA DO POVOAMENTO E REDE DE AGLOMERADOS	Estrutura do povoamento	Aumento da população isolada.	Concentração do povoamento, com obtenção de maiores níveis de rendibilidade no uso do existente ou na viabilização de novas infraestruturas, equipamentos e actividades.
	A rede de aglomerados <i>Alojamentos e edifícios</i> <i>Agglomerados</i>	Esvaziamento populacional dos pequenos aglomerados e degradação das infraestruturas de suporte e parque edificado.	Aproveitamento do parque edificado para o desenvolvimento turístico ou residência secundária ou, ainda, para a promoção de maiores níveis de interacção espacial com Évora (promoção de espaços habitacionais de qualidade).
RECURSOS NATURAIS	Relevo, Hidrografia e Geologia	Aumento dos níveis de eutrofização das águas das albufeiras. Depredação dos recursos minerais. Degradação dos recursos paisagísticos.	Potencial associado ao aproveitamento dos planos de água. Possibilidades de expansão das actividades extractivas.
	Biótopos e Recursos Cinegéticos e Haliêuticos	Eventuais riscos de degradação dos recursos faunísticos e florísticos derivada de uma incorrecta gestão e ordenamento.	Elevado potencial de aproveitamento dos recursos cinegéticos e haliêuticos. Criação de mecanismos de protecção paisagística na Ribeira do Divôr e Ribeira de Tera (Vimieiro).
	Uso do solo	Riscos de contaminação química dos solos e dos aquíferos derivados de incorrectas práticas agrícolas.	Protecção ambiental baseada na condução de boas práticas agrícolas. Condições para uma exploração sustentada do montado.
	Indicadores do papel da autarquia na protecção ambiental	Riscos de incapacidade de o tratamento acompanhar o aumento dos caudais de efluentes.	Capacidade de oferta de um bom ambiente urbano por via dos investimentos efectuados em sistemas de saneamento, recolha selectiva e tratamento de resíduos.

(continua)



MATRIZ DE DIAGNÓSTICO – AMEAÇAS / OPORTUNIDADES (continuação)

Domínios	Ameaças	Oportunidades
<p>RECURSOS ECONÓMICOS</p>	<p>População activa e emprego</p> <p><i>Caracterização da população activa e população empregada</i></p> <p><i>Deslocações pendulares</i></p>	<p>Forte redução dos activos e prováveis riscos de degradação das condições económicas das famílias, num contexto de elevada dependência dos regimes de prestações sociais.</p>
	<p>As empresas</p> <p><i>A estrutura empresarial do Concelho no País e na Região</i></p> <p><i>A estrutura empresarial das freguesias</i></p>	<p>Concorrência estrangeira, sobretudo no domínio do têxtil (tapetes).</p> <p>Não intensificação da promoção de acções visando a certificação e a valorização dos produtos artesanais (nas áreas do calçado, do têxtil, da cortiça e do artesanato alimentar).</p>
	<p>Análise do desemprego</p>	<p>Aumento do desemprego, sobretudo entre as mulheres, e dos níveis de empregabilidade da população activa.</p>
<p>PATRIMÓNIO</p>	<p>Património edificado</p>	<p>Riscos de degradação do património edificado.</p>
		<p>Aumento da interacção espacial com Évora e promoção de serviços de transporte indutores de atracção sobre população e actividades.</p> <p>Reforço da oferta de espaços infraestruturados e com qualidade urbanística para a localização de actividades económicas.</p> <p>Acções visando a instalação de serviços de apoio à actividade económica.</p> <p>Implementação do projecto integrado da Tapeçaria (Centro do Tapete, Museu do Tapete, Oficinas Residenciais) com reforço da sua vocação para a inovação no produto (design e novos materiais) e no processo de produção.</p> <p>Indícios de modernização do sector agrário com investimentos em produtos locais específicos.</p> <p>Promoção de iniciativas de criação do próprio emprego, de reconversão profissional e de requalificação dos activos desempregados.</p> <p>Valores patrimoniais com elevado potencial de aproveitamento no suporte a outras actividades, com destaque para o turismo.</p>



III – O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE ACÇÃO



1. AUSCULTAÇÃO DOS AGENTES LOCAIS

A realização de um conjunto de entrevistas a entidades locais (empresas, autarquias e associações e outras entidades sem fins lucrativos) contribuiu para fundamentar uma visão mais próxima das dinâmicas sócio-locais e das capacidades endógenas para desencadear processos de aproveitamento de recursos de vária índole existentes no Concelho. Do mesmo modo, resultou como essencial, o atender a processos anteriormente implementados que, visam igualmente um planeamento integrado e desenvolvimento sustentado, e que *per si*, resultaram em documentos, tais como sejam o Plano de Desenvolvimento Social da Rede Social.

1. Introdução

No âmbito das acções de participação dos agentes, foram promovidas reuniões sectoriais com as entidades representadas no Gabinete Estratégico (GE), constituído para acompanhar o processo de elaboração e implementação da Agenda XXI Local.

Sendo o GE composto por representantes de 27 entidades, estas foram agrupadas, para efeitos de realização das reuniões acima referidas, em 3 conjuntos: i) entidades de direito público (autarcas); ii) entidades sem fins lucrativos (associações e IPSS); iii) empresas. No geral, os níveis de participação ficaram aquém das expectativas iniciais, pelo que se decidiu alargar o leque de pessoas a envolver aos técnicos municipais.

As reuniões tiveram uma ordem de trabalhos comum: i) apresentação sumária do documento de síntese do diagnóstico⁴; ii) preenchimento de um formulário tendente a detectar opiniões e expectativas dos agentes sobre o futuro do Concelho (diagnóstico prospectivo)⁵; iii) conclusões e discussão sobre os principais problemas que afectam cada um dos sectores envolvidos no GE.

As reuniões decorreram nos dias 6, 7 e 8 de Julho de 2004, entre as 21 e as 23 horas, nas instalações do Gabinete de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial, em Arraiolos.

Foi ainda elaborado um documento de trabalho contendo um primeiro tratamento do conjunto de propostas formuladas pelos inquiridos no decurso do processo de

⁴ Sumária, porque se pressupunha que as mesmas entidades já tinham estado presentes na sessão de apresentação pública dos resultados da 1ª fase da Agenda XXI Local.

⁵ Formulário em anexo a este documento.



auscultação que teve lugar no Verão de 2004. Este tratamento surgiu na sequência da última reunião do grupo técnico de trabalho (técnicos da Geoideia, da Câmara Municipal de Arraiolos e da ONGD Monte).

Os resultados obtidos irão estruturar a árvore de objectivos associados aos eixos e medidas que enformarão o Plano de Acção da Agenda XXI Local.

Como nota prévia convém referir que quando confrontados com a proposição de acções concretas para a ultrapassagem dos pontos fracos ou potenciação dos pontos fortes, os inquiridos manifestaram, por vezes, dificuldades nessa concretização, pelo que surgem propostas de acções que mais se identificam com objectivos ou com “desejos” do que propriamente com formas de superar ou potenciar as debilidades ou fortalezas diagnosticadas pelos próprios. No entanto, entendeu-se que era de manter toda a variedade de sugestões ou opiniões, todas elas a seguir designadas como “propostas”.

2. Níveis de participação

Como já se referiu, os níveis de participação, no geral, ficaram bastante aquém das expectativas iniciais, sobretudo por se tratar de entidades que voluntariamente se associaram ao gabinete Estratégico.

Por forma a colmatar aquela lacuna, decidiu-se alargar aos técnicos municipais a aplicação do formulário de auscultação das opiniões sobre o futuro do Concelho (diagnóstico prospectivo) aos técnicos municipais.

No total, apuraram-se 30 formulários devidamente preenchidos, repartidos do seguinte modo pelos 3 tipos de entidades:



GRAU DE ENVOLVIMENTO DOS AGENTES LOCAIS

Tipo de entidade	Questionários válidos	
	N.º	%
Entidades de direito público (autarcas e técnicos municipais)	17	56,7
Entidades sem fins lucrativos (associações e IPSS)	9	30,0
Empresas	4	13,3
TOTAL	30	100,0

3. Metodologia

Os intervenientes nas reuniões foram confrontados com uma listagem de 26 temas ou áreas-problema, sendo-lhes pedido que escolhessem os 10 que consideravam mais importantes para o futuro do Concelho, tanto do ponto de vista positivo (o futuro irá ser melhor), como negativo (o futuro irá ser pior). Caso considerassem que haveria algum tema não contemplado na listagem apresentada e que considerassem importante, era dada a possibilidade de o acrescentarem. Tal não se veio a verificar.

Os dez temas escolhidos foram depois classificados (+ ou -) e pontuados (entre 1 e 5) de acordo com a percepção do seu grau de importância para o futuro do Concelho.

Apesar de os participantes não disporem dessa informação, o modelo conceptual associado à organização dos 26 temas tem em conta 5 grandes domínios de intervenção:

- 1) Economia – englobando as perspectivas de desenvolvimento das actividades agrícola e turismo, a estrutura empresarial local, tanto do ponto de vista da sua composição e estrutura, como das condições objectivas para o seu desenvolvimento (desenvolvimento tecnológico, captação de investimentos e oferta de serviços de apoio) e, ainda, a componente externa associada à sua capacidade de internacionalização.
- 2) Ambiente – neste âmbito, o ambiente é entendido, tanto do ponto de vista das condições físicas (recursos naturais e ambientais), como das que se relacionam com a qualidade de vida dos cidadãos (ordenamento e urbanismo, condições sociais e qualidade dos serviços públicos).
- 3) Equipamentos e infraestruturas – este domínio engloba uma maior variedade



de temas, alguns a ele directamente ligados, como os equipamentos sociais, desportivos e culturais e, outros, a ele ligados de forma mais ou menos indirecta, como é o caso do sistema de transportes, em cuja composição a infraestrutura é apenas uma parte.

- 4) Emprego e formação – a inclusão de algumas das condições de empregabilidade⁶ dos residentes (emprego/desemprego e qualificações), bem assim como o acesso ao ensino e à formação, são os principais aspectos cobertos neste domínio.
- 5) Cooperação – a vida associativa, a constituição de parcerias e o relacionamento entre os vários agentes locais, são os principais aspectos contemplados neste domínio.

MODELO ANALÍTICO ASSOCIADO AO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO

Domínios	Áreas-problema	Forma abreviada utilizada nos gráficos e quadros
Economia	Desenvolvimento turístico	Des. Turístico
	Investimentos privados a captar para o concelho	Inv. Priv. a captar
	Desenvolvimento agrícola	Desenv. agrícola
	Desenvolvimento tecnológico e inovação	Desenv. Tecn. e Inov.
	Situação das empresas localizadas no concelho	Situação Emp. Loc. Conc.
	Diversificação da estrutura produtiva	Diversif. Estrut. Produtiva
	Oferta de serviços de apoio às empresas	Oferta Serv. de Apoio Emp.
	Internacionalização da economia	Internacionali. Economia
Ambiente	Recursos naturais e ambientais	Rec. Nat./Amb.
	Qualidade urbanística	Qualidade urbanística
	Qualidade dos serviços públicos	Qualidade Serviços Públic.
	Ordenamento urbanístico e territorial	Ordenamento Urban./Territ.
	Marginalização e exclusão social	Marginalização/Exclu. Soc.
	Criminalidade e insegurança	Criminalidade e Inseg.

(continua)

⁶ O conceito de empregabilidade relaciona-se, não apenas com o acesso ao emprego mas, também, com a qualidade associada a esse emprego (níveis salariais, condições de progressão na carreira, estabilidade, acesso a formação profissional, etc.).



MODELO ANALÍTICO ASSOCIADO AO PROCESSO DE AUSCULTAÇÃO (CONTINUAÇÃO)

Domínios	Áreas-problema	Forma abreviada utilizada nos gráficos e quadros
Equipamentos e infraestruturas	Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	Equip./Serv. Sociais
	Equipamentos e serviços culturais e desportivos	Equip./Serv. Cult./Desp.
	Posição geoestratégica e acessibilidades externas	Posição Geoest./Acess. Ext.
	Sistema de transportes	Sistema de Transportes
	Localização das principais infraestruturas logísticas	Loc. Princ. Infra. Logísticas
Emprego e formação	Dinâmicas de emprego/desemprego	Dinâ. Emp./Desemp.
	Níveis de escolaridade e qualificação da população	Escolar./Qualif. Pop.
	Sistema de ensino e rede escolar	Sist. Ensino/Rede Escolar
Cooperação	Vida associativa e tradições sócio-culturais	Vida Assoc./Trad. Soc.-cult.
	Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	Acção/Relac. dos agentes
	Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector	Parcerias Pub./Priv./T.Sect.
	Cooperação entre agentes económicos e institucionais	Coop. Agentes Eco./Instit.

Numa primeira etapa foram apuradas as áreas-problema ou temas mais referidos pelos participantes. De seguida, foi efectuado o apuramento das pontuações, positivas ou negativas, atribuídas a cada uma daquelas áreas. Por fim, foi efectuado um estudo estatístico no sentido de determinar quais os aspectos que, para além de se constituírem como os de escolha mais frequente, também reuniram um maior consenso em torno do seu grau de importância para o futuro do Concelho.

O exercício efectuado, para além de ser objecto de avaliação por confronto com os resultados do diagnóstico efectuado na 1ª fase da Agenda XXI, constitui-se também como o principal instrumento para o desenho do Plano de Acção, bem assim como para a priorização das acções ou projectos que nele vierem a estar contidos.

Introduzidos os dados dos inquéritos num ficheiro compatível com um Sistema de Gestão de Bases de Dados (SGBD), foram efectuados, entre outros, os apuramentos (frequências simples e relativas) correspondentes às áreas-problema escolhidas pelos inquiridos (tanto de evolução positiva, como negativa), bem assim como a valorização que lhes foi atribuída (cálculo de médias e desvios-padrão).

De modo a ser possível obter-se um quadro sintético que pusesse em evidência o leque de opiniões manifestadas pelos inquiridos, procedeu-se à construção de um "coeficiente de consensualidade da percepção do grau de importância de cada área problema". Este coeficiente foi calculado ponderando a dispersão das valorizações atribuídas a cada uma das áreas-problema pela frequência com que cada uma delas foi



referida pelos inquiridos, de acordo com a seguinte fórmula:

$$c_i = \sqrt{\frac{\sum_{j=1}^n \left(p_{ij} - \frac{\sum_{j=1}^n p_{ij}}{n} \right)^2}{n}} \times \left(\frac{1}{\sum p_{ij}} \right) \times 100$$

Onde:

c - valor do coeficiente obtido para cada área-problema i ;

p - pontuação atribuída a cada área-problema i por cada inquirido j ;

n - número de vezes que a área-problema é citada, e objecto de valorização, pelo conjunto dos inquiridos;

A formulação anterior corresponde à transformação da relação entre desvio-padrão e média (coeficiente de variação) numa relação entre desvio-padrão e somatório das pontuações atribuídas pelos inquiridos a cada uma das áreas-problema.

Tendencialmente, o coeficiente c para a área-problema i terá um valor tanto mais pequeno quanto maior for a valorização atribuída pelos inquiridos e, simultaneamente, menor for a dispersão das suas respostas em termos das pontuações atribuídas. Assim, também quanto menor for o valor de c , maior será o grau de consenso dos inquiridos em torno do grau de importância de cada área-problema para o futuro do Concelho.

4. Resultados

Os quadros seguintes sintetizam os resultados obtidos, devendo realçar-se o facto de, devido ao método utilizado, terem-se considerado apenas as áreas-problema que surgiram com uma frequência de escolha igual ou superior a 10.

Aspectos consensuais de evolução positiva (*)

Áreas-problema	Coefficiente c
Desenvolvimento turístico	0,8
Investimentos privados a captar para o Concelho	1,0
Equipamentos e serviços sociais	1,1
Equipamentos e serviços culturais e desportivos	1,6
Recursos naturais e ambiente	1,6
Qualidade dos serviços públicos	1,8
Desenvolvimento tecnológico e inovação	1,9



Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	1,9
Qualidade urbanística	2,1
Posição geoestratégica e acessibilidades externas	2,4

(*) Corte para 10 ou mais referências. $c = \text{coeficiente de variação} / \text{n}^\circ \text{ de referências} \times 100$

Aspectos consensuais de evolução negativa (*)

Áreas-problema	Coeficiente c
Dinâmicas de emprego/desemprego	0,6
Investimentos privados a captar para o Concelho	1,0
Sistema de Transportes	1,0
Desenvolvimento agrícola	1,4
Diversificação da estrutura produtiva	2,0

(*) Corte para 10 ou mais referências. $c = \text{coeficiente de variação} / \text{n}^\circ \text{ de referências} \times 100$

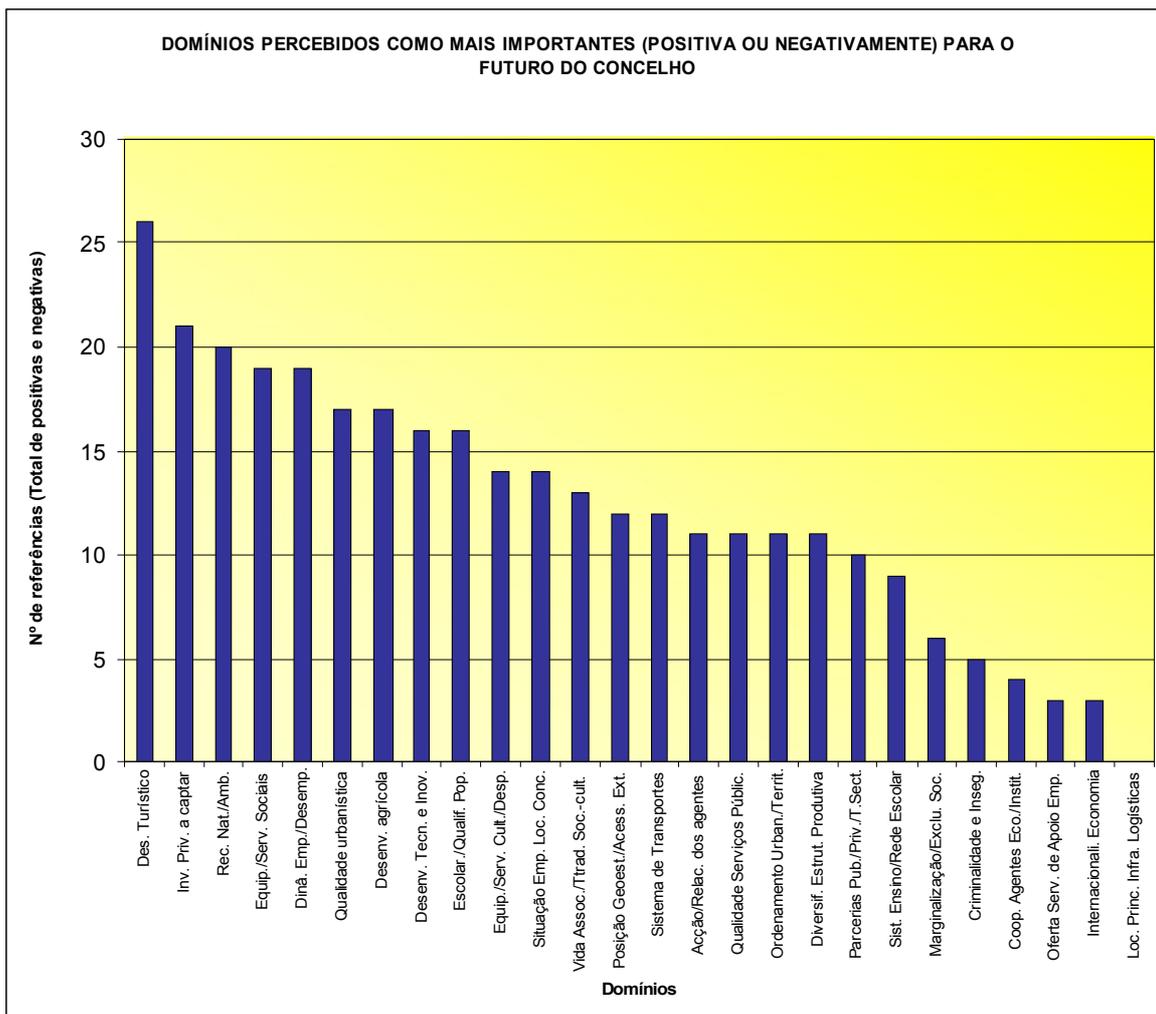
Os resultados apurados mostram de forma clara que existe um grande consenso em torno do entendimento do turismo como opção estratégica para o futuro desenvolvimento do Concelho. Em menor grau, mas também de forma relevante, os inquiridos manifestam-se de forma optimista sobre a evolução futura do investimento privado e dos equipamentos sociais.

Pelo contrário, é notório o pessimismo consensual sobre a evolução do emprego e do desemprego, o mesmo se passando, ainda que de forma menos homogénea, com as questões relacionadas com o investimento privado, o sistema de transportes e o desenvolvimento agrícola.

A área-problema “*Investimentos privados a captar para o Concelho*”, é objecto de uma dupla avaliação por parte dos inquiridos, repartindo-se as opiniões de forma equilibrada e com iguais níveis de homogeneidade interna, entre o optimismo e o pessimismo.

Estes resultados apontam, desde logo, para um diagnóstico prospectivo que privilegia os domínios económico e infraestrutural, sendo percebidas como fundamentais, entre outras, acções incidentes sobre o desenvolvimento turístico, a criação de emprego e a melhoria dos transportes.

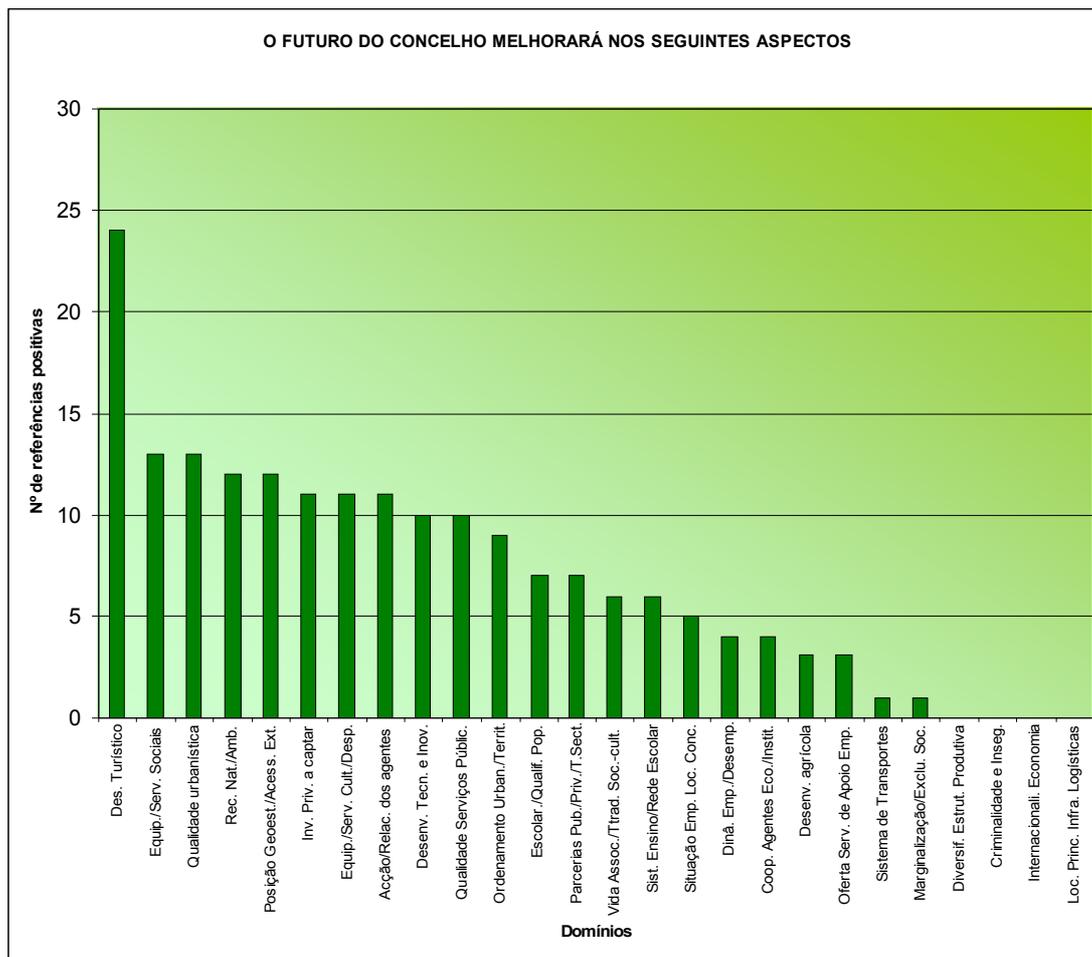




FREQUÊNCIA DE ESCOLHA DOS TEMAS OU ÁREAS-CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO E
 SINAL DOMINANTE

<i>Áreas-problema</i>	<i>N.º de</i>	<i>N.º de</i>	<i>Sinal</i> <i>domi-</i> <i>nante</i>
	<i>escolhas</i> +	<i>escolhas</i> -	
Desenvolvimento turístico	24	2	+
Investimentos privados a captar para o concelho	11	10	+/-
Recursos naturais e ambientais	12	8	+
Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	13	6	+
Dinâmicas de emprego/desemprego	4	15	-
Qualidade urbanística	13	4	+
Desenvolvimento agrícola	3	14	-
Desenvolvimento tecnológico e inovação	10	6	+
Níveis de escolaridade e qualificação da população	7	9	+/-
Equipamentos e serviços culturais e desportivos	11	3	+
Situação das empresas localizadas no concelho	5	9	-
Vida associativa e tradições sócio-culturais	6	7	+/-
Posição geoestratégica e acessibilidades externas	12	0	+
Sistema de transportes	1	11	-
Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	11	0	+
Qualidade dos serviços públicos	10	1	+
Ordenamento urbanístico e territorial	9	2	+
Diversificação da estrutura produtiva	0	11	-
Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector	7	3	+
Sistema de ensino e rede escolar	6	3	+
Marginalização e exclusão social	1	5	-
Criminalidade e insegurança	0	5	-
Cooperação entre agentes económicos e institucionais	4	0	+
Oferta de serviços de apoio às empresas	3	0	+
Internacionalização da economia	0	3	-
Localização das principais infraestruturas logísticas	0	0	+/-

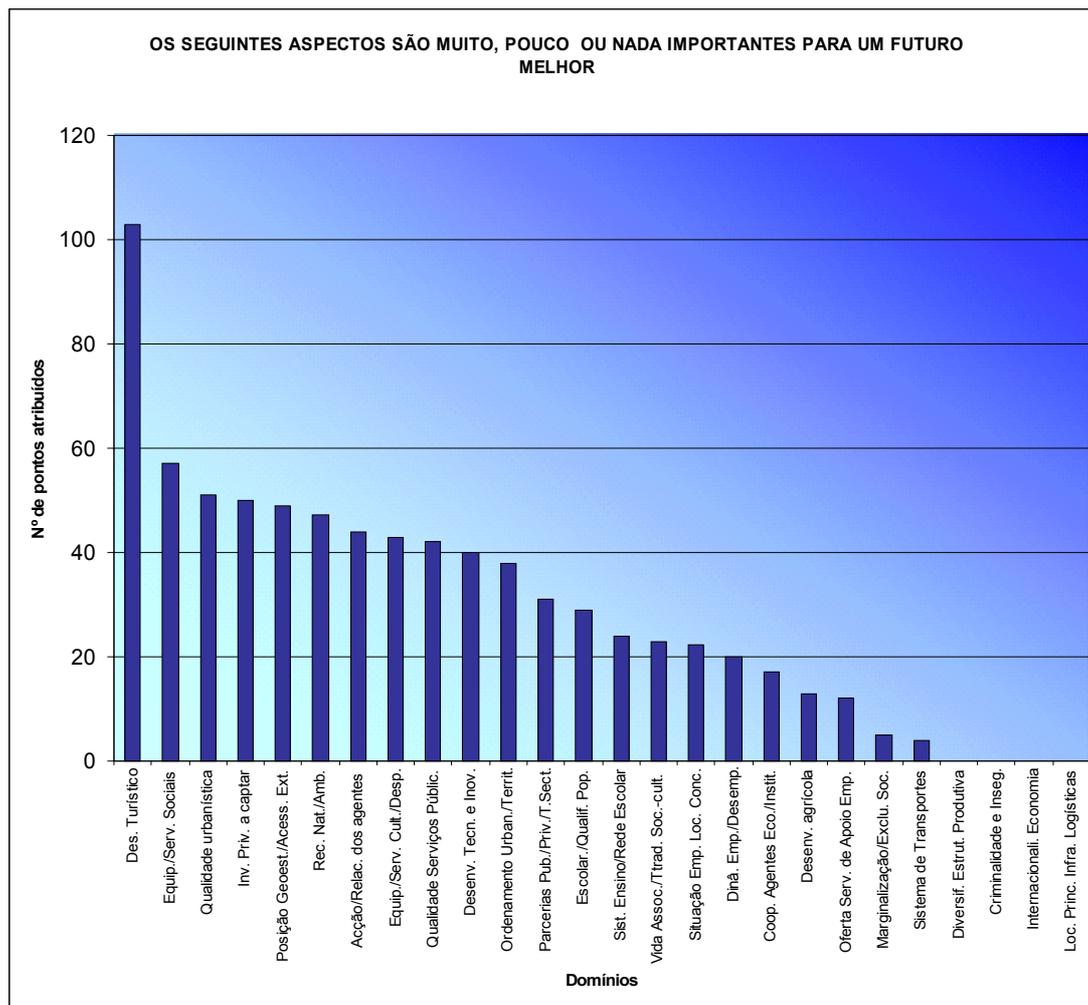




O MAIS REFERIDO POSITIVAMENTE

	Referências		Referências
Des. Turístico	24	Vida Assoc./Trad. Soc.-cult.	6
Equip./Serv. Sociais	13	Sist. Ensino/Rede Escolar	6
Qualidade urbanística	13	Situação Emp. Loc. Conc.	5
Rec. Nat./Amb.	12	Dinã. Emp./Desemp.	4
Posição Geoest./Acess. Ext.	12	Coop. Agentes Eco./Instit.	4
Inv. Priv. a captar	11	Desenv. agrícola	3
Equip./Serv. Cult./Desp.	11	Oferta Serv. de Apoio Emp.	3
Acção/Relac. dos agentes	11	Sistema de Transportes	1
Desenv. Tecn. e Inov.	10	Marginalização/Exclu. Soc.	1
Qualidade Serviços Públic.	10	Diversif. Estrut. Produtiva	0
Ordenamento Urban./Territ.	9	Criminalidade e Inseg.	0
Escolar./Qualif. Pop.	7	Internacionali. Economia	0
Parcerias Pub./Priv./T.Sect.	7	Loc. Princ. Infra. Logísticas	0

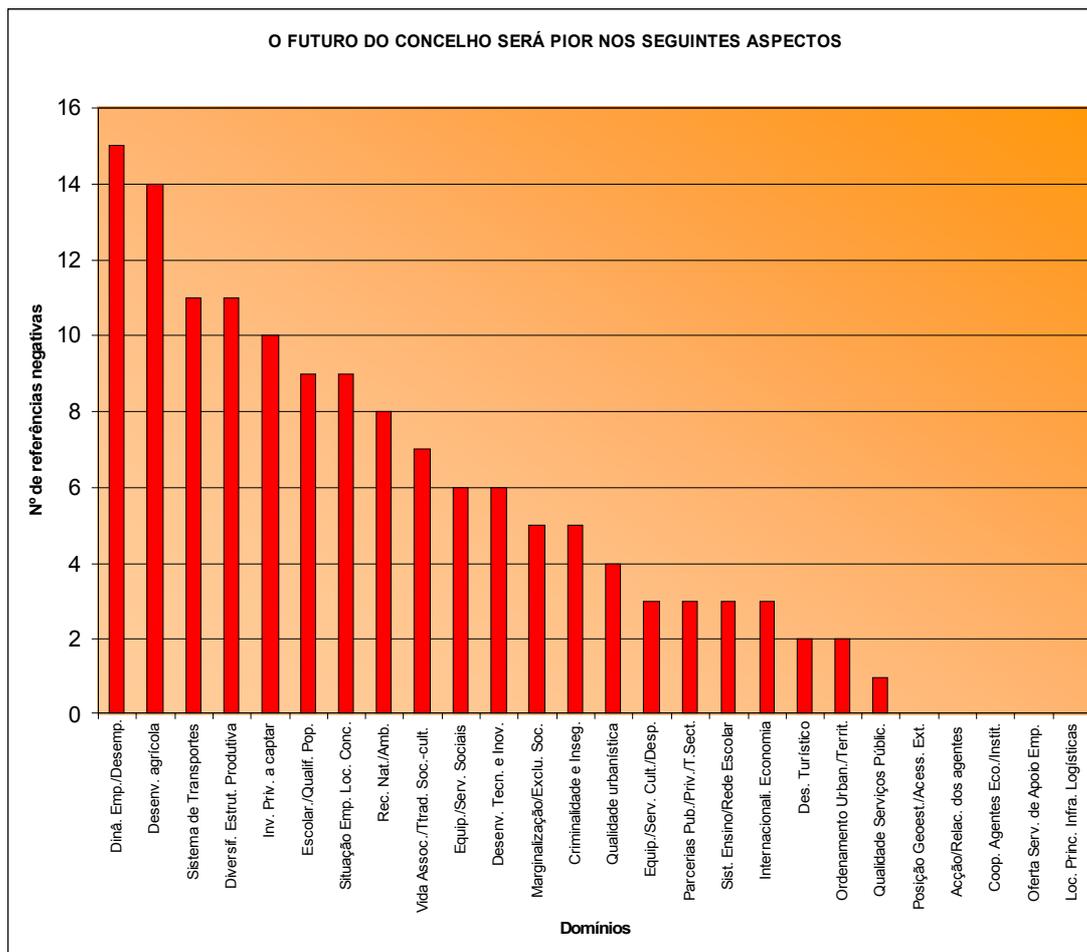




GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS QUE SÃO PERCEBIDOS COMO SENDO MELHORES NO FUTURO

	Total pontos	Média	Desvio Padrão		Total pontos	Média	Desvio Padrão
Des. Turístico	103	4,3	0,8	Sist. Ensino/Rede Escolar	24	4,0	1,2
Equip./Serv. Sociais	57	4,4	0,6	Vida Assoc./Trad. Soc.-cult.	23	3,8	0,9
Qualidade urbanística	51	3,9	1,1	Situação Emp. Loc. Conc.	22	4,4	0,8
Inv. Priv. a captar	50	4,5	0,5	Dinâ. Emp./Desemp.	20	5,0	0,0
Posição Geoest./Acess. Ext.	49	4,1	1,2	Coop. Agentes Eco./Instit.	17	4,3	0,8
Rec. Nat./Amb.	47	3,9	0,8	Desenv. agrícola	13	4,3	0,5
Acção/Relac. dos agentes	44	4,0	0,9	Oferta Serv. de Apoio Emp.	12	4,0	0,8
Equip./Serv. Cult./Desp.	43	3,9	0,7	Marginalização/Exclu. Soc.	5	5,0	0,0
Qualidade Serviços Públic.	42	4,2	0,7	Sistema de Transportes	4	4,0	0,0
Desenv. Tecn. e Inov.	40	4,0	0,8	Diversif. Estrut. Produtiva	0	-	-
Ordenamento Urban./Territ.	38	4,2	0,9	Criminalidade e Inseg.	0	-	-
Parcerias Pub./Priv./T.Sect.	31	4,4	0,7	Internacionali. Economia	0	-	-
Escolar./Qualif. Pop.	29	4,1	0,8	Loc. Princ. Infra. Logísticas	0	-	-

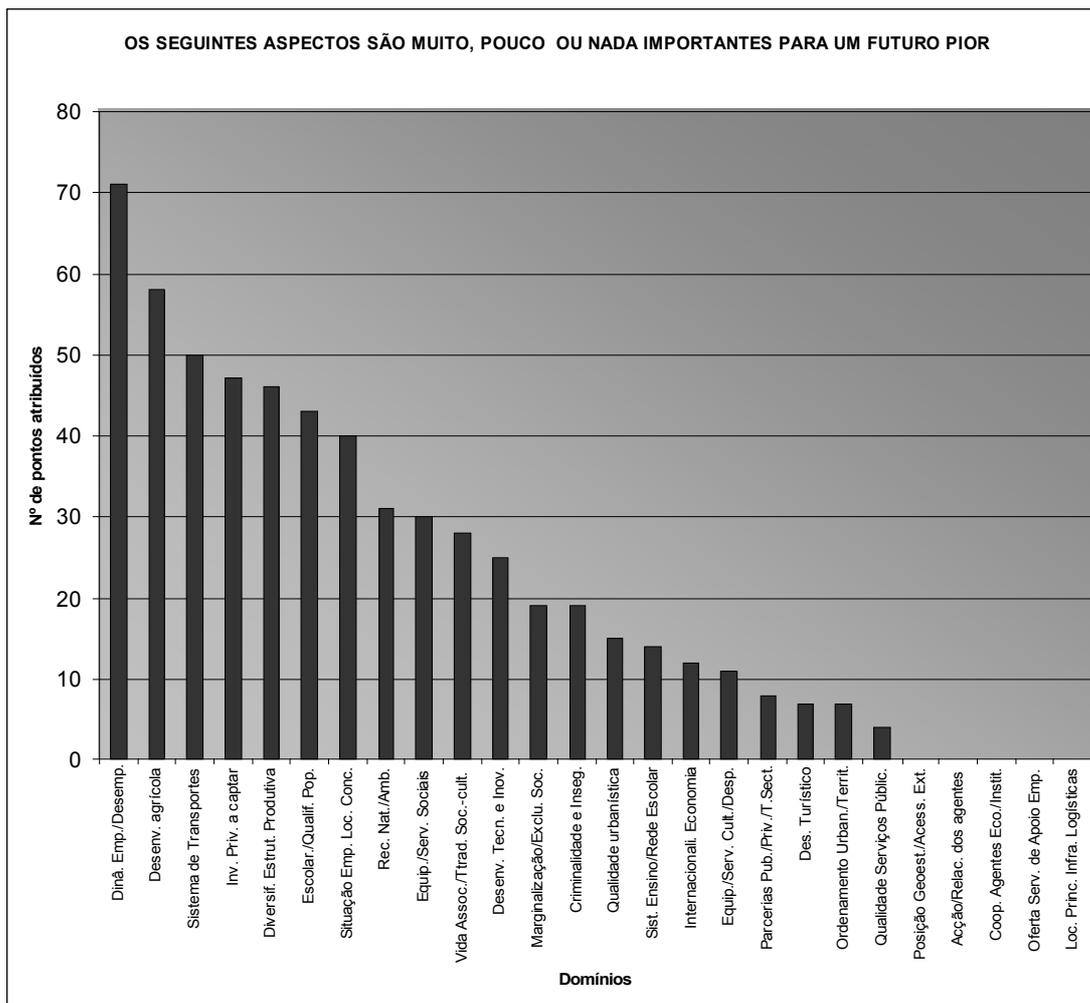




O MAIS REFERIDO NEGATIVAMENTE

	Ref. Negat.		Ref. Negat.
Dinã. Emp./Desemp.	15	Qualidade urbanística	4
Desenv. agrícola	14	Equip./Serv. Cult./Desp.	3
Sistema de Transportes	11	Parcerias Pub./Priv./T.Sect.	3
Diversif. Estrut. Produtiva	11	Sist. Ensino/Rede Escolar	3
Inv. Priv. a captar	10	Internacionali. Economia	3
Escolar./Qualif. Pop.	9	Des. Turístico	2
Situação Emp. Loc. Conc.	9	Ordenamento Urban./Territ.	2
Rec. Nat./Amb.	8	Qualidade Serviços Públic.	1
Vida Assoc./Trad. Soc.-cult.	7	Posição Geocest./Access. Ext.	0
Equip./Serv. Sociais	6	Acção/Relac. dos agentes	0
Desenv. Tecn. e Inov.	6	Coop. Agentes Eco./Instit.	0
Marginalização/Exclu. Soc.	5	Oferta Serv. de Apoio Emp.	0
Criminalidade e Inseg.	5	Loc. Princ. Infra. Logísticas	0





GRAU DE IMPORTÂNCIA DOS ASPECTOS QUE SÃO PERCEBIDOS COMO SENDO PIORES NO FUTURO

	Total pontos	Média	Desvio Padrão		Total pontos	Média	Desvio Padrão
Dinâ. Emp./Desemp.	71	4,7	0,4	Qualidade urbanística	15	3,8	0,8
Desenv. agrícola	58	4,1	0,8	Sist. Ensino/Rede Escolar	14	4,7	0,5
Sistema de Transportes	50	4,5	0,5	Internacionali. Economia	12	4,0	0,8
Inv. Priv. a captar	47	4,7	0,5	Equip./Serv. Cult./Desp.	11	3,7	1,2
Diversif. Estrut. Produtiva	46	4,2	0,9	Parcerias Pub./Priv./T.Sect.	8	2,7	0,5
Escolar./Qualif. Pop.	43	4,8	0,4	Des. Turístico	7	3,5	0,5
Situação Emp. Loc. Conc.	40	4,4	0,7	Ordenamento Urban./Territ.	7	3,5	0,5
Rec. Nat./Amb.	31	3,9	1,7	Qualidade Serviços Públic.	4	4,0	0,0
Equip./Serv. Sociais	30	5,0	0,0	Posição Geoest./Acess. Ext.	0	-	-
Vida Assoc./Trad. Soc.-cult.	28	3,5	1,7	Acção/Relac. dos agentes	0	-	-
Desenv. Tecn. e Inov.	25	4,2	0,7	Coop. Agentes Eco./Instit.	0	-	-
Marginalização/Exclu. Soc.	19	3,2	2,1	Oferta Serv. de Apoio Emp.	0	-	-
Criminalidade e Inseg.	19	3,2	2,1	Loc. Princ. Infra. Logísticas	0	-	-



No total, independentemente do sinal atribuído (+ ou -), as áreas-chave podem ser agrupadas em 5 conjuntos, tendo em conta a frequência da sua escolha:

FREQUÊNCIA DE ESCOLHA DOS TEMAS OU ÁREAS-CHAVE PARA O DESENVOLVIMENTO

		Áreas-problema	N.º de escolhas
I	As actividades turísticas percebidas como fundamentais para o futuro do Concelho	Desenvolvimento turístico	
			26
II	Um mix de áreas-problema onde estão presentes as questões económicas (investimento e emprego), ambientais (recursos e ambiente físico) e equipamentos e serviços sociais.	Investimentos privados a captar para o concelho	21
		Recursos naturais e ambientais	20
		Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	19
		Dinâmicas de emprego/desemprego	
			19
III	Classe que agrupa as problemáticas do urbanismo, da agricultura, da inovação tecnológica e da escolaridade e qualificação dos residentes.	Qualidade urbanística	17
		Desenvolvimento agrícola	17
		Desenvolvimento tecnológico e inovação	16
		Níveis de escolaridade e qualificação da população	
			16
IV	Conjunto diversificado de áreas-problema onde surgem aspectos que não são ligados à classe anterior.	Equipamentos e serviços culturais e desportivos	14
		Situação das empresas localizadas no concelho	14
		Vida associativa e tradições sócio-culturais	13
		Posição geoestratégica e acessibilidades externas	12
		Sistema de transportes	12
		Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	11
		Qualidade dos serviços públicos	11
		Ordenamento urbanístico e territorial	11
		Diversificação da estrutura produtiva	11
		Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector	10
		Sistema de ensino e rede escolar	9
V	Temas irrelevantes, do ponto de vista dos agentes, para o futuro do Concelho, não sendo valorizadas as questões sociais e de articulação territorial, bem assim as condições de suporte à melhoria da estrutura produtiva.	Marginalização e exclusão social	6
		Criminalidade e insegurança	5
		Cooperação entre agentes económicos e institucionais	4
		Oferta de serviços de apoio às empresas	3
		Internacionalização da economia	3
		Localização das principais infraestruturas logísticas	
			0



No total dos 30 inquéritos válidos foram apuradas 105 propostas para ultrapassar os pontos fracos e 97 para potenciar os pontos fortes. Este total de 202 propostas foi classificado de acordo com uma análise de conteúdo de cada uma delas, e foi posteriormente reorganizado em função da classificação atribuída, cuja reanálise e reagrupamento redundou na identificação de grandes áreas de actuação. Os quadros seguintes sistematizam os resultados obtidos, sendo de salientar que para a identificação de acções exemplificativas neles enunciadas reverteram os conteúdos essenciais das propostas formuladas pelos actores e agentes inquiridos.

Para o conjunto das propostas exemplificativas, e através da sua classificação, chegou-se à seguinte tipologia de acções:

1. Campanhas/informação
2. Captação de investimento/incentivos
3. Certificação de produtos
4. Construção de equipamentos
5. Cooperação e parceriais
6. Criação de emprego
7. Ensino/formação
8. Equipamentos de ensino/formação
9. Equipamentos e infraestruturas de suporte à actividade económica
10. Estudos
11. Gestão autárquica
12. Habitação
13. Identidade territorial
14. Infraestruturas rodoviárias
15. Iniciativas culturais
16. Integração social
17. Marketing territorial
18. Ordenamento territorial
19. Património
20. Práticas agrícolas
21. Preservação e qualidade ambientais
22. Rendibilização de equipamentos
23. Serviços de transporte
24. Serviços públicos
25. Turismo



ÁREAS DE ACTUAÇÃO E TIPOLOGIA DE ACÇÕES PROPOSTAS PELOS INQUIRIDOS (ORDENADAS DE ACORDO COM A REPRESENTATIVIDADE DAS REFERÊNCIAS APURADAS)

Ensino, educação e formação profissional

Acções exemplificativas:

- Atribuição de bolsas a estudantes fora do Concelho em troca de tempo de serviço/projecto de investimento;
- Instalação de um pólo universitário;
- Melhoria dos níveis de qualidade do ensino;
- Formação profissional para a desburocratização;
- Prestação de serviços de formação por parte de um conjunto de empresas que beneficiariam de reduções significativas de preços nas acções de formação contratadas;
- Estabelecimento de protocolos entre institutos/universidades por forma a implementar novos padrões de qualidade na formação profissional (novas técnicas/produzidos/tecnologias);
- Formação profissional dirigida aos agricultores
- Criação e promoção de cursos a realizar localmente (Escola Secundária e Centro de Emprego), nas áreas da restauração, ambiente e agricultura
- Maior equilíbrio entre a escola propriamente dita e as actividades extra-curriculares, principalmente no 1º ciclo
- Acções de formação e acreditação de competências adquiridas ao longo da vida; acções concertadas entre a escola e a comunidade que promovam a orientação profissional e escolar
- Escola secundária com todos os agrupamentos disponíveis;
- Combate à iliteracia através da criação de estruturas culturais, desportivas e recreativas que estimulem a auto-estima;

Acções para a captação de investimento

Acções exemplificativas:

- Incentivos à criação do auto-emprego;
- Incentivos dirigidos às empresas (instalações, infraestruturas, possibilidade de qualificação de pessoal);
- Formação profissional;
- Oferta de espaço industrial infraestruturado
- Promover a fileira da cortiça e dos mármore;
- Promover a atracção de investimento espanhol;
- Elaboração de um guia para o investidor;
- Apoiar circuitos de comercialização (divulgação das oportunidades de escoamento de produtos);
- Promoção de encontros entre empresários / investidores;
- Atribuição de bolsas de estudo a jovens tendo em vista a fixação de uma mão-de-obra mais qualificada;
- Criação de um gabinete de apoio ao agricultor (legislação, apoio comunitário, documentação, apoio tecnológico e logístico)

Cooperação e parcerias

Acções exemplificativas:

- Mais iniciativas de cooperação entre a autarquia e o sector privado;
- Reforçar o papel das associações no desenvolvimento, em todas as fases, para que possam torná-lo como coisa sua.
- Criação de uma Associação Empresarial que efectue uma gestão partilhada de recursos (equipamentos; mão-de-obra; aquisição de matéria prima; gestão de parques industriais; formação profissional; procura de fontes de financiamento para projectos; Dinamização de novos projectos);
- Promover o intercâmbio de experiências entre as diferentes empresas;
- Estabelecimento de protocolos entre institutos/universidades por forma a implementar novas práticas e mais formação profissional;
- Criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo, integrado ou em articulação com o GADE;
- Incentivos à constituição de associações juvenis;



Construção de equipamentos

Acções exemplificativas:

- Construção do Pavilhão Cultural;
- Criação de circuitos desportivos de manutenção;
- Construção de um novo centro de saúde;
- Construção de uma EB1;
- Complexo desportivo e de lazer;
- Ampliação das piscinas municipais;
- Criação de museus locais (nomeadamente em Arraiolos); Criação de um centro de exposições;
- Criação de um centro interpretativo e de investigação no domínio dos vestígios arqueológicos existentes no Concelho;
- Criação de um centro de investigação e promoção ambiental;
- Modernização do cinema de Arraiolos
- Criação no concelho de um hospital de rectaguarda para apoio a doentes acamados;
- Criação de um parque escolar junto da escola C+S de Arraiolos;
- Centro de inovação tecnológica;
- Criação de um pólo da universidade popular;

Turismo

Acções exemplificativas:

- Criação de estudos de caracterização que potenciem a elaboração de folhetos de divulgação e promoção turística;
- Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos, nomeadamente através do apoio à criação de unidades de turismo rural, da criação de circuitos de observação e preservação da natureza potenciando os recursos naturais do concelho;
- Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado, tendo em conta o a região, por forma a melhor potenciar o património cultural e natural;
- Criar um Gabinete de apoio ao turismo que divulgue e promova as actividades turísticas fomentando a conciliação e parceria entre os diferentes Agentes;
- Elaboração de circuitos temáticos e construção de infraestruturas de apoio à actividade turística (Parques de estacionamento, de merendas, etc.);
- Promoção e Valorização dos produtos regionais e actividades sócio-culturais nomeadamente através da criação do museu do Tapete de Arraiolos;

Ordenamento Territorial

Acções exemplificativas:

- Elaborar, no âmbito do Plano de revitalização do Centro Histórico, um Plano de relocalização de empresas com maior nível de poluição associada;
- Elaborar um Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água, potenciando a sua utilização como recurso turístico e natural do concelho;
- Elaborar uma rede de vias cicláveis e percursos pedonais, com vista à sua utilização por parte dos habitantes e como recurso turístico, melhorando a oferta de espaços verdes de lazer integrando-os na paisagem;
- Estruturar um programa integrado de habitação para o Concelho;
- Aumentar a oferta de lotes para construção de habitação;
- Melhorar a qualidade urbanística;

Criação de emprego, diversificação de actividades e certificação de produtos

Acções exemplificativas:

- Profissionalização e melhoria dos níveis de empregabilidade dos serviços de apoio à terceira idade e à infância;
- Apostar noutras áreas para além dos tapetes
- Certificação do tapete de Arraiolos;
- Criação do selo de originalidade, garantia e qualidade do tapete.



Marketing territorial

Acções exemplificativas:

- Divulgação e promoção do município a nível externo, por forma a promover-se, dada a sua posição geográfica favorável (contextos nacional, regional e internacional – eixo Lisboa-Espanha), em várias áreas (turística, imobiliária, empresarial);
- Promoção da imagem do Concelho (produtos e locais de interesse);
- Convites a figuras públicas para visitar o Concelho (fim-de-semana com visita guiada mostrando os seus diferentes potenciais), no sentido de estabelecer relações institucionais/internacionais;

Práticas Agrícolas

Acções exemplificativas:

- Criação de um gabinete de apoio ao agricultor que disponibilize consultoria jurídica e técnica e que promova acções de “formação” com o objectivo de melhorar as práticas agrícolas e informar sobre os apoios e a melhor forma de os aplicar, recorrendo a protocolos entre institutos e universidades de forma a incrementar o uso de novas técnicas/produtos/tecnologias entre os produtores;
- Reordenar a prática agrícola, modernizando-a e adoptando culturas mais rentáveis e adaptadas às características da região;

Acções relacionadas com campanhas de informação, sensibilização e divulgação

Acções exemplificativas:

- Sensibilização para a higiene urbana;
- Informação para a educação ambiental;
- Sensibilização sobre a importância da qualidade ambiental para o desenvolvimento turístico;
- Realização de encontros, *workshops* ou colóquios tendo em vista divulgar as medidas de política pública destinadas às ajudas ao emprego;
- Prevenção da toxicod dependência e alcoolismo;
- Segurança rodoviária;
- Integração social dos idosos;
- Sensibilizar os agentes competentes para a criação de serviços de psicologia e orientação escolar;
- Publicação de guias/literatura sobre as tradições, locais;

Iniciativas e actividades culturais

Acções exemplificativas:

- Preservar as características identitárias locais;
- Apoiar as associações juvenis, desportivas e culturais, garantindo a realização de actividades que potenciem os recursos existentes e valorizem a dinâmica sócio-cultural e a identidade, promovendo o desenvolvimento sustentado do concelho;
- Apoiar iniciativas de divulgação cultural e que potenciem a “formação ao longo da vida” para garantir uma maior integração e a redução dos níveis de iliteracia;
- Aumentar a oferta de espaços para a realização de actividades culturais;
- Incentivar a criação de centros de investigação/interpretação da história, cultura e identidade local;
- Melhorar a oferta de ocupação de tempos livres nomeadamente através da promoção de actividades culturais e desportivas que potenciem a utilização das infraestruturas culturais e desportivas existentes;

Serviços públicos

Acções exemplificativas:

- Desburocratização dos serviços públicos;
- Mais higiene urbana no centro histórico;
- Mais fiscalização das empresas;
- Reestruturação dos quadros de funcionários públicos;
- Alargamento do horário de funcionamento do centro de saúde;
- Aumento da segurança pública;



Transportes Públicos

Acções exemplificativas:

- Criação de uma Rede de Transportes Municipal que potencie as ligações entre os diversos lugares do concelho, articulando-o com a ligação a outros centros urbanos limítrofes e com a definição de horários em consonância com as necessidades da população.
- Aumentar a oferta de horários em ligações a Évora e Montemor-o-Novo, articulando-a com a rede de transportes concelhia.

Estudos

Acções exemplificativas:

- Realização de estudo sobre a realidade empresarial do concelho;
- Realização de diagnóstico de necessidades de formação do concelho;
- Assinatura de protocolo com uma entidade de investigação social para o estudo das problemáticas do insucesso, abandono e absentismo escolar
- Promover a recolha e o levantamento das tradições e saberes e património de todo o concelho, por forma a desenvolver um percurso, seja ele de origem cultural, pedagógico ou turístico;
- Levantamento do legado cultural/histórico;
- Elaboração de um mapa de localização dos equipamentos sociais;
- Elaboração e reprodução de Guia de Respostas Sociais;

Património e reabilitação urbana

Acções exemplificativas:

- Equipamento e animação do castelo;
- Preservação e valorização do património histórico;
- Preservação dos valores identitários locais;
- Elaboração de um Plano de Revitalização do Centro Histórico que promova a reabilitação física do edificado dinamizando a sua utilização por parte da população e aumente a oferta de espaços de apoio à actividade cultural.

Infraestruturas rodoviárias

Acções exemplificativas:

- Melhoria da EN370 que atravessa o concelho no sentido N/S;
- Manter em boas condições de circulação a EN4 e criar junto a ela infraestruturas de apoio que fomentem a sua utilização e conseqüente passagem/paragem pelo/no concelho de Arraiolos
- Melhorar e alargar a rede viária local.

Integração social

Acções exemplificativas:

- Criar projectos de integração a famílias estrangeiras e/ou carenciadas;
- Combater a exclusão social através do emprego;

Preservação do ambiente e educação ambiental

Acções exemplificativas:

- Criação de um sistema de monitorização do estado das linhas de água;
- Criação de circuitos de observação e educação para a preservação;
- Promoção de estudos de caracterização que potenciem a elaboração de folhetos de divulgação e políticas de preservação da biodiversidade;
- Criação de um guia de boas práticas ambientais;
- Criação de um guia de boas práticas ambientais, incidindo nas políticas de preservação da biodiversidade, valorização dos recursos naturais existentes;
- Tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos.
- Combate aos incêndios através da sensibilização da população para a importância da limpeza das matas;



2. AUSCULTAÇÃO DA POPULAÇÃO EM GERAL



O processo de envolvimento da população do Concelho na elaboração da Agenda XXI Local de Arraiolos, pesem embora algumas acções resultantes de uma experiência anterior conduzidas, sobretudo, ao nível das escolas (de onde resultou o actual logotipo), acontece já na fase de pós-diagnóstico, seja pela realização de sessões públicas para a sua apresentação e discussão, seja também na fase de elaboração de propostas. Neste último caso, entendeu-se mais produtivo, confrontar a população com um conjunto já sistematizado de acções concretas resultantes da fase de consulta aos agentes para recolha de opiniões e sugestões.

Assim, no sentido de divulgar e validar o conjunto de acções identificadas pelos agentes locais, foram efectuadas sessões de apresentação e discussão e esclarecimento em todas as freguesias do Concelho, de acordo com o calendário constante no quadro seguinte.

CALENDÁRIO DE REALIZAÇÃO DAS ACÇÕES DE PARTICIPAÇÃO AO NÍVEL DAS FREGUESIAS

Localidades	Local	Horas	Dias
S. Pedro da Gafanhoeira	Casão Municipal da Câmara Municipal	18.00h.	23-05-05
Sabugueiro	Junta de Freguesia de Sabugueiro	21.00h.	23-05-05
Santa Justa	Junta de Freguesia de Santa Justa	18.00h.	24-05-05
Igrejinha	Junta de Freguesia de Igrejinha	21.00h.	24-05-05
S. Gregório	Junta de Freguesia de S. Gregório	18.00h.	25-05-05
Vimieiro	Junta de Freguesia de Vimieiro	21.00h.	25-05-05
Santana do Campo (Freg. Arraiolos)	Associação Social Unidos de Santana do Campo	18.00h.	27-05-05
Arraiolos	Junta de Freguesia de Arraiolos	21.00h	27-05-05

As sessões foram organizadas e animadas pelo Grupo Técnico de Acompanhamento constituído por técnicos da Câmara Municipal de Arraiolos e da "Monte", ACE.

Para a convocação dessas sessões, foram efectuados 220 convites, dirigidos por ofício, a diversas entidades de cariz social, económico, recreativo, cultural, desportivo e outros, localizadas em cada uma das freguesias. O convite indicava os objectivos, a



data, a hora e o local da sessão respectiva (uma por freguesia, com excepção de Arraiolos, onde também se entendeu pertinente incluir o lugar de Santana do Campo”, num total de 8 sessões).

A população em geral foi informada e incentivada a participar através de “panfletos convite”, publicitados em todas as freguesias (e respectivas localidades), com indicação dos objectivos da sessão e as data, hora e local da sua realização.

No geral, os níveis de participação foram relativamente baixos. De facto, tendo em conta uma população-alvo potencial correspondente aos residentes das freguesias com idades entre os 20 e os 69 anos, verifica-se que a percentagem de participantes por freguesia, no máximo, e apenas no caso de Sabugueiro, em pouco ultrapassa os 5%. Como nota geral, é saliente em quase todos os casos (a única excepção é Arraiolos) a maior disponibilidade de participação por parte da população masculina.

PARTICIPAÇÃO NAS SESSÕES POR REFERÊNCIA AOS RESIDENTES COM IDADES ENTRE OS 20 E OS 69 ANOS (%)

Freguesias	Homens	Mulheres	Total
Arraiolos	0,3	0,4	0,4
Igrejinha	5,2	0,4	2,8
Santa Justa	2,5	1,5	2,1
São Gregório	9,4	0,8	4,6
Gafanhoeira (São Pedro)	3,0	0,5	1,7
Vimieiro	1,2	0,0	0,6
Sabugueiro	8,6	2,1	5,3
Total do Concelho	2,2	0,5	1,3

Em documento anexo relatam-se sumariamente, para cada freguesia, os resultados das sessões realizadas, articulando-os com os conteúdos do Plano de Acção que se apresenta no capítulo seguinte.

IV – PLANO DE ACÇÃO



Os elementos de balanço sintético resultante da leitura dos resultados da auscultação efectuada aos agentes locais, permitiu traçar uma visão mais ou menos aprofundada do que está verdadeiramente em causa quando se tem por objectivo elaborar o Plano de Acção da Agenda XXI Local de Arraiolos:

- ↳ O conjunto das freguesias do Concelho, atravessa uma fase marcada por uma assinalável desvitalização socioeconómica e territorial. Este quadro resulta de um "mix" de situações que aliam a gestão passiva, no âmbito da luta pela sobrevivência familiar e das aldeias como um todo, a situações de gestão de uma dependência activa e de potenciais vantagens mútuas face aos pólos empregadores do têxtil, das indústrias alimentares, da construção, das actividades terciárias do centro urbano (capital do município) e da administração local.
- ↳ Nestes contextos sociais e territoriais, não é fácil mobilizar recursos de iniciativa capazes de perceber as vantagens económicas e outras decorrentes do aproveitamento de recursos endógenos. Isto significa que da parte das entidades públicas deve haver por mais algum tempo uma atitude pró-activa de estímulo à iniciativa e ao aproveitamento económico dos recursos.
- ↳ A perspectiva de financiamento, mesmo de componentes de contrapartida nacional, deve ser encontrada em laboriosas operações de engenharia financeira tendo presente a fragilidade objectiva dos pequenos promotores directos e a sua aversão à iniciativa e ao risco. No entanto, e encontrando-se o País em processo de negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio, permanecem ainda algumas incógnitas sobre os programas de política pública (nacional e comunitária), a partir dos quais poderá ser possível a mobilização de co-financiamentos.
- ↳ A possibilidade de conceber de raiz uma entidade gestora com a finalidade de liderar acções de desenvolvimento na generalidade do tecido urbano e rural do concelho (eventualmente na continuação da experiência acumulada pelo actual Gabinete Estratégico Local da Agenda XXI de Arraiolos), deve ser encarada positivamente desde que envolva as autarquias de proximidade (juntas de freguesia), as entidades associativas com experiência anterior na promoção local do desenvolvimento e parceiros exógenos dotados de perspectiva de investimento de longo prazo.
- ↳ A preparação de um Plano de Acção Local, ancorado na valorização de recursos



endógenos (paisagem, património, recursos específicos, ...), assenta na ideia de que é possível mobilizar recursos privados de investimento e encontrar fluxos de procura, nomeadamente na óptica do produto turístico local, capazes de rendibilizar a prazo aqueles investimentos.

Tendo presente os pressupostos e restrições assinaladas, a proposta do Plano de Acção da Agenda XXI Local de Arraiolos define o seguinte conjunto de prioridades estratégicas de desenvolvimento:

- Melhorar as condições de vida das populações residentes preservando os elementos do ambiente natural (*equidade territorial*).
- Criar condições propícias à valorização adequada, num contexto de mercado, dos recursos humanos e do património natural e construído que constituem uma riqueza do Concelho (*sustentabilidade estratégica e ambiental*).
- Definir um quadro de apoio ao investimento no desenvolvimento local que articule a função reguladora das entidades públicas com a iniciativa de investimento dos agentes privados (*regulação pública vs. iniciativa económica*).

Destas opções estratégicas, e tendo por referência o processo de auscultação dos actores e agentes do Concelho (Cf. capítulo anterior e anexos B, C e D, deste documento), resultou a configuração de um conjunto de Eixos, Medidas e Acções (23 delas traduzidas em fichas detalhadas de projecto) cuja coerência interna, tendo presente as necessidades de simplificação e de fraca redução de informação, foi ajustada a três níveis propositivos: i) o dos agentes; ii) o da gestão autárquica; e iii) o da equipa técnica (elementos externos e internos).

O quadro seguinte sistematiza a organização do Plano de Acção:

SISTEMATIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE EIXOS, MEDIDAS E PROJECTOS DO PLANO DE ACÇÃO

Eixo	Medida	Objectivos específicos	Ficha de Projecto
EIXO A – DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO EMPREGO <i>Objectivo estratégico:</i> Diversificar a base económica local, promovendo o emprego e atraindo novos investimentos, tendo como âncora o potencial de desenvolvimento turístico.	Medida A.1. Desenvolvimento, ordenamento e gestão turística	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Aproveitar os recursos locais para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas.</i> ➤ <i>Integrar o Concelho nos roteiros turísticos regionais.</i> ➤ <i>Diversificar a base económica local.</i> 	Acção A.1.1. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado Acção A.1.2. Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural Acção A.1.3. Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos - parque de campismo
	Medida A.2. Captação de investimentos e criação de emprego, diversificação de actividades e certificação de produtos	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Atrair novos investimentos produtivos para o Concelho.</i> ➤ <i>Promover fileiras de actividades ligadas ao aproveitamento dos recursos tradicionais ou endógenos.</i> ➤ <i>Mobilização de vontades, capacidades e expectativas para o desenvolvimento sustentável.</i> 	Acção A.2.1. Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias Acção A.2.2. Criação do Selo de Garantia e Qualidade do Tapete de Arraiolos Acção A.2.3. Incentivos à Criação de Auto-Emprego Acção A.2.4. Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial)
EIXO B – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (Ordenamento Territorial, Construção de Equipamentos, Reabilitação Urbana e património, melhoria de infra-estruturas rodoviárias e melhoria dos transportes públicos) <i>Objectivo estratégico:</i> Melhorar o ambiente urbano, as acessibilidades e a oferta de equipamentos, tendo em vista aumentar a qualidade de vida dos residentes e atrair outros mais jovens.	Medida B.1. Ordenamento territorial e reabilitação urbana e do património	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Valorizar o património cultural (edificado e imaterial).</i> ➤ <i>Melhorar o ambiente urbano.</i> ➤ <i>Contribuir para o ordenamento territorial.</i> ➤ <i>Conhecer e estimular a identidade territorial local, entendida como recurso para o desenvolvimento</i> 	Acção B.1.1. Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos) Acção B.1.2. Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água Acção B.1.3. Projecto de Beneficiação e Conservação do Castelo de Arraiolos Acção B.1.4. "Identidade Territorial e Memória Colectiva" - Museu Rural; Museu do Tapete; Núcleo Museológico de Arte Sacra; Núcleo de Arqueologia"
	Medida B.2. Construção ou melhoria de equipamentos e infraestruturas e serviços de transporte	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Melhorar a oferta de equipamentos e de serviços colectivos e sociais.</i> 	Acção B.2.1. Construção de um novo Centro de Saúde Acção B.2.2. Criação de um Sistema de Transportes Municipais

(continua)



SISTEMATIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE EIXOS, MEDIDAS E PROJECTOS DO PLANO DE ACÇÃO (continuação)

Eixo	Medida	Objectivos específicos	Ficha de Projecto
EIXO C – CAPITAL HUMANO E SOCIAL (Educação, Formação, Integração Social) <i>Objectivo estratégico:</i> Aumentar os níveis de qualificação e de integração social dos residentes (revitalização demográfica), de modo a também aumentar a capacidade de fixação e de atracção de actividades económicas.	Medida C.1. Melhoria do ensino, educação e formação profissional e promoção de iniciativas e actividades culturais	➤ <i>Aumentar os níveis de qualificação dos residentes.</i>	Acção C.1.1. Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida Acção C.1.2. Centro de Investigação na área dos Têxteis
	Medida C.2. Integração social	➤ <i>Combater fenómenos de exclusão social, efectiva ou potencial.</i>	Acção C.2.1. Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho Acção C.2.2. Realização de um estudo sobre o insucesso, absentismo e abandono escolar do concelho
EIXO D – PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL (preservação e educação ambiental e melhoria das práticas agrícolas) <i>Objectivo estratégico:</i> Articular as necessidades de crescimento económico com a sustentabilidade do ambiente natural.	Medida D.1. Preservação do ambiente e educação ambiental	➤ <i>Aumentar os níveis de percepção dos residentes para a necessidade de preservação do ambiente natural.</i> ➤ <i>Conhecer o estado de conservação do ambiente natural para a sua protecção.</i>	Acção D.1.1. Criação de Áreas de Paisagens Protegidas-Ribeira de Divor, Ribeira de Tera Acção D.1.2. Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural Acção D.1.3. Centro de Investigação e Promoção Ambiental Acção D.1.4. Sensibilização para a educação ambiental Acção D.1.5. Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho
	Medida D.2. Melhoria das práticas agrícolas	➤ <i>Proteger os solos e os recursos aquíferos.</i> ➤ <i>Promover uma agricultura adaptada às características locais e sustentável.</i>	Acção D.2.1. Promoção do montado de sobro e azinho



EIXO A – DESENVOLVIMENTO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS E DO EMPREGO

O Concelho de Arraiolos, relativamente às questões do emprego e das actividades económicas, apresenta uma situação caracterizada, entre outros aspectos, por: (i) base económica débil, tanto em termos qualitativos como quantitativos; (ii) fraca capacidade de regeneração do emprego; (iii) obstáculos estruturais ao empreendedorismo.

Deste modo, justifica-se a adopção de um eixo estratégico de desenvolvimento que tenha em vista promover a atracção de investimento e a melhoria do emprego, não só no sector industrial, como também naqueles que sendo tradicionais (agricultura e floresta), devem merecer alguma atenção do ponto de vista da sua modernização e complementaridade com as actividades turísticas, entendidas como uma oportunidade para um novo ciclo de desenvolvimento do Concelho.

Sendo fraca a actual capacidade de atracção de investimento por parte do Concelho, entende-se ser necessária uma maior intervenção do sector público, tanto no que respeita à disponibilização de apoios e incentivos aos empresários, como à promoção da imagem do seu território.

O aproveitamento dos recursos endógenos (digam eles respeito à flora ou fauna, ou às actividades desenvolvidas com base nas mesmas), numa óptica da sua valorização e afirmação da diferença, é uma fileira que deve ser explorada no seguimento dos exemplos que já hoje se verificam, com particular destaque para a produção vitivinícola e das tapeçarias e o potencial associado ao mel e outro artesanato agro-alimentar, bem assim como à exploração de rochas ornamentais e valorização/dinamização de actividades como a pesca e a caça.

Objectivo estratégico:

Diversificar a base económica local, promovendo o emprego e atraindo novos investimentos, tendo como âncora o potencial de desenvolvimento turístico.



Medida A.1. Desenvolvimento, ordenamento e gestão turística

Objectivos específicos:

- *Aproveitar os recursos locais para o desenvolvimento sustentável das actividades turísticas.*
- *Integrar o Concelho nos roteiros turísticos regionais.*
- *Diversificar a base económica local.*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">➤ <i>Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado;</i>➤ <i>Apoio à criação e qualificação de unidades alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural,</i>➤ <i>Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos - parque de campismo.</i> |
|---|

Outras acções exemplificativas:

- *Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos - criação de circuitos de observação e preservação da natureza*
- *Promoção e Valorização dos produtos regionais e actividades sócio-culturais (dinamização anual da Mostra de Actividades Económicas, Mostras Gastronómicas, Iniciativas Culturais como o Tapete Está na Rua e actividades dinamizadas nas diferentes freguesias);*
- *Criação do selo de originalidade, garantia e qualidade do tapete de Arraiolos*
- *Criação de estudos de caracterização que potenciem a elaboração de folhetos de divulgação e promoção turística;*
- *Criar um Gabinete de apoio ao turismo que divulgue e promova as actividades turísticas fomentando a conciliação e parceria entre os diferentes Agentes;*
- *Elaboração de circuitos temáticos e construção de infraestruturas de apoio à actividade turística (Parques de estacionamento, de merendas, etc.);*
- *Sensibilização sobre a importância da qualidade ambiental para o desenvolvimento turístico;*
- *Promoção da imagem do Concelho (produtos e locais de interesse);*



Medida A.2. Captação de investimentos e criação de emprego, diversificação de actividades e certificação de produtos

Objectivos específicos:

- *Atrair novos investimentos produtivos para o Concelho.*
- *Promover fileiras de actividades ligadas ao aproveitamento dos recursos tradicionais ou endógenos.*
- *Mobilização de vontades, capacidades e expectativas para o desenvolvimento sustentável.*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro e criação de pequenas zonas noutras freguesias.
- Criação do selo Garantia e Qualidade do Tapete de Arraiolos;
- Incentivos à Criação de Auto-Emprego;
- Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial);

Outras acções exemplificativas:

- Incentivos dirigidos às empresas (instalações, infraestruturas, possibilidade de qualificação de pessoal);
- Formação profissional;
- Promover a atracção de investimento espanhol;
- Promoção da fileira de granitos e cortiça;
- Elaboração de um guia para o investidor;
- Apoiar circuitos de comercialização (divulgação das oportunidades de escoamento de produtos);
- Promoção de encontros entre empresários / investidores;
- Atribuição de bolsas de estudo a jovens tendo em vista a fixação de uma mão-de-obra mais qualificada;
- Criação de um gabinete de apoio ao agricultor (legislação, apoio comunitário, documentação, apoio tecnológico e logístico)
- Profissionalização e melhoria dos níveis de empregabilidade dos serviços de apoio à terceira idade e à infância;
- Apostar noutras áreas para além dos tapetes
- Criação de uma Associação Empresarial que efectue uma gestão partilhada de recursos (formação, procura de fontes de financiamento para projectos, dinamização de novos projectos...);



- Criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo, integrado ou em articulação com o GADE;
- Mais iniciativas de cooperação entre a autarquia e o sector privado;
- Reforçar o papel das associações no desenvolvimento, em todas as fases, para que possam torná-lo como coisa sua.
- Promover o intercâmbio de experiências entre as diferentes empresas;
- Estabelecimento de protocolos entre institutos/universidades por forma a implementar novas práticas e mais formação profissional;
- Incentivos à constituição de associações juvenis;
- Realização de estudo sobre a realidade empresarial do concelho;
- Realização de encontros, *workshops* ou colóquios tendo em vista divulgar as medidas de política pública destinadas às ajudas ao emprego;



EIXO B – ORGANIZAÇÃO DO TERRITÓRIO (Ordenamento Territorial, Construção de Equipamentos, Reabilitação Urbana e património, melhoria de infra-estruturas rodoviárias e melhoria dos transportes públicos)

O ordenamento urbanístico e a oferta de equipamentos, serviços e infraestruturas de qualidade é uma das condições necessárias, tanto para o aumento da atracção de novas actividades ou pessoas (nomeadamente turistas e visitantes), como para a promoção da qualidade de vida dos residentes (actuais e futuros).

Pesem embora os investimentos mais ou menos recentes na melhoria das infraestruturas viárias e de saneamento, verificam-se ainda algumas áreas de intervenção que merecem ser reforçadas (incluindo-se também aqui as acções direccionadas para a melhoria dos serviços de transporte). O mesmo se passa relativamente à oferta de equipamentos, situação que não sendo das mais problemáticas comparativamente a outros municípios do País, também carece de um apoio acrescido, sobretudo tendo em conta o progressivo envelhecimento da população e, daí, a necessidade de fixar/atrair população mais jovem/activa. Neste particular, emergem como relevantes, alguns investimentos relacionados com o aumento da qualidade da oferta nas áreas do ensino, da cultura, do desporto e da integração social.

A um outro nível, já que envolve directamente a adesão por parte dos privados, considera-se fundamental investir na recuperação do edificado, não só no sentido de melhorar a imagem urbana como, principalmente, criar condições para a atracção de residentes mais jovens. Também importa salientar que nas actuais condições de desenvolvimento, a competitividade do Concelho poderá ser incrementada através do reforço das infraestruturas e serviços telemáticos.

Objectivo estratégico:

Melhorar o ambiente urbano, as acessibilidades e a oferta de equipamentos, tendo em vista aumentar a qualidade de vida dos residentes e atrair outros mais jovens.



Medida B.1. Ordenamento territorial e reabilitação urbana e do património

Objectivos específicos:

- *Valorizar o património cultural (edificado e imaterial).*
- *Melhorar o ambiente urbano.*
- *Contribuir para o ordenamento territorial.*
- *Conhecer e estimular a identidade territorial local, entendida como recurso para o desenvolvimento*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos);
- Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água
- Projecto de Conservação e Beneficiação do Castelo.
- Identidade Territorial e memória colectiva: (a) Museu Rural; b) Museu do Tapete;; c) Núcleo Museológico de Arte Sacra; d) Núcleo de Arqueologia;

Outras acções exemplificativas:

- Preservação e Valorização dos valores identitários locais;
- Estruturar um programa integrado de habitação para o Concelho;
- Aumentar a oferta de lotes para construção de habitação;
- Melhorar a qualidade urbanística;
- Equipamento e animação do castelo;
- Elaboração de um Plano de Revitalização do Centro Histórico que promova a reabilitação física do edificado dinamizando a sua utilização por parte da população e aumente a oferta de espaços de apoio à actividade cultural.
- Levantamento do legado cultural/histórico;
- Publicação de guias/literatura sobre as tradições, locais;



Medida B.2. Construção ou melhoria de equipamentos e infraestruturas e serviços de transporte

Objectivos específicos:

- *Melhorar a oferta de equipamentos e de serviços colectivos e sociais.*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">➤ Construção de um novo centro de saúde;➤ Criação de um sistema de transportes municipais; |
|---|

Outras acções exemplificativas:

- Criação de um Centro de Investigação e promoção ambiental;
- Construção do Pavilhão Cultural;
- Criação de circuitos desportivos de manutenção;
- Construção de uma EB1;
- Complexo desportivo e de lazer;
- Ampliação das piscinas municipais;
- Criação de museus locais (nomeadamente em Arraiolos); Criação de um centro de exposições;
- Criação de um centro interpretativo e de investigação no domínio dos vestígios arqueológicos existentes no Concelho;
- Modernização do cinema de Arraiolos
- Criação no concelho de um hospital de retaguarda para apoio a doentes acamados;
- Criação de um parque escolar junto da escola C+S de Arraiolos;
- Centro de inovação tecnológica;
- Criação de um pólo da universidade popular;
- Melhoria da EN370 que atravessa o concelho no sentido N/S;
- Manter em boas condições de circulação a EN4 e criar junto a ela infraestruturas de apoio que fomentem a sua utilização e conseqüente passagem/paragem pelo/no concelho de Arraiolos
- Melhorar e alargar a rede viária local.
- Aumentar a oferta de horários em ligações a Évora e Montemor-o-Novo, articulando-a com a rede de transportes concelhia.
- Elaboração de um mapa de localização dos equipamentos sociais;
- Segurança rodoviária;
- Alargamento do horário de funcionamento do centro de saúde;



EIXO C – CAPITAL HUMANO E SOCIAL (Educação, Formação, Integração Social)

A melhoria da qualidade dos recursos humanos, tanto em termos da garantia das condições de acesso ao ensino, como à formação, é um desafio urgente que, não sendo específico do concelho de Arraiolos deve, por isso, constituir-se como um desígnio nacional.

A valorização do património cultural, entendido como a totalidade dos valores, saberes e bens construídos herdados, de importância inter-geracional, assume-se hoje em dia como uma mais-valia essencial para o desenvolvimento a todas as escalas territoriais, estando por isso contemplada neste eixo estratégico.

A actual falta de sustentabilidade demográfica que coloca Arraiolos numa situação dramática do ponto de vista do futuro desenvolvimento social e económico, exige medidas imediatas para a sua inversão. Neste sentido, devem também ser implementadas acções tendo em vista a criação de condições para o rejuvenescimento ou revitalização dos recursos humanos, bem assim como para o aumento da qualidade do capital humano e social, em geral.

Objectivo estratégico:

Aumentar os níveis de qualificação e de integração social dos residentes (revitalização demográfica), de modo a também aumentar a capacidade de fixação e de atracção de actividades económicas.



Medida C.1. Melhoria do ensino, educação e formação profissional e promoção de iniciativas e actividades culturais

Objectivos específicos:

- *Aumentar os níveis de qualificação dos residentes.*
- *Reconhecer as competências adquiridas ao longo da vida.*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none">➤ Acções de formação e acreditação de competências adquiridas ao longo da vida➤ Centro de Investigação na área dos Têxteis |
|---|

Outras acções exemplificativas:

- Combate à iliteracia através da criação de estruturas culturais, desportivas e recreativas;
- Criação e promoção de cursos a realizar localmente;
- Atribuição de bolsas a estudantes fora do Concelho em troca de tempo de serviço/projecto de investimento;
- Melhoria dos níveis de qualidade do ensino;
- Formação profissional para a desburocratização;
- Prestação de serviços de formação por parte de um conjunto de empresas que beneficiariam de reduções significativas de preços nas acções de formação contratadas;
- Estabelecimento de protocolos entre institutos/universidades por forma a implementar novos padrões de qualidade na formação profissional (novas técnicas/produtos/tecnologias);
- Formação profissional dirigida aos agricultores
- Maior equilíbrio entre a escola propriamente dita e as actividades extra-curriculares, principalmente no 1º ciclo
- Escola secundária com todos os agrupamentos disponíveis;
- Preservar as características identitárias locais;
- Apoiar as associações juvenis, desportivas e culturais, garantindo a realização de actividades que potenciem os recursos existentes e valorizem a dinâmica sócio-cultural e a identidade, promovendo o desenvolvimento sustentado do concelho;
- Apoiar iniciativas de divulgação cultural e que potenciem a "formação ao longo da vida" para garantir uma maior integração e a redução dos níveis de iliteracia;
- Aumentar a oferta de espaços para a realização de actividades culturais;
- Incentivar a criação de centros de investigação/interpretação da história, cultura e identidade local;
- Melhorar a oferta de ocupação de tempos livres nomeadamente através da promoção de



actividades culturais e desportivas que potenciem a utilização das infraestruturas culturais e desportivas existentes;

- Realização de diagnóstico de necessidades de formação do concelho;



Medida C.2. Integração social

Objectivos específicos:

- *Combater fenómenos de exclusão social, efectiva ou potencial.*

Ações desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">➤ Criação de Respostas Sociais Integradas para jovens e idosos no concelho➤ Realização de estudo sobre o insucesso, absentismo e abandono escolar no concelho |
|--|

Outras acções exemplificativas:

- Criar projectos de integração a famílias estrangeiras e/ou carenciadas;
- Combater a exclusão social através do emprego;
- Elaboração e reprodução de Guia de Respostas Sociais;
- Prevenção da toxicoddependência e alcoolismo;
- Sensibilizar os agentes competentes para a criação de serviços de psicologia e orientação escolar;
- Integração social dos idosos;



EIXO D – PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO DO AMBIENTE NATURAL (preservação e educação ambiental e melhoria das práticas agrícolas)

A conservação, protecção e valorização do ambiente e recursos naturais constitui-se como uma vertente essencial para a viabilização de dois grandes objectivos: (i) a qualidade de vida das populações; (ii) a promoção do desenvolvimento económico sustentável.

No caso do concelho de Arraiolos, o potencial paisagístico e a sua relativa preservação, justificam medidas específicas que garantam a sua correcta integração com, por exemplo, a promoção do desenvolvimento turístico. Neste particular, este eixo contempla acções especificamente direccionadas para a promoção de boas práticas agrícolas, tanto com o objectivo de garantir produções de elevada qualidade, como de proteger o ambiente natural como, ainda, de manter uma paisagem diversificada.

As condições naturais do Concelho são também propiciadoras para a promoção e diversificação da exploração de energias renováveis, mas estas devem ser encaradas na dupla óptica do acréscimo de rendimentos dos residentes e da minimização de efeitos negativos sobre a qualidade paisagística e ambiental.

Objectivo estratégico:

Articular as necessidades de crescimento económico com a sustentabilidade do ambiente natural.



Medida D.1. Preservação do ambiente e educação ambiental

Objectivos específicos:

- *Aumentar os níveis de percepção dos residentes para a necessidade de preservação do ambiente natural.*
- *Conhecer o estado de conservação do ambiente natural para a sua protecção.*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- Criação de Áreas de paisagens protegidas - Ribeira do Divor, Ribeira de Teira)
- Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural;
- Centro de Investigação e Promoção Ambiental
- Sensibilização para a educação ambiental;
- Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho;

Outras acções exemplificativas:

- Estudos de caracterização do ambiente natural que permitam a elaboração de folhetos de divulgação e medidas de preservação da biodiversidade;
- Criação de um sistema de monitorização do estado das linhas de água;
- Criação de um guia de boas práticas ambientais, incidindo nas políticas de preservação da biodiversidade, valorização dos recursos naturais existentes;
- Tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos.
- Combate aos incêndios através da sensibilização da população para a importância da limpeza das matas;
- Criação de um guia de boas práticas ambientais;
- Mais higiene urbana no centro histórico;



Medida D.2. Melhoria das práticas agrícolas

Objectivos específicos:

- *Proteger os solos e os recursos aquíferos.*
- *Promover uma agricultura adaptada às características locais e sustentável.*

Acções desenvolvidas sob a forma de ficha de projecto:

- | |
|--|
| ➤ Promoção do montados de sobro e azinho |
|--|

Outras acções exemplificativas:

- Criação de um gabinete de apoio ao agricultor que disponibilize consultoria jurídica e técnica e que promova acções de "formação" com o objectivo de melhorar as práticas agrícolas e informar sobre os apoios e a melhor forma de os aplicar, recorrendo a protocolos entre institutos e universidades de forma a incrementar o uso de novas técnicas/produtos/tecnologias entre os produtores;
- Reordenar a prática agrícola, modernizando-a e adoptando culturas mais rentáveis e adaptadas às características da região;



V – FICHAS DE ACÇÃO



1. Denominação da Acção	Acção A.1.1. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado								
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preser. e qualidade ambiental	Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos	X	Equip. e infraestruturas, de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos		Estudos		X Integração social		Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	Desenvolvimento de um sector turístico sustentável, susceptível de promover o desenvolvimento económico e social do Concelho, contribuindo, ao mesmo tempo, para a preservação do ambiente natural e humano e para a promoção da justiça social e territorial.								
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) específico(s):								
	<p><i>Estabelecer mecanismos de gestão e coordenação turística:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar de forma centralizada a oferta e a promoção turística. • Criar uma imagem de marca da oferta turística como produto de qualidade. <p><i>Criar e diversificar a oferta turística da área territorial em questão:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Integrar toda a zona na oferta turística como mecanismo de equilíbrio territorial. • Valorizar o seu património cultural e o dos espaços naturais e urbanos, com vista à sua rentabilização económica como componentes da oferta turística. <p><i>Criar expectativas e oportunidades económicas para a população, diversificando as suas fontes de riqueza/rendimento:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma rede de infra-estruturas e serviços ligados aos recursos culturais e naturais existentes que não só torne viável a sua exploração turística, mas permita também configurar uma rede primária de habitações permanentes que reforcem a estrutura sócio-económica da zona. • Estimular a implantação de novas actividades produtivas compatíveis com a conservação do património e do meio ambiente. • Estimular a dinamização e actividade relacionada com os recursos cinegéticos e halieuticos(caça e pesca – como actividades de enorme relevo e atracção no concelho) <p><i>Promover, apoiar e incentivar a criação de um tecido empresarial dinâmico, inovador e territorialmente equilibrado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Potenciar a capacidade empreendedora e melhorar a qualificação profissional da população. 								
4. Conteúdo da Acção	<p>Linha Estratégica de Desenvolvimento (LED) 1 – Criação das condições técnicas e organizacionais de suporte ao desenvolvimento do turismo.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Criação de estruturas de natureza mista susceptíveis de facilitar o desenvolvimento do sector turístico. 2. Criação de condições para a criação do diálogo e cooperação entre os actores do sistema turístico concelhio. 3. Fomento da integração da actividade turística com as restantes políticas de desenvolvimento concelhio. 4. Fomento dos estudos incidentes sobre o sector turístico concelhio e suas esferas territoriais de enquadramento. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Constituição e equipamento material e humano de um Centro Integrado de turismo concelhio, eventualmente resultante da revitalização do actual Posto de Turismo;</i> • <i>Apoio à reestruturação e modernização do sistema de informação turística;</i> • <i>Sistema de apoio ao desenvolvimento do conhecimento turístico.</i> 								

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.1.1. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>LED 2 – Apoio à melhoria das condições externas de apoio e suporte ao sector turístico.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Apoiar a criação/melhoria de infraestruturas e serviços complementares ao sector turístico.• Apoiar a melhoria das unidades comerciais mais envolvidas com o sector turístico.• Apoiar a valorização turística das unidades de produção artesanal.• Apoiar a uniformização e expansão da sinalização turística.• Fomento das acções de sensibilização para o turismo ao nível dos actores económicos e sociais envolvidos indirectamente com o sector turístico. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Elaboração de uma carta de infraestruturas e serviços de valia turística• Apoio à valorização turística do sector artesanal• Apoio à dinâmica da prática da pesca e caça no concelho, como actividade com elevado potencial desportivo, lúdico, económico (pela atracção de visitantes e movimentação da população concelhia) e turístico.• Apoio específico às unidades comerciais mais directamente relacionadas com o turismo• Apoio à unificação e densificação da informação turística• Acções de sensibilização turística para actores económicos e sociais com relevância para o turismo <p>LED 3 – Suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística local</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Apoiar o aumento, diversificação e qualificação da oferta de alojamento• Apoiar a qualificação e o reforço da identidade local no domínio do sector da restauração• Apoiar a constituição/reforço das empresas de animação turística de base endógena• Apoiar eventos com interesse turístico evidente• Apoiar a preservação e valorização numa óptica turística dos recursos naturais, históricos e culturais.• Apoiar a integração de Arraiolos nos percursos turísticos já existentes ao nível regional e a concepção e desenvolvimento de módulos concelhios integráveis nesses percursos.• Apoiar a qualificação profissional no domínio do turismo do capital humano concelhio. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none">➢ Apoio à criação de um Hotel Rural Disperso➢ Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural➢ Criação de uma rede de restaurantes "regionais"➢ Apoio à animação turística➢ Qualificação do capital humano➢ Apoio à preservação, recuperação e valorização do património natural, histórico e cultural de valia turística➢ Apoio à criação de roteiros temáticos ao nível concelhio/produtos turísticos diferenciadores➢ Apoio à criação do Ecomuseu de Arraiolos <p>LED 4 – Fomento da procura turística e dos respectivos níveis de satisfação</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none">• Apoiar acções de sensibilização turística da população de Arraiolos• Apoiar estudos sobre os mercados actuais e potenciais do turismo de Arraiolos• Apoiar o desenvolvimento de acções externas de informação e promoção turística• Apoiar iniciativas tendentes a promover os graus de satisfação turística• Apoiar e garantir níveis de qualidade turística compatíveis com as estratégias do destino turístico Arraiolos

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.1.1. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado	
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Elaboração de estudos sobre os mercados actuais e potenciais do turismo de Arraiolos ➤ Criação de um clima interno favorável à recepção turística ➤ Aumento da visibilidade externa do destino Arraiolos ➤ Apoio a acções diversificadas de aumento da satisfação turística (fidelização) e potenciação da divulgação “boca a boca” <p>LED 5 – Apoio ao seguimento e avaliação das dinâmicas turísticas induzidas e respectivos impactes</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Apoio à divulgação do plano de turismo sustentável • Apoio à constituição de um observatório permanente do turismo e da sustentabilidade turística (monitorização e avaliação de resultados e impactes) <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Apoio à divulgação do plano de turismo sustentável de Arraiolos ➤ Criação de um observatório do turismo e da sustentabilidade turística <p>Cf. documento anexo ao Plano de Acção: Anexo A – Acção A.1.1. - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado - “TURISMO EM ARRAIOLOS – PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL”</p>	
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	<p style="text-align: center;">Pontos fortes</p> <p>As <i>repercussões positivas</i> do turismo em meio rural são de três tipos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ambientais/culturais:</i> conservação e valorização da paisagem e do meio natural, a recuperação e conservação do património histórico-cultural. • <i>Económicas:</i> criação de rendimentos complementares, criação de vias de saída para os produtos locais, criação de emprego e reconversão da mão de obra e maiores possibilidades de incorporar a mulher no trabalho. • <i>Antrópicas:</i> intercâmbios culturais, manutenção dos costumes e tradições locais, aumento do interesse da comunidade pelas actividades de lazer e cultura e apoio às empresas locais. 	<p style="text-align: center;">Fragilidades</p> <p>No entanto, o desenvolvimento do turismo no meio rural pode trazer consigo alguns <i>aspectos negativos</i>, ligados à fragilidade, tanto cultural como natural, dos ambientes rurais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Ambientais/cultural:</i> aumento do risco de contaminação da água, do ar e visual, riscos de perturbação da flora e da fauna pela excessiva influência de visitantes e erosão dos factores identitários. • <i>Económicos:</i> congestionamento dos serviços e equipamentos, criação de infra-estruturas e serviços adicionais monoespecializados e perigo de monoactividade. • <i>Antrópicas:</i> riscos de conflitos entre as comunidades locais e o visitante, expressos numa competitividade pelo alojamento e outros recursos, adulteração e alteração das tradições locais e da cultura e excessiva pressão da afluência de visitantes que provoque comportamentos anti-sociais.

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.1.1. Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementar a actividade turística local. • Garantir os maiores níveis de rentabilidade económica da actividade turística para os residentes envolvidos directa ou indirectamente. • Garantir a rentabilidade dos investimentos turísticos. • Melhorar a qualidade de vida da população local. • Manter e promover a qualidade ambiental e social do concelho, bem como o respectivo património material e imaterial. • Promover a justiça territorial e social na distribuição das mais valias turísticas. • Promover a qualidade da oferta e a qualidade das experiências dos visitantes. • Promover, nos visitantes, a ideia de turismo responsável. 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central	<input checked="" type="checkbox"/>	Empresas	<input checked="" type="checkbox"/>	Pop. em geral	<input checked="" type="checkbox"/>
	AMDE	<input checked="" type="checkbox"/>	Outras Entid. Públicas		Indivíduos	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		0.000		Outros serviços		Σ.000	
	Construção/remodelação		800.000		Promoção/divulgação		80.000	
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos		100.000		TOTAL		1.070.000	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➢ Programa Operacional Regional; ➢ Programas Sectoriais (Cf. http://www.ifturismo.min-economia.pt) ➢ Incentivos ao nível das derramas municipais. 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Articula-se com todos os Projectos. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	<input checked="" type="checkbox"/>	3 – 4 anos		5 – 6 anos	<input checked="" type="checkbox"/>
	6 meses – 1 ano	<input checked="" type="checkbox"/>	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	Cf. documento anexo ao Plano de Acção: Anexo A – Acção A.1.1. - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado - "TURISMO EM ARRAIOLOS – PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL"							
13. Resultados Esperados	Cf. campo 3 desta ficha: Objectivos da acção							



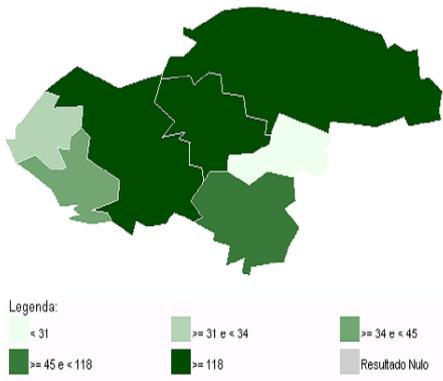
1. Denominação da Acção	Acção A.1.2. Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural								
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preser. e qualidade ambiental	Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos	X	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos		Estudos		Integração social		Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	<ul style="list-style-type: none"> Aproveitar os recursos naturais para fins turísticos 								
	Objectivo(s) específico(s):								
4. Conteúdo da Acção	<ul style="list-style-type: none"> Apoiar o aumento, diversificação e qualificação da oferta de alojamento 								
	<p>Para aumentar a oferta de alojamento turístico, seja através do apoio à remodelação e modernização de unidades de alojamento convencionais, seja no apoio à criação de unidades de turismo em espaço rural (TER), seja, ainda no âmbito da promoção da cooperação e associativismo entre os proprietários de casas devolutas ou de uso sazonal, propõe-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> a constituição de um <i>Hotel Rural Disperso</i> que integre, em rede, alojamentos de diversas natureza, tipologia e localização, susceptível de integrar as casas, disponibilizadas temporariamente ou permanentemente para alojamento turístico. <p>Esta solução permitirá não só envolver um grande número de população, como colocar no mercado produtos de qualidade controlada apoiados por serviços mínimos garantidos através da constituição de uma Unidade de Serviços.</p> <p>A relevância desta proposta centra-se na necessidade de formular um objectivo estratégico no domínio da oferta de alojamento que a racionalize e evite, quer uma concentração dos benefícios nas mãos dos mais activos e com património cultural e material maior, quer a concentração territorial.</p> <p>Finalmente, se não se conseguir captar a população local com casas susceptíveis de serem integradas no <i>Hotel Rural Disperso</i>, há um risco real de se desenvolver uma pressão no sentido da transformação de muitas casas em segundas residências.</p> <p>Interessa ainda relevar que este tipo de estrutura de alojamento tem potencialidades para conferir um carácter verdadeiramente endógeno à oferta, bem como uma forte vocação integradora da população local nos benefícios do desenvolvimento turístico, seja directamente através da disponibilização de unidades de alojamento, seja através da participação na Unidade de Serviços. O <i>Hotel Rural Disperso</i> será gerido por uma unidade de gestão que poderá estar integrada no Centro Integrado de Turismo, o qual, adicionalmente, será responsável pela distribuição dos benefícios pelos participantes.</p> <ul style="list-style-type: none"> Relativamente ao apoio à remodelação e modernização de unidades de alojamento convencionais, ou à criação de unidades de turismo em espaço rural, os tipos de apoios concretos poderão ir desde o apoio na parte burocrática e na elaboração de candidaturas a PICs e programas específicos de índole regional ou sectorial, até à concessão de incentivos ao nível das derramas municipais. 								

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.1.2. Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural																																																																																																																					
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes					Fragilidades																																																																																																																
	<ul style="list-style-type: none"> Necessidade de formular um objectivo estratégico no domínio da oferta de alojamento que a racionalize e evite, quer uma concentração dos benefícios nas mãos dos mais activos e com património cultural e material maior, quer a concentração territorial. 					<ul style="list-style-type: none"> Se não se conseguir captar a população local com casas susceptíveis de serem integradas no <i>Hotel Rural Disperso</i>, há um risco real de se desenvolver uma pressão no sentido da transformação de muitas casas em segundas residências. 																																																																																																																
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> O alojamento TER e, sobretudo, a concretização de um hotel rural disperso, tem potencialidades para conferir um carácter de verdadeiramente endógeno à oferta, bem como uma forte vocação integradora da população local nos benefícios do desenvolvimento turístico, seja directamente através da disponibilização de unidades de alojamento, seja através da sua participação na Unidade de Serviços. 																																																																																																																					
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas	X	Pop. em geral																																																																																																															
	AMDE		ADL, ONG, IPSS (IPSFL)		Indivíduos	X	Outros																																																																																																															
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos				Outros serviços																																																																																																																	
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação																																																																																																																	
	Arranjos exteriores				Outros custos																																																																																																																	
	Equipamentos				TOTAL				A estudar																																																																																																													
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> PIC's e programas específicos de índole regional ou sectorial, até à concessão de incentivos ao nível das derramas municipais. 																																																																																																																					
10. Articulação com outros projectos	Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado (o pensar o Turismo de uma forma integrada e coerente permitirá definir a viabilidade da construção de diferentes unidades de alojamento e criará estruturas de suporte à criação e qualificação dos mesmos)																																																																																																																					
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos		X		3 – 4 anos		5 – 6 anos																																																																																																													
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos				4 – 5 anos		> 6 anos																																																																																																													
12. Enquadramento / Justificação	<p>O número de alojamentos familiares vagos no Concelho representa 16% do total de alojamentos familiares e é um fenómeno que, de forma diferenciada, afecta todas as suas freguesias, com destaque para a situação dos alojamentos que não estavam, em 2001, colocados no mercado habitacional (venda ou aluguer). Por outro lado, do total de alojamentos familiares ocupados, são frequentes os de uso sazonal, tendo também havido uma variação positiva de 1991 para 2001.</p>																																																																																																																					
	<p style="text-align: center;">ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse; text-align: center;"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Freg.</th> <th colspan="2">Vagos - Para venda</th> <th colspan="2">Vagos - Para aluguer</th> <th colspan="2">Vagos - Para demolição</th> <th colspan="2">Vagos - Outros casos</th> <th colspan="2">TOTAL</th> </tr> <tr> <th>Nº</th> <th>%</th> <th>Nº</th> <th>%</th> <th>Nº</th> <th>%</th> <th>Nº</th> <th>%</th> <th>Nº</th> <th>%</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Arraiolos</td> <td>31</td> <td>10,7</td> <td>12</td> <td>4,1</td> <td>8</td> <td>2,8</td> <td>239</td> <td>82,4</td> <td>290</td> <td>41,7</td> </tr> <tr> <td>Igrejinha</td> <td>1</td> <td>2,2</td> <td>3</td> <td>6,7</td> <td>1</td> <td>2,2</td> <td>40</td> <td>88,9</td> <td>45</td> <td>6,5</td> </tr> <tr> <td>Santa Justa</td> <td>0</td> <td>0,0</td> <td>-</td> <td>-</td> <td>2</td> <td>9,1</td> <td>20</td> <td>90,9</td> <td>22</td> <td>3,2</td> </tr> <tr> <td>São Gregório</td> <td>2</td> <td>1,3</td> <td>0</td> <td>0,0</td> <td>2</td> <td>1,3</td> <td>151</td> <td>97,4</td> <td>155</td> <td>22,3</td> </tr> <tr> <td>Gafanhoeira</td> <td>1</td> <td>2,9</td> <td>0</td> <td>0,0</td> <td>1</td> <td>2,9</td> <td>32</td> <td>94,1</td> <td>34</td> <td>4,9</td> </tr> <tr> <td>Vimieiro</td> <td>12</td> <td>10,2</td> <td>5</td> <td>4,2</td> <td>7</td> <td>5,9</td> <td>94</td> <td>79,7</td> <td>118</td> <td>17,0</td> </tr> <tr> <td>Sabugueiro</td> <td>3</td> <td>9,7</td> <td>0</td> <td>0,0</td> <td>3</td> <td>9,7</td> <td>25</td> <td>80,6</td> <td>31</td> <td>4,5</td> </tr> <tr> <td>Concelho</td> <td>50</td> <td>7,2</td> <td>20</td> <td>2,9</td> <td>24</td> <td>3,5</td> <td>601</td> <td>86,5</td> <td>695</td> <td>100,0</td> </tr> </tbody> </table> <p>Fonte: INE</p>										Freg.	Vagos - Para venda		Vagos - Para aluguer		Vagos - Para demolição		Vagos - Outros casos		TOTAL		Nº	%	Arraiolos	31	10,7	12	4,1	8	2,8	239	82,4	290	41,7	Igrejinha	1	2,2	3	6,7	1	2,2	40	88,9	45	6,5	Santa Justa	0	0,0	-	-	2	9,1	20	90,9	22	3,2	São Gregório	2	1,3	0	0,0	2	1,3	151	97,4	155	22,3	Gafanhoeira	1	2,9	0	0,0	1	2,9	32	94,1	34	4,9	Vimieiro	12	10,2	5	4,2	7	5,9	94	79,7	118	17,0	Sabugueiro	3	9,7	0	0,0	3	9,7	25	80,6	31	4,5	Concelho	50	7,2	20	2,9	24	3,5	601	86,5	695								
Freg.	Vagos - Para venda		Vagos - Para aluguer		Vagos - Para demolição		Vagos - Outros casos		TOTAL																																																																																																													
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%																																																																																																												
Arraiolos	31	10,7	12	4,1	8	2,8	239	82,4	290	41,7																																																																																																												
Igrejinha	1	2,2	3	6,7	1	2,2	40	88,9	45	6,5																																																																																																												
Santa Justa	0	0,0	-	-	2	9,1	20	90,9	22	3,2																																																																																																												
São Gregório	2	1,3	0	0,0	2	1,3	151	97,4	155	22,3																																																																																																												
Gafanhoeira	1	2,9	0	0,0	1	2,9	32	94,1	34	4,9																																																																																																												
Vimieiro	12	10,2	5	4,2	7	5,9	94	79,7	118	17,0																																																																																																												
Sabugueiro	3	9,7	0	0,0	3	9,7	25	80,6	31	4,5																																																																																																												
Concelho	50	7,2	20	2,9	24	3,5	601	86,5	695	100,0																																																																																																												

(continua)

1. Denominação da Acção	Ação A.1.2. Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural																																																																																															
12. Enquadramento / Justificação (continuação)	<p style="text-align: center;">NÚMERO DE ALOJAMENTOS FAMILIARES VAGOS NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS</p>  <p style="text-align: center;">ALOJAMENTOS FAMILIARES DE USO SAZONAL NAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE ARRAIOLOS</p> <p style="text-align: right;">Fonte: INE</p> <table border="1" data-bbox="389 967 1342 1335"> <thead> <tr> <th rowspan="3">Freg.</th> <th colspan="3">Total de alojamentos familiares</th> <th colspan="5">Alojamentos Familiares ocupados - Uso sazonal ou secundário</th> </tr> <tr> <th>1991</th> <th>2001</th> <th rowspan="2">Var. % 1991-2001</th> <th>1991</th> <th>2001</th> <th rowspan="2">Var. % 1991-2001</th> <th colspan="2">% de sazonais no Total</th> </tr> <tr> <th>Nº</th> <th>Nº</th> <th>Nº</th> <th>Nº</th> <th>1991</th> <th>2001</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Arraiolos</td> <td>1571</td> <td>1808</td> <td>15,1</td> <td>137</td> <td>220</td> <td>60,6</td> <td>8,7</td> <td>12,2</td> </tr> <tr> <td>Igrejinha</td> <td>452</td> <td>494</td> <td>9,3</td> <td>88</td> <td>142</td> <td>61,4</td> <td>19,5</td> <td>28,7</td> </tr> <tr> <td>Santa Justa</td> <td>197</td> <td>152</td> <td>-22,8</td> <td>33</td> <td>36</td> <td>9,1</td> <td>16,8</td> <td>23,7</td> </tr> <tr> <td>São Gregório</td> <td>307</td> <td>354</td> <td>15,3</td> <td>20</td> <td>31</td> <td>55,0</td> <td>6,5</td> <td>8,8</td> </tr> <tr> <td>Gafanhoeira</td> <td>305</td> <td>324</td> <td>6,2</td> <td>24</td> <td>51</td> <td>112,5</td> <td>7,9</td> <td>15,7</td> </tr> <tr> <td>Vimieiro</td> <td>1089</td> <td>969</td> <td>-11,0</td> <td>140</td> <td>201</td> <td>43,6</td> <td>12,9</td> <td>20,7</td> </tr> <tr> <td>Sabugueiro</td> <td>259</td> <td>251</td> <td>-3,1</td> <td>28</td> <td>47</td> <td>67,9</td> <td>10,8</td> <td>18,7</td> </tr> <tr> <td>Concelho</td> <td>4180</td> <td>4352</td> <td>4,1</td> <td>470</td> <td>728</td> <td>54,9</td> <td>11,2</td> <td>16,7</td> </tr> </tbody> </table>	Freg.	Total de alojamentos familiares			Alojamentos Familiares ocupados - Uso sazonal ou secundário					1991	2001	Var. % 1991-2001	1991	2001	Var. % 1991-2001	% de sazonais no Total		Nº	Nº	Nº	Nº	1991	2001	Arraiolos	1571	1808	15,1	137	220	60,6	8,7	12,2	Igrejinha	452	494	9,3	88	142	61,4	19,5	28,7	Santa Justa	197	152	-22,8	33	36	9,1	16,8	23,7	São Gregório	307	354	15,3	20	31	55,0	6,5	8,8	Gafanhoeira	305	324	6,2	24	51	112,5	7,9	15,7	Vimieiro	1089	969	-11,0	140	201	43,6	12,9	20,7	Sabugueiro	259	251	-3,1	28	47	67,9	10,8	18,7	Concelho	4180	4352	4,1	470	728	54,9	11,2	16,7
Freg.	Total de alojamentos familiares			Alojamentos Familiares ocupados - Uso sazonal ou secundário																																																																																												
	1991		2001	Var. % 1991-2001	1991	2001	Var. % 1991-2001	% de sazonais no Total																																																																																								
	Nº	Nº	Nº		Nº	1991		2001																																																																																								
Arraiolos	1571	1808	15,1	137	220	60,6	8,7	12,2																																																																																								
Igrejinha	452	494	9,3	88	142	61,4	19,5	28,7																																																																																								
Santa Justa	197	152	-22,8	33	36	9,1	16,8	23,7																																																																																								
São Gregório	307	354	15,3	20	31	55,0	6,5	8,8																																																																																								
Gafanhoeira	305	324	6,2	24	51	112,5	7,9	15,7																																																																																								
Vimieiro	1089	969	-11,0	140	201	43,6	12,9	20,7																																																																																								
Sabugueiro	259	251	-3,1	28	47	67,9	10,8	18,7																																																																																								
Concelho	4180	4352	4,1	470	728	54,9	11,2	16,7																																																																																								
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> ● Envolvimento dos particulares no processo de desenvolvimento do Concelho; ● Aumento da oferta de alojamento em todas as freguesias; ● Aumento dos rendimentos dos residentes; ● Criação de novos empregos (ainda que principalmente desqualificados); ● Aproveitamento (utilização, conservação e manutenção) de parte do parque habitacional; ● Efeitos directos ou indirectos sobre outras actividades (artesanato, construção civil, serviços de reparação, catering...) 																																																																																															

1. Denominação da Acção	Acção A.1.3. Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos - parque de campismo								
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preser. e qualidade ambiental	Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos	X	Estudos		Integração social		Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	Aumentar a oferta de alojamento turístico								
	Objectivo(s) específico(s):								
	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar a oferta de meios complementares de alojamento turístico vocacionados para uma população mais jovem e/ou mais adepta do contacto directo com a natureza. 								
4. Conteúdo da Acção	<p>O parque de campismo é um equipamento que responde a sugestões múltiplas e, sem dúvida, uma necessidade local e um factor de atracção turística.</p> <p>Em virtude da sua situação geográfica pode Arraiolos captar os turistas, campistas ou caravanistas que pretendam usufruir ou estejam de passagem pela região sem terem de recorrer a outras ofertas de alojamento decerto mais caras e menos convenientes.</p> <p>Assim, entendeu-se pertinente criar-se um Parque de Campismo e Caravanismo de três (3) estrelas, segundo a tipologia em vigor, dotado dos requisitos que a lei impõe e que, implantado numa área de cerca de 18.000 m², poderá acolher 255 campistas e caravanistas.</p> <p>Ao usufrutuário pretende oferecer-se espaço destinado a tendas (podendo indicar-se um total de 70 alvéolos), auto-caravanas (10 alvéolos) e "bungalows" (em número de 5) e ainda; 90 a 100 lugares de estacionamento; um campo desportivo de uso múltiplo e uma área pavimentada de cerca de 900 m² (incluindo a área de recepção e serviços de gestão e manutenção do parque). O espaço dos alvéolos será relvado.</p> <p>A localização do parque terá de ser estudada, sendo de garantir: (i) a sua integração numa área de invulgar qualidade paisagística e ambiental (sendo naturalmente necessário proceder ao plantio criterioso de espécies silvícolas); (ii) um acesso confortável a um rio ou plano de água (se a localização escolhida integrar estes recursos); (iii) um acesso facilitado a uma vila ou aldeia próximas, onde os usufrutuários possam encontrar uma oferta relativamente diversificada de bens ou serviços.</p>								
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades				
	<ul style="list-style-type: none"> Aumento e diversificação da oferta de alojamento; Promoção de um turismo "amigo do ambiente"; Captação de turistas mais jovens; Possibilidade de complementar outras actividades ou iniciativas relacionadas com o turismo, tanto de carácter cultural, como desportivo. 				<ul style="list-style-type: none"> Riscos de degradação ambiental caso não se acautelem os efeitos da concentração de pessoas num espaço de elevado valor paisagístico; Impermeabilização de uma pequena parte do solo (cerca de 5% do total); Necessidade de garantir sistemas adequados de abastecimento de água e recolha e tratamento de resíduos e águas residuais. 				

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.1.3. Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos - parque de campismo						
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Directamente relacionados com os pontos fortes da acção. 						
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas	X	Pop. em geral
	AMDE		ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	X	Indivíduos		Outros
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		60.000		Outros serviços		
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação		10.000
	Arranjos exteriores				Outros custos		
	Equipamentos		1.620.000		TOTAL		1.690.000
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➢ Programa Operacional Regional; ➢ Programas Sectoriais (Cf. http://www.ifturismo.min-economia.pt) ➢ Auto-financiamento a médio/longo prazo; ➢ Dação em concessão. 						
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado (permitirá pensar este tipo de estruturas de uma forma coerente). • Criação de Circuitos de preservação e valorização da natureza. • Criação de núcleos museológicos. • Apoio à criação de unidades de turismo rural. • Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). 						
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos
12. Enquadramento / Justificação	Fracos quantitativos e diversidade de oferta de alojamento turístico (Cf. documento anexo ao Plano de Acção: Anexo A – Acção A.1.1. - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado - "TURISMO EM ARRAIOLOS – PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL")						
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do número de turistas em consequência do aumento e diversificação da oferta de alojamento; • Efeitos ao nível de actividades complementares ao turismo (cultura, desporto, lazer e outras); • Aumento do consumo de produtos locais por via do incremento do número de turistas; 						



1. Denominação da Acção	Acção A.2.1. Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial	Preser. e qualidade ambiental	Turismo	
	Captação de investim. e incentivos	X	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	X	Infraestruturas rodoviárias	Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais	Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos		Estudos		Integração social	Rendibilização de equipamentos	X	
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial	Serviços de transporte		
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial	Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	<p align="center">Objectivo(s) geral(ais):</p> <p>Criação de um espaço infraestruturado que incentive e promova a fixação de empresas no Concelho contribuindo para o fortalecimento do tecido empresarial e investimento no Concelho a par da criação de postos de trabalho e fixação de população.</p> <p align="center">Objectivo(s) específico(s):</p> <p><i>Ampliação e remodelação dos espaços industriais existentes:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Organizar o espaço já infraestruturado melhorando as condições existentes para promover a manutenção das empresas já instaladas. • Construir um espaço de serviços, nomeadamente cafetaria e restauração, para apoio às empresas. <p><i>Remodelação e ampliação, física e da oferta de serviços, do ninho de empresas do Concelho:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar um espaço multifacetado com partilha de serviços logísticos e de secretariado, que possibilite a fixação de empresas, principalmente de serviços, durante um período de tempo que se ache necessário para o lançamento e afirmação da empresa. • Dinamizar um serviço de informação e publicidade comum, com partilha de custos, que exteriorize as empresas e, simultaneamente afirme o Concelho como “acolhedor” de empresas e investimentos. <p><i>Criar espaços multiusos nas freguesias não servidas por área industrial:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar espaços multiusos, dimensionados na base de cada povoação, capazes de atrair e fomentar a fixação e criação de empresas, entendendo através de estudo qual a localização mais favorável, económica e estrategicamente, para tal estrutura. <p><i>Promover, apoiar e incentivar a criação de um tecido empresarial dinâmico, inovador e territorialmente equilibrado:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar, no espaço multifacetado de apoio às empresas, um local para a formação e qualificação profissional potenciando o empreendedorismo. 							
4. Conteúdo da Acção	<p>Linha Estratégica de Desenvolvimento (LED) 1 – Melhoria das infraestruturas e organização do espaço industrial.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ol style="list-style-type: none"> 5. Ampliação do espaço industrial, infraestruturado. 6. Criação de novos pólos industriais capazes de atrair industria e criar emprego. 7. Melhorar as linhas de transferência de dados (Internet de alta velocidade) <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Construção de infraestruturas de suporte à actividade empresarial</i> • <i>Incentivos à fixação de empresas e pólos tecnológicos através da redução de taxas e atribuição de regalias.</i> • <i>Sinalizar as áreas industriais, através de placas informativas.</i> 							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.2.1. Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias						
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>LED 2 – Infraestruturas de apoio à fixação de empresas.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um (Pavilhão Municipal de Feiras e Exposições), à escala do Concelho, multifacetado, capaz de acolher conferências, colóquios/congressos, exposições e outros eventos que dinamizem a actividade empresarial do concelho, publicitando e projectando-o para o exterior. • Criação de um centro de apoio à empresa com serviços de secretariado e de logística que facilitem a fixação e criação de empresas. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Criar um gabinete de Apoio ao Empresário que informe sobre as linhas de apoio existentes e auxilie na preparação de candidaturas para melhoria de infraestruturas e acções de I&D empresarial e que auxilie na formação de activos através de um Plano de Cursos de Formação, com base no Estudo das Expectativas dos Agentes, que apoie as empresas e aumente a qualificação da população (este gabinete deverá resultar, preferencialmente, da dinamização de actividades de cooperação entre os actuais GADE e UNIVA). 						
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes			Fragilidades			
	<p>A Criação de infraestruturas de apoio à empresa e ao empresário tem vantagens, nomeadamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Maior facilidade na fixação de empresas; • Evitar a superação de recursos, rentabilizando-os; • Aumento dos incentivos à fixação de empresas dependentes de Alta Tecnologia; 			<p>No entanto, podem ser apontados alguns pontos fracos que devem ser considerados, como</p> <ul style="list-style-type: none"> • O elevado custo inicial que poderá não ser revertido em “lucro” pela falta de “motivação” das empresas na fixação; • A dificuldade em justificar aos responsáveis pelas infraestruturas de Alta Tecnologia (Internet de Alta Velocidade) o lucro esperado; • Risco de não existir uma cooperação interempresarial forte que inviabilize o “lucro” do investimento em estruturas de suporte à partilha de serviços.. 			
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Partilha de recursos logísticos e de secretariado, diminuindo gastos. • Garantir os maiores níveis de rentabilidade económica da actividade empresarial. • Aumentar o emprego. • Manter a dinâmica empresarial e justificar a fixação populacional e de serviços de apoio. 						
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	Empresas	X	Pop. em geral	
	AMDE	X	ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	Indivíduos	X	Outros	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos	50.000	Outros serviços	50.000			
	Construção/remodelação	1.000.000	Promoção/divulgação	100.000			
	Arranjos exteriores	500.000	Outros custos	50.000			
	Equipamentos	250.000	TOTAL	2.000.000			

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.2.1. Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias							
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➤ Programa Operacional Regional; ➤ Outros. 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos à criação de auto-emprego. • Criação de um Sistema de Transportes Municipais. • Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	X
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos		4 – 5 anos	X	> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>"No entanto, os valores absolutos envolvidos no caso de Arraiolos são manifestamente baixos, remetendo esta observação preliminar para uma área de preocupação onde o reforço da composição industrial ao nível do incremento do número de empresas deve ser central (GEOIDEIA;2004; : 115)</p>							
13. Resultados Esperados	<p>Uma melhoria das condições físicas de suporte à actividade empresarial vêm aumentar a possibilidade de fixação de empresas, aumentando o emprego e apoiando a fixação de população. Cf. campo 3 desta ficha: Objectivos da acção</p>							



1. Denominação da Acção	Acção A.2.2. Criação do Selo de Garantia e Qualidade do Tapete de Arraiolos							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	X	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	X	Preser. e qualidade ambiental	Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas, de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias		Património	X	
	Certificação de produtos	X	Ensino/formação	Iniciativas culturais		Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos		Estudos	Integração social		Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica	Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego	X	Habitação	Ordenamento territorial		Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Diversificar a base económica local, promovendo o emprego e atraindo novos investimentos, tendo como âncora o potencial do desenvolvimento turístico.							
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) específico(s):							
	<ul style="list-style-type: none"> • Potenciar um produto local, no sentido da sua comercialização integrada e protegida • Preservar a identidade local do concelho pela valorização de um produto também local • Apostar na qualidade, pela certificação do Tapete de Arraiolos • Controlar a garantia e originalidade de um produto marcadamente tradicional (Tapete de Arraiolos) • Estimular a empregabilidade directa e indirecta relacionada com a produção/restauro/venda do Tapete de Arraiolos • Informar e sensibilizar a população em geral e os produtores de tapetes de Arraiolos sobre os mecanismos de controlo de certificação de garantia e qualidade • Promover a actividade turística pela atracção por um produto local e tradicional, assente em pressupostos de qualidade. 							
4. Conteúdo da Acção	<ul style="list-style-type: none"> • Revitalizar a Comissão de Acompanhamento da Criação do selo de qualidade e garantia do Tapete de Arraiolos • Apoiar e dinamizar o trabalho da Comissão de Acompanhamento • Reforçar a informação sobre a importância da criação de um selo de qualidade e garantia, junto das entidades competentes. • Divulgar o selo de qualidade, através dos meios de comunicação social, à população e agentes sócio-económicos. • Monitorização e avaliação do uso do selo de certificação do Tapete de Arraiolos, junto dos agentes intervenientes 							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	<p>Conservação e valorização de um produto local</p> <p>Garantir o mercado de oferta de tapetes que, por seu turno, permite a criação/manutenção de postos de trabalho</p> <p>Manutenção da identidade cultural do concelho</p> <p>Promoção e viabilidade do concelho no exterior</p> <p>Promoção de emprego feminino</p> <p>Produção sustentável do Tapete de Arraiolos</p>				<p>Excesso de burocracia</p> <p>Não reunião de consenso junto da Comissão de Acompanhamento, por se tratar de uma entidade complexa</p> <p>Aumento do risco decorrente do individualismo por parte dos produtores</p> <p>Desmotivação/desinteresse das entidades competentes pela aprovação deste selo</p> <p>Adiamento constante da decisão sobre a criação do selo</p>			

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.2.2. Criação do Selo de Garantia e Qualidade do Tapete de Arraiolos							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementa o turismo • Promove a economia local • Garante a satisfação do consumidor em relação a este produto • Atração do consumidor para outros produtos locais • Reforçar a imagem do concelho no exterior (marketing territorial) 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas/Empresários individuais	X	Pop. em geral	X
	AMDE		Outras Públicas/privadas Entid.		ONG's/ADL's	X	Outros	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos				Outros serviços			
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação		15.000,00 €	
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL		15.000,00 €	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	PIQTUR POEFDS Medida 7							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • "Identidade Territorial e Memória Colectiva" - Museu Rural; Museu do Tapete; Núcleo Museológico de Arte Sacra; Núcleo de Arqueologia" • Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial) 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos	X	4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	Justificação deve-se à agressividade empresarial nacional e estrangeira. "(...) a produção de tapetes (...), segmento extremamente sensível do ponto de vista da concorrência e dos padrões de comportamento do mercado" (GEOIDEIA; 2003: 115).							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da empregabilidade (sobretudo feminina). • Aumento da credibilidade do tapete no mercado, junto dos consumidores de um produto local. • Trabalho em parceria entre agentes sócio-económicos. • Criação de uma estratégia de marketing em torno da certificação dos tapetes. 							



1. Denominação da Acção	Acção A.2.3. Incentivos à Criação de Auto-Emprego							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	X	Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preser. e qualidade ambiental	Turismo
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património	
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas	
	Construção de equipamentos		Estudos		Integração social		Rendibilização de equipamentos	
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte	
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos	
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Promover a iniciativa empresarial dos indivíduos, bem como o conhecimento sobre a realidade económica do concelho e a realidade dos programas e medidas de apoio ao auto-emprego							
	Objectivo(s) específico(s):							
<ul style="list-style-type: none"> Promover o conhecimento sobre a realidade económica do concelho, em estreita ligação com as ONG's com intervenção local Promover a articulação com o Plano de Desenvolvimento Social do CLASA Promover a discussão em torno da economia e realidade local Promover o conhecimento sobre a política de emprego e auto-emprego para entidades económicas e população em geral Promover, apoiar e incentivar a articulação entre esta actividade, o GADE e o Gabinete de Apoio ao Empresário, previsto na Acção A2.2. Dinamizar a vida económica local 								
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolvimento de um colóquio (GADE; Centro de Emprego, Monte, ACE e outras entidades), sobre a realidade empresarial em Arraiolos, desenvolvido pelo Monte, ACE, a decorrer na Mostra das Actividades Económicas do concelho Desenvolvimento de um workshop com temática associada a Programas e Medidas de Apoio à Criação de Empresas e Auto-Emprego, aquando da Mostra de Actividades Económicas do concelho Estreita articulação entre GADE, Centro de Emprego e ONG's na definição, apoio e encaminhamento de pessoas a diferentes medidas 							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	<p>Maior conhecimento sobre a realidade local</p> <p>Maior conhecimento sobre as políticas e incentivos à criação de emprego</p> <p>Diminuição do número de desempregados no concelho</p> <p>Aumento da iniciativa empresarial</p>				<p>Pouca receptividade perante as actividades de informação e sensibilização</p> <p>Manutenção do reduzido empreendedorismo</p> <p>Recessão económicas</p> <p>Medo do "risco" da iniciativa empresarial</p> <p>Excessiva burocracia</p>			
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Aumentar o emprego. Manter a dinâmica empresarial e justificar a fixação populacional Aumentar o conhecimento sobre a realidade concelhia 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas	X	Pop. em geral	X
	AMDE		ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	X	Indivíduos	X	Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos			Outros serviços				
	Construção/remodelação			Promoção/divulgação				
	Arranjos exteriores			Outros custos				
	Equipamentos			TOTAL				

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.2.3. Incentivos à Criação de Auto-Emprego						
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ POEFDS ➤ Orçamento Município 						
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida. • Promoção do montado de sobre e azinho. • Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro e criação de pequenas zonas noutras freguesias. • Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural. • Aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos - parque de campismo. 						
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos
12. Enquadramento / Justificação	"No entanto, os valores absolutos envolvidos no caso de Arraiolos são manifestamente baixos, remetendo esta observação preliminar para uma área de preocupação onde o reforço da composição industrial ao nível do incremento do número de empresas deve ser central (GEOIDEIA;2004; : 115)						
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da iniciativa empresarial. • Aumento das dinâmicas de emprego. • Melhoria das condições sócio-económicas da vida dos habitantes. • Fixação da população. • Aumento do conhecimento da realidade concelhia. • Aumento do número de pessoas com informação sobre as políticas/programas de emprego. 						



1. Denominação da Acção	Acção A.2.4. Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial)						
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	Preser. e qualidade ambiental		Turismo	
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias	Património			
	Certificação de produtos	Ensino/formação	Iniciativas culturais	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos	Estudos	Integração social	Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	Gestão autárquica	Marketing territorial	X Serviços de transporte			
	Criação de emprego	Habitação	Ordenamento territorial	Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):						
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover uma imagem de qualidade do Concelho • Atrair investimentos; • Aumentar a procura turística; • Aumentar o número de residentes. 						
	Objectivo(s) específico(s):						
	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgar a actuação da Autarquia, gerindo com os seus responsáveis os elementos informativos disponíveis, de modo a (re)criar e/ou (re)afirmar uma imagem de qualidade do Concelho e da Câmara Municipal. • Informar, envolver e mobilizar os diversos agentes (locais e externos) e população local, induzindo a sua participação através de um plano de comunicação integrado e diversificado, dirigido diferenciadamente a diversos públicos-alvo. • Informar agentes internos e externos ao Concelho, ajudando a criar as condições necessárias à continuação de um amplo debate interno e afirmação da Agenda XXI Local e das suas medidas e acções concretas. • Originar situações de comunicação e inserções de informação na área editorial dos média portugueses de informação geral e especializada, locais e regionais, em torno da Agenda XXI Local e de outros instrumentos de planeamento (destacando as acções preconizadas directamente revertíveis para a melhoria do ambiente natural, económico, social e cultural). • Consolidar um enquadramento de notoriedade positiva para o Concelho de Arraiolos, não só compatível com os objectivos da Agenda XXI Local, mas também da própria Autarquia. 						
4. Conteúdo da Acção	<p>Para atingir os objectivos de divulgação e mobilização para a participação e criação das condições de envolvimento favoráveis à (re)criação e/ou (re)afirmação de uma imagem do Concelho que proporcione condições para a atracção de investimentos e de visitantes e turistas, o plano de divulgação/comunicação deve ser aberto e flexibilizado de acordo com as circunstâncias e os momentos, já que o sistema de comunicação é dinâmico e condicionado pelos interesses de curto, médio e longo prazo de diversos agentes. Deste modo, entendemos que a sua definição formal e explicitação em termos de conteúdos concretos nos parece, à partida, abusiva, pelo que passamos a indicar as orientações e características genéricas das acções que podem ser enquadradas por um plano tendo em vista o <i>marketing</i> territorial do Concelho.</p> <p>Assim, e tendo em atenção os objectivos mencionados no campo 3 desta ficha, pode identificar-se desde logo um conjunto de tarefas de apoio ao desenvolvimento, acompanhamento e avaliação do plano de <i>marketing</i> territorial:</p> <p>(i) aconselhamento - incide na aplicação dos elementos da estratégia definida pelo plano de comunicação à própria actividade de comunicação, incluindo a reacção a acontecimentos inesperados, num contexto de gestão conjunta da informação disponível (entre a equipa do plano e a Autarquia).</p>						

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.2.4. Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial)	
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>(ii) elaboração de textos e concepção de conteúdos de comunicação escrita em diversos suportes – com uma redacção em linguagem não promocional, mas incluindo informações no âmbito da estratégia definida no plano, sendo a selecção da forma de distribuição dos textos feita de acordo com a avaliação da situação em cada momento.</p> <p>(iii) representação junto da comunicação social - feita através da difusão de textos e da confirmação da sua recepção, de iniciativas junto dos meios para averiguar o interesse que estes podem ter por determinado assunto respeitante à situação, recepção de pedidos de informações acerca do Concelho, no geral, ou da Autarquia, em particular.</p> <p>(iv) recorte das inserções e avaliação dos resultados da comunicação com a imprensa - recolha e análise permanentes de recortes de imprensa escrita (nacional, regional e local) e de alertas de televisão e rádio referentes ao Concelho e à Câmara Municipal.</p> <p>As tarefas antes descritas inscrevem-se no contexto da monitorização de notícias/opiniões/imagem sobre o Concelho, tendo por objectivo direccionar as acções de divulgação e promoção associadas ao plano de comunicação (<i>marketing</i> territorial). Estas acções poderão estruturar-se de acordo com um esquema que contemple:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Organização das mensagens 2. Concepção geral dos conteúdos 3. Meios <ol style="list-style-type: none"> 3.1. Placares/mupis de publicidade exterior 3.2. Apresentações multimédia e edição de CD-ROM 3.3. Spots radiofónicos 3.4. Spots televisivos 3.5. Edição de desdobráveis/brochuras 3.6. Página Internet 3.7. Eventos <ul style="list-style-type: none"> • Sessões de informação, preferencialmente dinamizando outras iniciativas da população; • Apoio ou patrocínio a iniciativas de outras entidades; • Patrocínio de iniciativas culturais e/ou desportivas; • Organização de visitas ao Concelho por parte de entidades relevantes (associações empresariais, sindicais, jornalistas ...); • (...) 	
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	<p style="text-align: center;">Pontos fortes</p> <ul style="list-style-type: none"> • Oportunidade para o estudo e elaboração de um "mix" de atracções e serviços que podem ser prestados no Concelho; • identificação de tipos e modalidades de incentivos que possam tornar atractivo o uso dos recursos e serviços prestados pelo Concelho; • promover os valores e a imagem do Concelho de modo a que os seus utilizadores, efectivos ou potenciais, se apercebam de forma inequívoca das vantagens e das diferenças associadas ao território municipal. 	<p style="text-align: center;">Fragilidades</p> <ul style="list-style-type: none"> • Riscos de interpretações demasiado politizadas, por parte de alguma população, das acções de marketing territorial; • Eventual acréscimo das tarefas associadas aos técnicos autárquicos responsáveis pelas acções de divulgação do município já hoje existentes.

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção A.2.4. Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial)							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos níveis de participação e consciencialização para a cidadania; • Promoção da imagem do Concelho, com consequências directas ao nível da percepção da qualidade dos seus produtos, da atracção de investimento e de turistas e visitantes. 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central		Empresas	<input checked="" type="checkbox"/>	Pop. em geral	<input checked="" type="checkbox"/>
	AMDE	<input checked="" type="checkbox"/>	ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	<input checked="" type="checkbox"/>	Indivíduos	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		14.000		Outros serviços		12.000	
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação		16.000	
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL		42.000	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Patrocínios; ➢ Orçamento municipal; ➢ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➢ Programa Operacional Regional; ➢ Programas Sectoriais (Cf. http://www.ifturismo.min-economia.pt). 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Criação de uma rede de vias cicláveis e pedonais. • Criação de um Centro de Investigação e Promoção Ambiental. • Estudos de Caracterização do ambiente natural que permitam a elaboração de folhetos de divulgação e medidas de preservação da biodiversidade. • Criação de Circuitos de Observação e Educação. • Sensibilização para a Educação Ambiental. • Criação de um Guia de Boas Práticas Ambientais. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	<input checked="" type="checkbox"/>	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano	<input checked="" type="checkbox"/>	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>A actual imagem do Concelho está bastante ancorada no seu produto mais tradicional e reconhecido internacionalmente. Esta imagem, apesar de positiva, necessita no entanto de ser mais fortalecida do ponto de vista da sua ligação directa ao território concelhio. Por outro lado, e porque a questão da identidade territorial deve ser entendida como um conjunto de fluxos e fixos espaciais em permanente mutação nonexo global/local, é importante assumirem-se outras imagens promocionais, bem assim como novas formas de atracção de pessoas e bens que contribuam para a revitalização dos recursos (ambiente natural, humanos, culturais e económicos) existentes. Deste modo, a promoção e divulgação do município a nível externo pressupõe a elaboração de um plano de comunicação global e integrada, com forte componente de assessoria mediática nos órgãos regionais e nacionais de imprensa escrita, rádio e televisão.</p>							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos níveis de participação e consciencialização para a cidadania; • Promoção da imagem do Concelho, com consequências directas ao nível da percepção da qualidade dos seus produtos, da atracção de investimento e de turistas e visitantes. 							



1. Denominação da Acção	Acção B.1.1. Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos)							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	Preser. e qualidade ambiental		Turismo		
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias	X	Património			
	Certificação de produtos	Ensino/formação	Iniciativas culturais		Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos	X	Estudos	X	Integração social	Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial	Serviços de transporte		
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial	X	Serviços públicos	
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Criação de uma rede de vias cicláveis e pedonais que permita a oferta de percursos concelhios que suportem actividades turísticas e simultaneamente sirvam a população local no suporte às suas deslocações.							
	Objectivo(s) específico(s):							
	<p><i>Construir uma rede concelhia de vias Cicláveis e Pedonais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Suportado na Rede Viária existente, com a possibilidade de utilização de caminhos municipais ou vicinais, estabelecer uma rede de vias cicláveis que permita a ligação inter-concelhia. • Estabelecer um “Modelo de Via” que permita uma utilização em segurança e com conforto para o utilizador. <p><i>Promover, apoiar e incentivar o Turismo e a descoberta do património natural e físico do Concelho:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Definição de percursos temáticos suportados na Rede a criar que motivem a descoberta do concelho e dos seus valores patrimoniais e naturais. • Criar passeios guiados, em parceria com associações locais. • Criar espaços de estadia e descanso aproveitando recursos existentes. <p><i>Ligar a Rede Concelhia de Vias Cicláveis e Pedonais com outras Redes no mesmo âmbito de nível territorial superior.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudar as Redes existentes na Região e fazer ligação com elas no limite do concelho. 							
4. Conteúdo da Acção	<p>Linha Estratégica de Desenvolvimento (LED) 1 – Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <p>8. Construção de uma rede de vias cicláveis e pedonais.</p> <p>9. Criação de espaços de lazer e contemplação do património físico e natural.</p> <p>10. Criação de uma rede pedonal, dentro das localidades e fora delas, que possibilite e motive o percurso a pé no interior e entre as mesmas.</p> <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Elaborar um Estudo/Projecto específico para a Rede a criar, interligado com a Medida A.1. e D.1</i> • <i>Criar as infraestruturas necessárias para o suporte da rede, vias e pontos de apoio.</i> • <i>Sinalizar as áreas de interesse e os percursos através de placas informativas.</i> • <i>Estudar a ligação pedonal no interior das localidades, melhorando os passeios nomeadamente no que se refere à segurança e conforto.</i> 							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção B.1.1. Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos)						
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>LED 2 – Criação de Percursos Temáticos.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um conjunto de percursos temáticos de descoberta e contemplação do património e recursos naturais e culturais concelhios. • Incentivar a utilização da rede de ciclovias e percursos pedonais. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Elaboração de um estudo/projecto de identificação e criação de percursos temáticos que vise a contemplação e promoção das áreas de interesse, interligado com a media A.1. e D.1. ➢ Criação, com o apoio das associações locais, de um conjunto de passeios organizados de visita ao concelho, seus recursos e património ➢ Criar um serviço de empréstimo ou aluguer de velocípedes sem motor. 						
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes			Fragilidades			
	<p>A Criação da rede de vias cicláveis e pedonais apresenta as seguintes vantagens, nomeadamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Possibilita o acesso a património concelho que, devido à sua localização ou sensibilidade, está em abandono ou não é "explorado";</i> • <i>Promove a descoberta do interior do concelho para além da rede viária principal;</i> • <i>Aumenta a oferta turística;</i> • <i>Permite um maior controlo do património físico e natural do concelho;</i> • <i>Oferta de espaços de lazer ligados à natureza.</i> 			<p>No entanto, podem ser apontados alguns pontos fracos que devem ser considerados, como seja,</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>A possibilidade de a Rede a criar não ser utilizada;</i> • <i>A possibilidade de degradação se não for efectuada uma gestão e manutenção eficazes, com pontos de apoio, recipientes para resíduos, locais próprios para merendas, fiscalização contínua;</i> 			
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração e controle dos Recursos Ambientais. • Promoção da descoberta dos valores naturais e patrimoniais do concelho. • Aumentar a oferta turística. • Motivar o Desporto ligado à Natureza e Património. • Possibilitar a ligação interespaial através de meios de transporte não poluentes. 						
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas		Pop. em geral
	AMDE	X	ADL, ONG, IPSS (IPSFL)		Indivíduos		Outros
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		50.000		Outros serviços		15.000
	Construção/remodelação		500.000		Promoção/divulgação		50.000
	Arranjos exteriores		100.000		Outros custos		10.000
	Equipamentos		100.000		TOTAL		825.000

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção B.1.1. Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos)							
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➤ Programa Operacional Regional; ➤ Outros. 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um Plano De Desenvolvimento de Turismo Integrado. • Apoio à Criação de Unidades de Turismo Rural. • Criação de Circuitos de preservação e valorização da natureza. • Criação de um Parque de Campismo. • Promoção do montado de sobre e azinho. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Estudos de Caracterização do Ambiente natural. • Criação de Paisagens Protegidas. • Sensibilização para a educação ambiental. • Criação de um Centro de Investigação e Promoção Ambiental. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	X
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos		4 – 5 anos	X	> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>“Sendo o ambiente um dos principais motes da sustentabilidade, ou pelo menos o motivador do discurso em torno do futuro das gerações vindouras, é necessário entender o espaço físico e os recursos e potenciais áreas sensíveis do concelho, com o objectivo de melhor ajudar à definição de interacções vocacionadas para o desenvolvimento, suportadas por medidas e acções que, protegendo o Ambiente, não o deixem de utilizar como recurso” (GEOIDEIA, 2004: 79).</p>							
13. Resultados Esperados	<p>Oferta de uma Rede que motive ao uso de velocípedes sem motor para a ligação interespacial e de curta distância em conjunto com a criação de uma rede pedonal que motive o passeio. Espera-se ainda o aumento do turismo, através de uma maior oferta e a possibilidade de descoberta do património concelhio por parte dos habitantes e turistas, motivando os primeiros à defesa dos valores territoriais. Cf. campo 3 desta ficha: Objectivos da acção</p>							



1. Denominação da Acção	Acção B.1.2. Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	Preser. e qualidade ambiental	X	Turismo	X	
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias	Património				
	Certificação de produtos	Ensino/formação	Iniciativas culturais	Práticas agrícolas				
	Construção de equipamentos	Estudos	X	Integração social	Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	Gestão autárquica		Marketing territorial	Serviços de transporte			
	Criação de emprego	Habitação		Ordenamento territorial	X	Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Definir uma estratégia racional de gestão e utilização dos recursos hídricos, em articulação com o ordenamento do território, conservação e protecção do ambiente, por forma a potenciar o desenvolvimento económico e social auto-sustentado, o equilíbrio biológico e a estabilidade geológica.							
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) específico(s):							
	<ul style="list-style-type: none"> • Valorização, protecção e gestão equilibrada dos recursos hídricos, bem como a sua harmonização com o desenvolvimento local, regional e sectorial, através da racionalização do seu uso. • Abordagem e planeamento interligada, onde aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais se interliguem, envolvendo agentes económicos e populações • Levantamento e protecção das espécies existentes. Levantamento e indicação das espécies em perigo/ a proteger • Aumento da produtividade da água e promoção do seu uso racional, com o máximo respeito pela integridade territorial das bacias hidrográficas • Protecção, conservação e requalificação dos meios hídricos e dos ecossistemas associados • Satisfação das necessidades das populações e do desenvolvimento económico e social do País • Respeito pela legislação nacional e comunitária relevante e satisfação dos compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português • Acesso à informação e participação dos cidadãos na gestão dos recursos hídricos 							
4. Conteúdo da Acção	<p>Reunir esforços no sentido do desenvolvimento de um diagnóstico sobre os recursos hídricos, respeitantes à Fargela, Tera, Divor e Arraiolos</p> <p>Averiguar possibilidade do levantamento e diagnóstico ser realizado mediante realização/estabelecimento de protocolos com Universidades, na área das engenharias do ambiente, Biofísica, hídricos e outras.</p> <p>Averiguar estudos desenvolvidos anteriormente</p> <p>Averiguar o cumprimento de directrizes comunitárias (2000/60/CE)</p> <p>Reunir esforços no sentido de se verem realizados estes dois Planos de Ordenamento Territorial para os Planos de Água, junto da CCDRA (?)</p>							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção B.1.2. Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água						
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades		
	<ul style="list-style-type: none"> Preocupação crescente com a utilização/uso da água Sensibilização e consciência colectiva sobre a importância dos recursos hídricos 				<ul style="list-style-type: none"> Descrédito da importância dos documentos que apontam para a gestão integrada deste recurso Sobreposição de interesses individuais Não resposta das entidades com âmbito de intervenção na gestão dos recursos hídricos 		
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Permite um maior controlo dos recursos hídricos do concelho Permite uma gestão integrada da envolvente dos planos de água permite um conhecimento mais aprofundado dos recursos hídricos do concelho Permite a consciencialização colectiva sobre os recursos concelhios 						
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central	<input checked="" type="checkbox"/>	Empresas		Pop. em geral
	AMDE		ADL, ONG, IPSS (IPSFL)		Indivíduos	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos			Outros serviços			
	Construção/remodelação			Promoção/divulgação			
	Arranjos exteriores			Outros custos			
	Equipamentos			TOTAL			
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	Programa Operacional Regional; Programas Sectoriais no âmbito do INAG; Outros						
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> Elaboração de um Plano De Desenvolvimento de Turismo Integrado. Apoio à Criação de Unidades de Turismo Rural. Criação de Circuitos de preservação e valorização da natureza. Criação de um Parque de Campismo. Promoção do montado de sobro e azinho. Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. Estudos de Caracterização do Ambiente natural. Criação de Paisagens Protegidas. Sensibilização para a Educação Ambiental. Criação de um Centro de Investigação e Promoção Ambiental. 						
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos		3 – 4 anos		5 – 6 anos
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos
12. Enquadramento / Justificação	"Os recursos hídricos são um factor de extrema importância para a sustentabilidade de um concelho, por ser um bem que, não sendo tomadas as devidas precauções, poderá esgotar-se ou tornar-se impróprio o seu uso, devem ser entendidas as necessidades actuais e a capacidade de resposta dos recursos por forma a garantir a sua racionalização" (GEOIDEIA; 2004: 81).						
13. Resultados Esperados	Gestão ordenada dos recursos hídricos naturais e cinegéticos existentes uso racional e ordenado dos recursos hídricos qualidade de vida da população						



1. Denominação da Acção	Acção B.1.3. Projecto de Beneficiação e Conservação do Castelo de Arraiolos								
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	X	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	X	Preserv. e qualidade		Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias		Património		X	
	Certificação de produtos		Ensino/formação	Iniciativas culturais	X	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos		Estudos	Integração social		Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica	Marketing territorial	X	Serviços de transporte			
	Criação de emprego		Habitação	Ordenamento territorial		Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	Melhorar o ambiente urbano, as acessibilidades e a oferta de equipamentos, tendo em vista aumentar a qualidade de vida dos residentes e atrair outros mais jovens								
	Objectivo(s) específico(s):								
	<ul style="list-style-type: none"> • Preservar a identidade local do concelho pela valorização do património histórico • Controlar a preservação do património histórico edificado • Promover a actividade turística pela atracção para um monumento concelhio • Preservar e difundir a memória colectiva • Aplicar o conceito de conservação no seu mais amplo entendimento • Estudar o Castelo e sua conservação 								
4. Conteúdo da Acção	<ol style="list-style-type: none"> 1. Proceder à realização de um estudo com levantamento e análise do Castelo de Arraiolos e necessidade de obras 2. Início das análises de estabilidade estrutural do monumento, das fundações às coberturas (geotecnia, engenharia civil), detectando um primeiro nível de patologias 3. Análise de elementos físicos do monumento de modo a estudar o seu comportamento antes e depois do restauro, ao nível da pedra e dos rebocos 4. Preparação do projecto de conservação depois de obtidas as respostas aos pontos anteriores 5. Eventual preparação do projecto de valorização – implicando, porventura, pequenas ou grandes intervenções de restauro 								
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades				
	Importância dada à conservação e valorização do património local				Excesso de burocracia				
	Preocupação das entidades envolvidas na conservação, preservação e a valorização do património edificado e não edificado que existe				Desmotivação/desinteresse das entidades competentes pela conservação				
	Manutenção da identidade cultural do concelho								
	Promoção e viabilidade do concelho no exterior								

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção B.1.3. Projecto de Beneficiação e Conservação do Castelo de Arraiolos							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementa o turismo • Promove a economia local • Atracção de turistas • Reforço da Identidade cultural do concelho • Reforçar a imagem do concelho no exterior (marketing territorial) 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas/Empresários individuais	X	Pop. em geral	X
	AMDE		Outras Públicas/privadas Entid.		ONG's/ADL's	X	Outros	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos			Outros serviços				
	Construção/remodelação			Promoção/divulgação			15.000,00 €	
	Arranjos exteriores			Outros custos				
	Equipamentos			TOTAL			15.000,00 €	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	Programas Operacionais Regional ou sectoriais.							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • "Identidade Territorial e Memória Colectiva" - Museu Rural; Museu do Tapete; Núcleo Museológico de Arte Sacra; Núcleo de Arqueologia". • Centro de Investigação na área dos Têxteis • Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial). 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos		3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos	X	4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	"Num contexto internacional em que o turismo tem cada vez mais expressão, há também que considerar que o o património não é somente parte da história e da identidade das populações, é também um espaço de fruição cultural, um veículo de democratização que pode proporcionar o acesso a algo que é a pertença de uma comunidade" (GEOIDEIA; 2003: 127).							
13. Resultados Esperados	<p>Preservação e valorização local</p> <p>Trabalho em parceria entre agentes sócio-económicos</p> <p>Criação de uma estratégia de marketing em torno do património edificado</p>							



1. Denominação da Acção	Acção B.1.4. "Identidade Territorial e Memória Colectiva – Museu Rural – Museu do Tapete – Núcleo Museológico de Arte Sacra – Núcleo de Arqueologia"							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	X	Preser. e qualidade ambiental		Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias		Património		X	
	Certificação de produtos	Ensino/formação	Iniciativas culturais	X	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos	X Estudos	Integração social		Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	X Gestão autárquica	Marketing territorial	X	Serviços de transporte			
	Criação de emprego	Habitação	Ordenamento territorial		Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	<p style="text-align: center;">Objectivo(s) geral(ais):</p> <p>Diversificar a base económica local, promovendo o emprego e atraindo novos investimentos, tendo como âncora o potencial do desenvolvimento turístico e o património cultural existente.</p> <p style="text-align: center;">Objectivo(s) específico(s):</p> <p><u>Museu Rural, Núcleos Museológicos de Arte Sacra e Arqueologia</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de espaços museológicos de temática local • Recuperação e beneficiação de património local de interesse colectivo • Preservar a identidade local do concelho pela valorização da história local ligada ao rural, à arqueologia e arte • Promover a actividade turística pela atracção por objectos e histórias ligados à ruralidade • Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e históricos e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos • Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade • Reforçar o grau de aproximação da população com a sua identidade rural. <p><u>Museu do Tapete</u></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um espaço museológico de temática local • Recuperação e beneficiação de património local de interesse colectivo • Potenciar um produto local, no sentido da sua comercialização integrada e protegida • Preservar a identidade local do concelho pela valorização de um produto também local • Apostar na qualidade, pela certificação do Tapete de Arraiolos • Controlar a garantia e originalidade de um produto marcadamente tradicional (Tapete de Arraiolos) • Promover a actividade turística pela atracção por um produto local e tradicional, assente em pressupostos de qualidade. • Garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos • Facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade. 							

(continua)



1. Denominação da Acção	<p>Acção B.1.4. "Identidade Territorial e Memória Colectiva</p> <ul style="list-style-type: none"> – Museu Rural – Museu do Tapete – Núcleo Museológico de Arte Sacra – Núcleo de Arqueologia" 	
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<ol style="list-style-type: none"> 1. Reunir esforços, no sentido da criação e dinamização dos Museus como marcos importantes da identidade local do concelho 2. Produção de documento pela entidade proponente (neste caso o Município), onde é manifesta formalmente, a intenção de criar o museu, indicando, para o efeito, o respectivo estatuto jurídico e comprometendo-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a sua sustentabilidade 3. O Programa museológico a anexar nesta intenção de criação de Museu deverá ver incluídos os seguintes pontos: denominação prevista para o museu, definição de objectivos; identificação e caracterização dos bens culturais existentes ou a incorporar em função da sua incidência disciplinar e temática; a formulação de estratégias funcionais, designadamente, nos domínios do estudo, investigação e incorporação, documentação, conservação, exposição e educação; identificação dos públicos; indicação das instalações e a afectação a áreas funcionais; as condições de conservação e segurança; os recursos financeiros e a previsão do pessoal e perfis profissionais correspondentes 4. Envio do documento ao Instituto Português de Museus, em papel e suporte informático 5. No prazo de 30 dias a contar da apresentação do requerimento, o Instituto Português de Museus, notifica o requerente do início da instrução do procedimento ou da rejeição do pedido 6. Inscrição voluntária na Rede Portuguesa de Museus 7. Dinamização dos estudos/actividades do Museu e produção de sinalética indicativa dos mesmo <p>(Cf. documento anexo ao Plano de Acção: Anexo A – Acção A.1.1. - Elaboração de Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado - "TURISMO EM ARRAIOLOS – PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL")</p>	
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes	Fragilidades
	<p>Conservação e valorização da história local Rica identidade cultural do concelho Promoção e viabilidade do concelho no exterior</p>	<p>Excesso de burocracia Desmotivação/desinteresse das entidades competentes pela aprovação deste Museu</p>

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção B.1.4. "Identidade Territorial e Memória Colectiva							
	<ul style="list-style-type: none"> – Museu Rural – Museu do Tapete – Núcleo Museológico de Arte Sacra – Núcleo de Arqueologia" 							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Incrementa o turismo • Promove a economia local • Reforçar a imagem do concelho no exterior (marketing territorial) • Potencia a conservação e valorização do local • Garante a identidade do local • Protecção e valorização do património cultural 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas		Pop. em geral	
	AMDE		ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	X	Indivíduos		Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos				Outros serviços			
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação			
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL			
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ INTERREG III ➤ AGRIS ➤ Orçamento municipal; 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Projecto de Beneficiação e Conservação do Castelo de Arraiolos. • Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. • Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos	X	4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>"Num contexto internacional em que o turismo tem cada vez mais expressão, há também que considerar que o o património não é somente parte da história e da identidade das populações, é também um espaço de fruição cultural, um veículo de democratização que pode proporcionar o acesso a algo que é a pertença de uma comunidade" (GEOIDEIA; 2003: 127).</p>							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em parceria entre agentes sócio-económicos • Criação de uma estratégia de marketing concelhia • Reforço da preservação e valorização do local 							



1. Denominação da Acção	Ação B.2.1. Construção de um novo Centro de Saúde								
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preser. e qualidade ambiental		Turismo
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas, de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos	X	Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos	X	
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial	X	Serviços públicos	X	
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	Melhorar o ambiente urbano, as acessibilidades e a oferta de equipamentos, tendo em vista o aumentar a qualidade de vida dos residentes e o atrair de outros mais jovens.								
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) específico(s):								
	<ul style="list-style-type: none"> • Promover a satisfação das necessidades dos habitantes ao nível da saúde • Garantir qualidade de vida aos residentes • Garantir à população os cuidados médicos essenciais • Promover um atendimento integrado e consistente aos utentes • Potenciar a articulação entre os diferentes serviços existentes nas freguesias e a sede de concelho • Melhorar a oferta de equipamentos • Estimular a empregabilidade directa e indirecta da população • Revitalizar o edifício do Centro de Saúde através da sua conversão para hospital de retaguarda para acamados • Garantir uma resposta integrada aos agregados familiares com dependentes a cargo 								
4. Conteúdo da Acção	<p>Elaborar um estudo de viabilidade sócio-económica sobre a construção de um novo Centro de Saúde na sede de concelho</p> <p>Reforçar a informação sobre a importância e necessidade da criação de um Centro de Saúde</p> <p>Estimular a interacção entre agentes sócio-económicos, com competência na área de intervenção em causa</p> <p>Requalificar o edifício do Centro de Saúde existente e conversão para Hospital de Retaguarda para Acamados</p>								
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades				
	<ul style="list-style-type: none"> • Elevada percentagem de população idosa • Elevada percentagem de dependentes com pouca ou sem autonomia • Existência de uma infra-estrutura • Inexistência de camas para internamento • Isolamento Social e geográfico de alguns idosos 				<ul style="list-style-type: none"> • Pouco Interesse da Administração Central • Falta de Fundos • Comodismo da população (e agentes envolvidos no processo) • Tendência para a desertificação humana do concelho • Baixa taxa de Natalidade • Excesso de Burocracia 				

(continua)



1. Denominação da Acção	Ação B.2.1. Construção de um novo Centro de Saúde							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Promove a empregabilidade directa e indirecta Satisfaz as necessidades da população Promove a qualidade de vida Garante uma resposta integrada 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas/Empresários individuais		Pop. em geral	X
	AMDE		Outras Entid. Públicas/privadas	X	ONG's/ADL's		Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		40.000,00 €		Outros serviços			
	Construção/remodelação		3.458.000,00 €		Promoção/divulgação			
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL		3.498.000,00 €	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	Saúde XXI							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> Criação de respostas sociais integradas para jovens e idosos no concelho. <p><i>Outros projectos municipais:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Projecto CASA Centro Social de Atendimento Solidário – Acção de Voluntariado (Pesando o facto de ter o seu terminus em 2005, prevê-se que deixe marcas significativas, a nível do voluntariado com e para idosos) Progride – Medida 1 (Candidatura em fase de aprovação) 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos		3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	X
12. Enquadramento / Justificação	<p>A justificação encontra-se no envelhecimento da população e aumento da necessidade dos cuidados médicos básicos, que lhe estão associados. “<i>Em todas as freguesias, à excepção de Santa Justa, (...), as taxas de mortalidade eram, nesta data, superiores às da natalidade, alertando para um envelhecimento da população e para um crescimento natural negativo. (...) Da comparação do índice de dependência com a estrutura etária facilmente se compreende que esta grande dependência é o resultado das respectivas estruturas etárias duplamente envelhecidas</i>” (Geoideia; 2003: 51 -53).</p>							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> Aumento da empregabilidade Trabalho em parceria entre agentes sócio-económicos Aumento da resposta aos agregados com dependentes a cargo Aumento da resposta, ao nível da saúde, à população do concelho Resposta a idosos em situação de Isolamento (seja ele social ou geográfico) 							



1. Denominação da Acção	Acção B2.2. Criação de um Sistema de Transportes Municipais							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preser. e qualidade ambiental	Turismo
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património	
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas	
	Construção de equipamentos		Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos	X
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte	X
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos	
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Responder de forma integrada às necessidades da população a nível dos transportes e no que concerne à rentabilização dos recursos existentes.							
	Objectivo(s) específico(s):							
Responder a necessidades sociais (profissionais, educativas, culturais) Avaliação da pertinência e viabilidade de um sistema municipal de transportes Análise SWOT desta acção/iniciativa Maior parceria e articulação entre entidades Reduzir ou atenuar a tendência à desertificação humana de algumas localidades								
4. Conteúdo da Acção	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo da necessidade de um sistema de transportes municipais • Estudo da viabilidade económico-social da implementação deste sistemas • Análise dos stake-holders envolvidos neste processo • Articulação entre necessidades, viabilidade e projecção populacional • Reunião de esforços, no sentido de definição de um sistema de transportes municipais, que responda às necessidades individuais e sociais (educativas, profissionais, etc) 							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	O isolamento social a que alguns indivíduos estão sujeitos, em termos geográficos e sociais, nalgumas freguesias a tendência para a concentração de população na sede de concelhos tendência para a desertificação humana decréscimo populacional e tendência para extinção de equipamentos/respostas sociais				A não viabilidade económica da iniciativas a negação dos stake-holders na reunião de esforços em torno desta resposta			
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Fixação da população no concelho e, sobretudo, nalgumas freguesias • Melhoria da qualidade de vida dos habitantes • Melhor resposta das diferentes entidades do concelho ou com âmbito de intervenção concelhia • Resposta a necessidades sociais específicas 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas/Empresários individuais	X	Pop. em geral	X
	AMDE	X	Outras Públicas/privadas Entid.	X	ONG's/ADL's	X	Outros	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos			Outros serviços				
	Construção/remodelação			Promoção/divulgação				
	Arranjos exteriores			Outros custos				
	Equipamentos			TOTAL				

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção B2.2. Criação de um Sistema de Transportes Municipais							
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	POEFDS Iniciativas Comunitárias diversas							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos ao Auto-Emprego (em termos genéricos um sistema de transportes poderia responder à questão do auto-emprego e do emprego em geral). • Certificação e Validação de Competências e formação profissional (transporte acessível a todos e em horário mais alargado, permitiria a diferentes pessoas de diferentes localidades, aceder a este benefício social). • Elaboração de um Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias. • Divulgação e promoção do município a nível externo em variadas áreas (turística, empresarial). • Construção de um novo Centro de Saúde. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos		4 – 5 anos	X	> 6 anos	X
12. Enquadramento / Justificação	"As densidades populacionais das freguesias em 2001, traduzem a existência de um fraca intensidade de ocupação do território concelhio. (...) o que se traduz numa densidade média para o concelho de Arraiolos de 11 hab. Por Km ² ". (GEOIDEIA; 2004: 67)							
13. Resultados Esperados	Fixação da população Melhoria da qualidade de vida dos habitantes							



1. Denominação da Acção	Ação C.1.1. Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	X	Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preserv. e qualidade	Turismo
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património	
	Certificação de produtos		Ensino/formação	X	Iniciativas culturais		Práticas agrícolas	
	Construção de equipamentos		Estudos		Integração social	X	Rendibilização de equipamentos	
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte	
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos	
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Aumentar os níveis de qualificação e de integração social dos residentes (revitalização demográfica), de modo a também aumentar a capacidade de fixação e de atracção de actividades económicas.							
	Objectivo(s) específico(s):							
4. Conteúdo da Acção	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria da qualificação profissional e escolar Promover a articulação com o Plano de Desenvolvimento Social do CLASA Aumento dos níveis de cooperação entre entidades locais e entidades regionais, com área de intervenção na educação, formação e validação de competências Aumento da capacidade de integração profissional dos alvos de intervenção Permitir o conhecimento alargado da existência e potencialidade da formação para acreditação e validação de competências Organizar de forma descentralizada as acções de informação e de formação da população 							
	<ul style="list-style-type: none"> Criar condições técnicas para a realização de uma acção de informação pública sobre as formações de acreditação/validação de competências adquiridas Levantamento do interesse da população concelhia na frequência das acções Auscultação das entidades acreditadas para a formação da validação, sobre a possibilidade de realização das acções a nível do concelho Auscultação da necessidade e interesse da população, em diferentes freguesias, na frequência destas acções Levantamento da viabilidade do desenvolvimento das acções ao nível de algumas freguesias Articular com entidades diversas, de cariz cultural, desportivo e recreativo para a dinamização das acções que potenciem a formação, a qualificação e a atenuação da iliteracia 							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	Elevada percentagem da população com baixa escolaridade (ao nível do 4º e 6º ano) Forte articulação entre entidades de cariz social, recreativo, desportivo e cultural e as entidades públicas				Pouca participação da população em acções de informação Impossibilidade de realização de CRVCC deslocalizadas Desinteresse da população em relação à sessão de informação e ao curso Impossibilidade/indisponibilidade familiar para a frequência destes cursos			

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção C.1.1. Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Aumenta a qualificação escolar e profissional • Melhora os níveis de empregabilidade • Promove a integração profissional • Promove o desenvolvimento do potencial humano • Serve como mais valia para o desenvolvimento económico (nomeadamente turístico) do concelho • Promove a qualidade de vida sócio-económica do concelho 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas/Empresários individuais	X	Pop. em geral	X
	AMDE		Outras Públicas/privadas	Entid.	X	ONG's/ADL's	X	Outros
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		500,00 €		Outros serviços			
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação		1.000,00 €	
	Arranjos exteriores				Outros custos		1.000,00 €	
	Equipamentos				TOTAL		2.500,00 €	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	POEFDS							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Incentivos à Criação de Auto-Emprego. (A Validação de competências pelo reconhecimento da experiência profissional permitirá um aumento da escolaridade e qualificação pessoal e, posteriormente, profissional) • Dinamização de Estruturas Culturais, Desportivas e Recreativas por forma à atenuação da iliteracia. (a possibilidade de itinerância dos cursos de formação de validação de competências permitiria, para além de chegar às populações das diferentes freguesias, dinamizar as associações existentes em cada uma delas, através da sua utilização) • Realização de um estudo sobre o insucesso, absentismo e abandono escolar sobre o concelho. (Os cursos/o curso, permitiria simultaneamente duas situações: por um lado, o conhecimento de algumas das causas do absentismo, abandono ou insucesso escolar que, motivaram a saída do sistema de ensino com pouca qualificação. Por outro lado, permite de uma forma mais indirecta, a não reprodução de modelos familiares (nomeadamente, os que respeitam, aos educativos) 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses	X	1 – 2 anos		3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	A acção justifica-se, em termos de diagnóstico, nas baixas percentagens de população com escolaridade mais elevada. Ou seja, a grande maioria da população possui, maioritariamente o 4º e 6º ano (GEOIDEIA; 2003: 58-59)							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das qualificações/habilitações literárias e escolaridade • Aumento da empregabilidade • Aumento da auto-confiança • Reprodução de modelos familiares mais positivos 							



1. Denominação da Acção	Acção C.1.2. Centro de Investigação na área dos Têxteis									
2. Tipologia da Acção	Campanhas de informação e	X	Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial	X	Preserv. e qualidade ambiental		Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		X	
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos		Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica		Marketing territorial	X	Serviços de transporte			
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):									
	Articular as necessidades de certificação de um produto local e histórico com a necessidade de investigação e inovação sobre o mesmo.									
	Objectivo(s) específico(s):									
4. Conteúdo da Acção	<ul style="list-style-type: none"> • Acrescer a capacidade e contributo da modernização e reestruturação da Indústria Têxtil no que respeita ao Tapete de Arraiolos, de modo a torná-lo competitivo e de qualidade, a nível nacional e internacional. • Garantir e melhorar a produção, o planeamento e o controlo de qualidade. • Consolidar a qualidade, pela constante articulação com diferentes Laboratórios. 									
	<ul style="list-style-type: none"> • Reunir condições e estabelecer conversações para que se proceda ao estabelecimento de um protocolo com a Universidade da Beira Interior, com vista à Criação de um Centro de Investigação na Área dos Têxteis. • Articular a existência deste Centro com outras acções previstas no Plano de Acção da Agenda 21, nomeadamente, as que se prendem: com a certificação do Tapete de Arraiolos, com a manutenção da Identidade Territorial (Museu do Tapete) e com o Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Articular a produção e comercialização do Produto Tapete de Arraiolos, com: <ul style="list-style-type: none"> • Laboratório de Ensaios Físicos: Tecidos; • Laboratório de Ensaios Físicos: Fibras e Fios; • Laboratório de Química Têxtil / Colorimetria; • Laboratório de Tinturaria / Estampagem e Acabamentos; • Laboratório de Investigação; • Oficina de Fiação; ➤ Oficina de Tecelagem; • Centro CAD de Tecidos. 									
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes					Fragilidades				
	Riqueza e diversidade do património cultural e histórico. Percepção da importância deste produto pelo Município e entidades locais.					Dificuldades de relacionamento/articulação entre entidades. Resistência junto de produtores.				

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção C.1.2. Centro de Investigação na área dos Têxteis"						
Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Proteger a integridade, qualidade e garantia do Tapete de Arraiolos. ➢ Promover articulação entre o sistema cultural e o económico. ➢ Promover a atracção concertada de turistas para o Tapete de Arraiolos, como produto local, tradicional e de qualidade. 						
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central		Empresas/Empresários individuais		Pop. em geral
	AMDE		Outras Públicas/privadas	Entid. <input checked="" type="checkbox"/>	ONG's/ADL's		Outros
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos			Outros serviços			
	Construção/remodelação			Promoção/divulgação			
	Arranjos exteriores			Outros custos			
	Equipamentos			TOTAL			A ser objecto de avaliação
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	Protocolo a realizar entre o Município e entidade de ensino superior (nomeadamente a Universidade da Beira Interior)						
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado 						
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	<input checked="" type="checkbox"/>	3 – 4 anos		5 – 6 anos
	6 meses – 1 ano	<input checked="" type="checkbox"/>	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos
12. Enquadramento / Justificação	Justificação deve-se à agressividade empresarial nacional e estrangeira. "(...) a produção de tapetes (...), segmento extremamente sensível do ponto de vista da concorrência e dos padrões de comportamento do mercado" (GEOIDEIA; 2003: 115).						
13. Resultados Esperados	<p>Preservação do património histórico e cultural do concelho.</p> <p>Promoção do tapete de Arraiolos como produto cultural e económico.</p> <p>Potenciar a dinamização sócio-económica do concelho, pela via da certificação dinamização e qualidade da produção do Tapete de Arraiolos.</p>						



1. Denominação da Acção	Ação C.2.1. Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação		Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preserv. e qualidade	Turismo
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património	
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas	
	Construção de equipamentos	X	Estudos	X	Integração social	X	Rendibilização de equipamentos	X
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte	
	Criação de emprego	X	Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos	
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	Aumentar os níveis de qualificação e de integração social dos residentes (revitalização demográfica), de modo a também aumentar a capacidade de fixação e de atracção de actividades económicas.							
	Objectivo(s) específico(s):							
<ul style="list-style-type: none"> • Promover a articulação com o Plano de Desenvolvimento Social do CLASA • Melhoria das respostas sociais existentes • Articulação entre entidades/instituições com valências e equipamentos sociais a cargo • Responder às necessidades de respostas sociais das freguesias • Responder às necessidades de respostas sociais integradas que atenuem os bloqueios das baixas taxas de cobertura • Promover a integração social da população do concelho • Promover a empregabilidade neste sector de actividade económica. 								
4. Conteúdo da Acção	<p>Realizar um estudo de viabilidade, necessidade e distribuição dos equipamentos/valências no concelho</p> <p>Dar a conhecer às entidades competentes as necessidades sentidas a nível das respostas sociais</p> <p>Rentabilizar equipamentos existentes, entretanto desactivados</p> <p>Rentabilizar equipamentos existentes dando-lhes nova dinâmica e propósitos.</p>							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	<p>Número de espaços existentes no concelho com possibilidade de revitalização</p> <p>Possibilidade de criação de respostas sociais integradas, dinâmicas</p> <p>Forte articulação entre entidades</p>				<p>Rigidez do sistema de segurança social na definição/entendimento das diferentes valências sociais</p> <p>Reduzidos recursos financeiros para construção/ampliação/criação/dinamização de valências e/ou respostas sociais</p> <p>Falta de articulação</p>			

(continua)



1. Denominação da Acção	Ação C.2.1. Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	Promove a empregabilidade no 3º sector/ sector social Promove a utilização de espaços existentes de forma integrada Promove uma actuação suportada em estudos e, como tal, sustentada.							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central	<input checked="" type="checkbox"/>	Empresas/Empresários individuais		Pop. em geral	
	AMDE		Outras Entid. Públicas/privadas	<input checked="" type="checkbox"/>	ONG's/ADL's	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	<input checked="" type="checkbox"/>
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos	3.000,00 €			Outros serviços			
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação			
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL			
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	POEFDS (Programa Operacional de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social) PORA (Programa Operacional da Região Alentejo) PIDDAC							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de um novo Centro de Saúde. • Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida. • Centro de Investigação na área dos Têxteis. • Incentivos à Criação de Auto-Emprego. • “Identidade Territorial e Memória Colectiva” - Museu Rural; Museu do Tapete; Núcleo Museológico de Arte Sacra; Núcleo de Arqueologia” • Realização de um estudo sobre o insucesso, absentismo e abandono escolar do concelho. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	<input checked="" type="checkbox"/>	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano	<input checked="" type="checkbox"/>	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	O diagnóstico aponta para taxas de cobertura reduzidas a nível das valências de Lares para Idosos, Centros de Dia, Creches e ATL's.							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das taxas de cobertura • Aumento da Empregabilidade • Criação de Respostas Sociais Integradas • Melhoria da Qualidade de Vida • Construção Integrada e enquadrada de espaços/equipamentos • Aumento da Cidadania junto da população mais jovem 							



1. Denominação da Acção	Ação C.2.2. Realização de um estudo sobre o insucesso, absentismo e abandono escolar no concelho								
2. Tipologia da Acção	Campanhas de informação e		Equipamentos de ensino/formação de		Identidade territorial		Preserv. qualidade e	Turismo	
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas		
	Construção de equipamentos		Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	Conhecimento da realidade sócio-educativa do concelho a nível do insucesso, absentismo e abandono escolar.								
	Objectivo(s) específico(s):								
	Conhecimento das causas dos fenómenos sociais supra-mencionados Aumentar a capacidade de resposta no combate às causas e efeitos dos fenómenos Envolver a comunidade educativa neste estudo Desenvolver esforços no sentido da articulação com entidades de ensino superior								
4. Conteúdo da Acção	Constituição de um grupo de trabalho que congregue vários representantes de diferentes entidades Averiguar a possibilidade de protocolos com entidades de ensino superior, para desenvolvimento de trabalhos de fim de curso, nesta área, no concelho Averiguação das condições socio-económicas-logísticas a afectar ao trabalho de futuros investigadores Realização do Estudo								
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades				
	Preocupação social com a temática				Pouco envolvimento dos parceiros Incapacidade de estudar este fenómeno social Pouca receptividade dos alvos do estudo				
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	Maior conhecimento das problemáticas educativo-sociais Melhor capacidade de intervenção a nível sócio-educativo								
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas/Empresários individuais		Pop. em geral	X	
	AMDE		Outras Púlicas/privadas Entid.	X	ONG's/ADL's	X	Outros		
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos				Outros serviços				
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação				
	Arranjos exteriores				Outros custos				
	Equipamentos				TOTAL				
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	POEFDS								
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> Incentivos à Criação de Auto-Emprego Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho Acções de Formação e Acreditação de Competências Adquiridas ao Longo da Vida Centro de Investigação na área dos Têxteis 								
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos		X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos			4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	“(…) taxa de abandono escolar de 2,3 no concelho de Arraiolos, (…) a saída antecipada do ensino era de 26,50 no concelho (…)” (GEOIDEIA; 20004: 57).								
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> O conhecimento da realidade educativa ao nível do insucesso, absentismo e abandono escolar 								



1. Denominação da Acção	Acção D.1.1. Criação de Áreas de Paisagens Protegidas - Ribeira de Divor, Ribeira de Tera							
2. Tipologia da Acção	Campanhas de informação e X	Equipamentos de ensino/formação de	Identidade territorial	Preserv. qualidade e X	Turismo X			
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias	Património				
	Certificação de produtos	Ensino/formação	Iniciativas culturais	Práticas agrícolas				
	Construção de equipamentos	Estudos	X Integração social	Rendibilização de equipamentos				
	Cooperação e parcerias	X Gestão autárquica	Marketing territorial	X Serviços de transporte				
	Criação de emprego	Habitação	Ordenamento territorial	X Serviços públicos				
3. Objectivos da Acção	<p align="center">Objectivo(s) geral(ais):</p> <p>Articular as necessidades de crescimento económico com a sustentabilidade do ambiente natural.</p> <p align="center">Objectivo(s) específico(s):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Protecção de espécies de fauna e flora selvagem e respectivos habitats naturais com interesse ecológico e científico • Preservação das espécies de fauna e flora • Manutenção de equilíbrios ecológicos • Protecção dos recursos naturais contra todas as formas de degradação • Reconstituição das populações animais e vegetais e a recuperação dos habitats naturais das respectivas espécies • Preservação dos biótopos e de formações geológicas, geomorfológicas ou espeleológicas notáveis; • A preservação ou recuperação dos habitats da fauna migratória • A investigação científica de apoio ao conhecimento e interpretação da fauna e flora • O estabelecimento de reservas genéticas • A valorização das actividades culturais e económicas tradicionais, assente na protecção e gestão racional do património natural 							
4. Conteúdo da Acção	<p>Analisar se as Ribeiras de Tera e Divor cumprem os requisitos de paisagem protegida (área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local) de acordo com os estudos a desenvolver sobre as mesmas</p> <p>Proposta de Classificação das duas áreas, pelo município, ao Ministério do Ambiente, acompanhadas de :</p> <ul style="list-style-type: none"> • caracterização da área sob os aspectos geográficos, biofísicos, paisagísticos e sócio-económicos • Justificação da necessidade de classificação da área protegida, com inclusão de avaliação qualitativa e quantitativa do património natural existente e as razões que impõem a sua conservação e protecção • Indicação do tipo de área protegida considerado mais adequado aos objectivos de conservação visados <p>Classificação da Ribeira de Tera e da Ribeira de Divor como áreas de paisagem protegida, no que respeita à fauna, flora, paisagem, ecossistemas (estabelecida por decreto regulamentar)</p> <p>Sinalização das áreas protegidas</p>							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.1. Criação de Áreas de Paisagens Protegidas - Ribeira de Divor, Ribeira de Tera							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	A riqueza e diversidade do património natural (flora e fauna) A percepção da importância destas áreas pelo Município e entidades locais				O bloqueio das entidades competentes na aprovação da criação das áreas de paisagem protegidas			
.Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Proteger a integridade ecológica dos ecossistemas e evitar a ocupação/exploração intensiva dos recursos naturais • Promover articulação entre o sistema ambiental, social e económico. • Promover a atracção concertada de turistas para a diversidade de fauna e flora do concelho 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central	<input checked="" type="checkbox"/>	Empresas/Empresários individuais		Pop. em geral	<input checked="" type="checkbox"/>
	AMDE		Outras Entid. Públicas/privadas	<input checked="" type="checkbox"/>	ONG's/ADL's	<input checked="" type="checkbox"/>	Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		60.000,00 €		Outros serviços			
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação		10.000,00 €	
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL		70.000,00 €	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	LIFE INTERREG IIIa							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Promoção do montado de sobro e azinho. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). • Centro de Investigação e Promoção Ambiental. • Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. • Sensibilização para a Educação Ambiental. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos		3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza do património natural existente e poucos estudos com levantamento do mesmo. • Necessidade de reconhecimento de espécies a proteger • Riqueza cinegética GEOIDEIA; 79-85) 							
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do património natural do concelho • Promoção do estudo e divulgação do potencial natural do concelho • Promover um desenvolvimento sustentável 							



1. Denominação da Acção	Acção D.1.2. Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural									
2. Tipologia da Acção	Campanhas de informação e	X	Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preserv. qualidade e	X	Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património			
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais	X	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos	X	Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica		Marketing territorial	X	Serviços de transporte			
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):									
	Criação de uma rede de percursos de observação e educação para a preservação do ambiente natural, integrado com a Medida B.1, que motive a descoberta do património natural concelhio e a sua preservação a par da sua rendibilização.									
	Objectivo(s) específico(s):									
<p><i>Criar circuitos de observação da natureza:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer um conjunto de percursos temáticos de descoberta e contemplação do património e recursos concelhios. • Valorizar o património natural, possibilitando a sua contemplação.(cf. Medida B.1) • Estimular o interesse pela natureza e recursos naturais, motivando à sua preservação por parte da população; • Divulgar os valores naturais concelhios. <p><i>Criar um conjunto de equipamentos de suporte à exploração da natureza :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Construir pontos de apoio em locais estratégicos para a observação da natureza, que proporcionem local de descanso e contemplação promovendo a segurança do ambiente natural e dos visitantes (salvaguardado o respectivo esforço financeiro e a sua articulação com as associações existentes no Concelho). • Criar locais de pernoita, infraestruturados, localizados em locais estratégicos para percursos mais longos. <p><i>Criar um Programa Cultural Integrado dos recursos naturais e culturais concelhios:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dar sentido Global ao Património, criando um Núcleo Central de Interpretação, rentabilizando os recursos e dignificando e promovendo o património (Cf. Medida A.1, B.1 e D.1) • Proteger os valores intrínsecos concelhios. 										
4. Conteúdo da Acção	<p>Linha Estratégica de Desenvolvimento (LED) 1 – Criar Circuitos de observação da natureza.</p> <p><i>Objectivo:</i></p> <p>11. Requalificar e “disponibilizar” o património natural do concelho, protegendo-o mas dando-o a descobrir à população e entendendo-o como um valor social, económico e natural a proteger.</p> <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de um Estudo que vise a definição da Rede de Percursos Naturais e Culturais do Concelho (Cf. Medidas A.1, B.1 e D.1) • Estimular o interesse pela natureza; • <i>Divulgar os percursos definidos e criar programas de exploração da natureza em conjunto com Associações Locais.</i> 									

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.2. Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural	
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>LED 2 – Infraestruturação dos percursos definidos.</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Dotar os percursos definidos de condições de utilização em segurança quer para os visitantes quer para os recursos naturais. • Criar um conjunto de pontos de apoio com espaços próprios para refeição e pernoita. • Dotar os percursos definidos no LED 1 de caixotes do lixo, instalações sanitárias, sinalética e pontos de apoio. (Cf. Acção B1.2. Rede de Vias Cicláveis e Pedonais). <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Construção dos caminhos, ou definição dos percursos, vedando o acesso a áreas sensíveis e promovendo a contemplação da natureza (cf. Acção B.1.2). ➢ Criação de Pontos de Apoio, equipados com mesas, locais próprios para fogueiras, instalações sanitárias, Ponto de acesso a viaturas de emergência e outros equipamentos de apoio ao visitante que simultaneamente permitam a manutenção de um Guarda Florestal. ➢ Construção de locais de pernoita com as condições mínimas de segurança e higiene, permitindo uma maior oferta de percursos. <p>LED 3 – Divulgação e Animação Cultural</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Divulgar os percursos criados e motivar à sua exploração. • Motivar o interesse pela preservação e manutenção do património natural e cultural do concelho. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Criação, com o apoio das associações locais, de um conjunto de passeios organizados de visita ao concelho, seus recursos e património natural e cultural. ➢ Criação de folhetos informativos sobre a rede de percursos. ➢ Criação de visitas temáticas, abrangendo diversos públicos, por idade e motivação, que ampliem a procura dos percursos. 	
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	<p style="text-align: center;">Pontos fortes</p> <p>A criação de percursos de contemplação e preservação da natureza, apresenta as seguintes vantagens, nomeadamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entendimento do Património natural como um bem indissociável dos valores sociais e de identidade do concelho; • Conhecimento mais aprofundado da riqueza natural concelhia; • Aumento da oferta de atracções turísticas; • Permite um maior controlo do património natural do concelho rendibilizando-o; • Oferta de espaços de lazer ligados à natureza. • Integração do espaço natural com o espaço construído aumentando o sentimento de complementaridade. 	<p style="text-align: center;">Fragilidades</p> <p>No entanto, podem ser apontados alguns pontos fracos que devem ser considerados, como seja,</p> <ul style="list-style-type: none"> • A criação destes percursos pode ser prejudicial para certos habitats; • A segurança dos visitantes, não sendo garantidas condições, pode ser comprometida pois há o risco de perda ou acidente;

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.2. Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural							
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração e controle dos Recursos Ambientais. • Promoção da descoberta dos valores naturais e patrimoniais do concelho. • Aumentar a oferta turística. • Motivar o Desporto ligado à Natureza e Património. 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	<input checked="" type="checkbox"/>	Administração Central		Empresas	<input checked="" type="checkbox"/>	Pop. em geral	
	AMDE	<input checked="" type="checkbox"/>	ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	<input checked="" type="checkbox"/>	Indivíduos		Outros	
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		100.000		Outros serviços		50.000	
	Construção/remodelação		500.000		Promoção/divulgação		25.000	
	Arranjos exteriores		500.000		Outros custos		25.000	
	Equipamentos		500.000		TOTAL		1.700.000	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➢ Programa Operacional Regional; ➢ Outros. 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Promoção do montado de sobro e azinho. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). • Centro de Investigação e Promoção Ambiental. • Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. • Sensibilização para a Educação Ambiental. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	<input checked="" type="checkbox"/>	3 – 4 anos		5 – 6 anos	<input checked="" type="checkbox"/>
	6 meses – 1 ano	<input checked="" type="checkbox"/>	2 – 3 anos		4 – 5 anos	<input checked="" type="checkbox"/>	> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>"Sendo o ambiente um dos principais motores da sustentabilidade, ou pelo menos o motivador do discurso em torno do futuro das gerações vindouras, é necessário entender o espaço físico e os recursos e potenciais áreas sensíveis do concelho, com o objectivo de melhor ajudar à definição de interações vocacionadas para o desenvolvimento, suportadas por medidas e acções que, protegendo o Ambiente, não o deixem de utilizar como recurso" (GEOIDEIA, 2004: 79).</p>							
13. Resultados Esperados	<p>Uma maior coordenação dos valores patrimoniais e culturais do concelho, com um sistema de gestão mais facilitado (centralizado). Espera-se ainda o aumento do turismo, através de uma maior oferta e a possibilidade de descoberta do património concelhio por parte dos habitantes e turistas, motivando os primeiros à defesa e conhecimento dos valores territoriais. Cf. campo 3 desta ficha: Objectivos da acção</p>							



1. Denominação da Acção	Acção D.1.3. Centro de Investigação e Promoção Ambiental de Arraiolos (CIPAA)							
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	Equipamentos de ensino/formação	X	Identidade territorial	Preserv. qualidade ambiental	X	Turismo	
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias	Património			
	Certificação de produtos	Ensino/formação		Iniciativas culturais	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos	Estudos		Integração social	Rendibilização de equipamentos	X		
	Cooperação e parcerias	Gestão autárquica		Marketing territorial	Serviços de transporte			
	Criação de emprego	Habitação		Ordenamento territorial	Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Contribuir para a preservação e valorização do ambiente, em geral 							
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) específico(s):							
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Promover estudos no domínio do ambiente natural; ➤ Aumentar os níveis de consciencialização e cidadania para preservação e valorização do ambiente natural; ➤ Criar condições para a constituição de parcerias com organismos e entidades envolvidos na “questão ambiental”; ➤ Integrar, de um ponto de vista museológico, os valores patrimoniais (ambientais e culturais) existentes e respectivas estruturas, já criadas ou a criar. 							
4. Conteúdo da Acção	<p>O CIPAA deverá estar orientado para:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ a elaboração de estudos de caracterização do ambiente natural (flora e fauna) e posterior elaboração de folhetos de divulgação e definição de medidas de preservação da biodiversidade. ➤ a criação de um Guia de Boas práticas ambientais, onde se incluem as “boas práticas agrícolas”, devidamente adaptadas às condições locais; ➤ a articulação com entidades de ensino superior e entidades/organizações não governamentais, para o desenvolvimento de protocolos para estudos conjuntos; ➤ uma função integradora tendo por referência os valores do património ambiental (natural e cultural), nomeadamente no que respeita à sua divulgação. <p>Na sua concepção o CIPAA não deve recorrer a grandes edifícios podendo, isso sim, utilizar edifícios antigos (eventualmente ligados à história e culturas locais) e organizando-se por forma a revelar a história da região desde a sua formação e evolução natural, passando pelo modo como se estabeleceram as primeiras comunidades humanas e como se desenvolveu a sua cultura e as suas ligações com os ecossistemas naturais.</p> <p>Para que atinja os seus objectivos o CIPAA tem de envolver a população local, quer com o intuito de que esta não esqueça a importância da sua cultura própria e tradicional derivada do ambiente natural que a envolve, quer porque será ela um dos destinatários/participantes dos serviços que aí vierem a ser desenvolvidos.</p> <p>Em termos funcionais, o CIPAA, deverá ser constituído por uma estrutura de acolhimento em que seja apresentada de uma forma ligeira e apelativa a evolução natural e cultural do Concelho e da Região, que será complementada por estruturas mais pequenas, que funcionam como “antenas”, em que cada tema será tratado de forma mais aprofundada. Estas serão constituídas tanto por estruturas a criar, como por estruturas já existentes, através do estabelecimento de parcerias e acordos com as entidades responsáveis, sendo que neste caso se deve garantir que se adaptem à lógica global.</p>							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.3. Centro de Investigação e Promoção Ambiental de Arraiolos							
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>A acção do CIPAA, para além de uma função de promoção de estudos e projectos de investigação no domínio ambiental (com particular destaque para as questões do ambiente natural) pode também estender-se a actividades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ A musealização dos aspectos ambientais e culturais de cariz local/regional (estrutura museológica de cariz disperso que, integrando estruturas já existentes, passaria também pela criação de núcleos de diversos tipos: a) núcleo do artesanato – em ligação com outras estruturas museológicas propostas neste Plano de Acção; núcleo do montado; núcleo do pão; núcleo da “paisagem”; núcleo do granito...); ➤ ser uma entidade dinamizadora dos produtos e serviços locais, através da promoção de eventos que contribuam para a sua valorização (esta vertente, que terá de estar também subordinada à lógica global definida, exige também um esforço de coordenação e entendimento com várias entidades públicas e privadas); <p>O CIPAA deverá ter uma estrutura de gestão ágil e flexível por forma a que consiga adaptar-se e responder facilmente aos desafios que advêm das necessidades de colaboração e interacção com entidades e indivíduos muito diferentes.</p>							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes			Fragilidades				
	Os que se encontram ligados aos seus objectivos específicos.			<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades de integração de estruturas já existentes; • Contingências derivadas da promoção de parcerias e estabelecimento de protocolos com as mais variadas instituições; • Riscos de multiplicação de estruturas ou de sobreposição de competências. 				
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos níveis de conhecimento sobre a realidade local. • Revitalização e revalorização do património. • Promoção dos valores de conservação da natureza entre a população em geral. • Melhoria e qualificação da oferta turística. • Melhoria das condições de vida e da coesão da comunidade local. 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas	X	Pop. em geral	
	AMDE	X	ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	X	Indivíduos		Outros	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos			Outros serviços				
	Construção/remodelação			Promoção/divulgação				
	Arranjos exteriores			Outros custos				
	Equipamentos			TOTAL				A ser objecto de avaliação
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fundo de turismo; ➤ Programas de apoio à I&D; ➤ Programas Europeus (Leader+, Interreg); ➤ Apoios ao emprego. 							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.3. Centro de Investigação e Promoção Ambiental de Arraiolos						
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Promoção do montado de sobre e azinho. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). • Centro de Investigação na área dos Têxteis. • Centro de Investigação e Promoção Ambiental. • Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. • Sensibilização para a Educação Ambiental. 						
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos	X	4 – 5 anos		> 6 anos
12. Enquadramento / Justificação	Cf. ponto 4 desta ficha.						
13. Resultados Esperados	Os mesmos que os incluídos no ponto 6 desta ficha.						



1. Denominação da Acção	Acção D.1.4. Sensibilização para a educação ambiental									
2. Tipologia da Acção	Campanhas de informação e	X	Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial		Preserv. qualidade e	X	Turismo	X
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património			
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais	X	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos		Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	X	Gestão autárquica	X	Marketing territorial		Serviços de transporte			
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):									
	Promoção de um programa de sensibilização ambiental, suportado nas acções D.1.1 e B.1.2., que motive a preservação da natureza e sensibilize para a gestão do uso dos recursos naturais, da produção de resíduos (recolha selectiva) e da identidade territorial através do conhecimento dos recursos intrínsecos concelhios.									
	Objectivo(s) específico(s):									
<p><i>Promover cursos/acções de sensibilização para a protecção da natureza:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Com o apoio de associações locais, criar um conjunto de acções que visem a sensibilização para a protecção dos recursos naturais e a sua utilização regrada como factor de desenvolvimento. • Utilizando os percursos definidos noutras acções (Cf. , B.1.2, D.1.2), motivar à descoberta da natureza e à aprendizagem <i>in situ</i>; • Divulgar os valores naturais concelhios. <p><i>Promover, com os estabelecimentos de ensino, acções de sensibilização para a educação ambiental :</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de eventos e acções que motivem a preservação da natureza. • Apoio a projectos educativos na área do ambiente e recursos naturais. 										
4. Conteúdo da Acção	<p>Linha Estratégica de Desenvolvimento (LED) 1 – Promover acções de sensibilização para a protecção da natureza.</p> <p><i>Objectivo:</i></p> <p>12. Através de acções de sensibilização, integradas em outras actividades ou específicas, motivar a aprendizagem e sensibilização para a protecção ambiental.</p> <p>13. Criar eventos regulares que promovam e divulguem acções e medidas de protecção ambiental, gestão equilibrada de recursos.</p> <p>14. Promover a sensibilização para a produção de resíduos e a sua utilização como recurso.</p> <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criação de um conjunto de acções de sensibilização ambiental com o apoio das associações locais, que promovam a protecção do ambiente, a gestão de recursos naturais e a recolha e tratamento de resíduos . • Elaboração de um conjunto de eventos, com periodicidade regular, que promovam o ambiente e os recursos naturais. 									

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.4. Sensibilização para a educação ambiental							
4. Conteúdo da Acção (continuação)	<p>LED 2 – Promover acções educativas, com os estabelecimentos de ensino, para a protecção e preservação ambiental (na continuação do trabalho já desenvolvido ao nível das Eco-Escolas).</p> <p><i>Objectivos:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar um prémio anual para projectos na área específica do ambiente e recursos naturais, entre os alunos de cada grau de ensino. • Promover projectos educativos na área do Ambiente e recursos naturais. • Promover o concelho nas escolas do país, aproveitando os seus recursos (Acções A.2.1 e D.1.1), e motivando a descoberta da natureza e a sensibilização ambiental. <p><i>Sub-acções:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> ➢ Criar o prémio concelhio do Ambiente, para projectos educativos nesta área. ➢ Divulgação dos percursos e recursos naturais do concelho nas escolas do país, oferecendo cursos de formação ambiental "in situ". ➢ Criar folhetos informativos sobre recursos naturais, como gestão da água, produção, aproveitamento e recolha selectiva de resíduos, gestão energética entre outros. 							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes			Fragilidades				
	<p>A sensibilização para a educação ambiental, apresenta as seguintes vantagens, nomeadamente;</p> <ul style="list-style-type: none"> • <i>Promover o conhecimento dos recursos, e efeitos da sua má utilização, junto da população em geral;</i> • <i>Educar com o sentido ambiental;</i> • <i>Melhoria do conhecimento das crianças, e sua sensibilização, motivando uma sociedade mais esclarecida.</i> • <i>Protecção dos recursos naturais e sua valorização.</i> • <i>Defesa dos recursos naturais..</i> 			-				
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> • Exploração e controle dos Recursos Ambientais. • Promoção da descoberta dos valores naturais e patrimoniais do concelho.. 							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas	X	Pop. em geral	X
	AMDE	X	ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	X	Indivíduos	X	Outros(*)	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		50.000		Outros serviços		25.000	
	Construção/remodelação		0		Promoção/divulgação		25.000	
	Arranjos exteriores		0		Outros custos		15.000	
	Equipamentos		0		TOTAL		115.000	



1. Denominação da Acção	Acção D.1.4. Sensibilização para a educação ambiental							
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➤ Programa Operacional Regional; ➤ Programas Sectoriais; ➤ Outros. 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Promoção do montado de sobro e azinho. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). • Centro de Investigação e Promoção Ambiental. • Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	X
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos		4 – 5 anos	X	> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>“Sendo o ambiente um dos principais motes da sustentabilidade, ou pelo menos o motivador do discurso em torno do futuro das gerações vindouras, é necessário entender o espaço físico e os recursos e potenciais áreas sensíveis do concelho, com o objectivo de melhor ajudar à definição de interacções vocacionadas para o desenvolvimento, suportadas por medidas e acções que, protegendo o Ambiente, não o deixem de utilizar como recurso” (GEOIDEIA, 2004: 79).</p>							
13. Resultados Esperados	Um maior conhecimento dos recursos naturais do concelho a par de uma sensibilização para a utilização regrada e equilibrada dos recursos (gestão), promovendo a sustentabilidade. Cf. campo 3 desta ficha: Objectivos da acção.							

(*) Escolas, p.e..



1. Denominação da Acção	Acção D.1.5. Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho							
2. Tipologia da Acção	Campanhas de informação e	Equipamentos de ensino/formação	Identidade territorial	X	Preserv. qualidade e	Turismo	X	
	Captação de investim. e incentivos	Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica	Infraestruturas rodoviárias		Património			
	Certificação de produtos	Ensino/formação	Iniciativas culturais	X	Práticas agrícolas			
	Construção de equipamentos	Estudos	X	Integração social	Rendibilização de equipamentos			
	Cooperação e parcerias	Gestão autárquica		Marketing territorial	Serviços de transporte			
	Criação de emprego	Habitação		Ordenamento territorial	Serviços públicos			
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):							
	<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e valorizar a "identidade territorial" do Concelho (preservação e valorização dos valores identitários locais); 							
	Objectivo(s) específico(s):							
4. Conteúdo da Acção	<ul style="list-style-type: none"> potenciar a preservação e divulgação das tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho; permitir a criação de percursos temáticos que se constituam como pacotes de oferta turística. 							
	<p>Trata-se de um estudo cujos conteúdos estão desde logo balizados pelas seguintes dimensões:</p> <ul style="list-style-type: none"> Construção de um modelo teórico-analítico que permita a operacionalização do conceito de "identidade territorial" e circunscreva os elementos patrimoniais a serem objecto de levantamento, bem assim como os recursos complementares que permitam o seu aproveitamento (alojamento e restauração, iniciativas culturais tradicionais regulares, por exemplo); Identificação dos valores patrimoniais concelhios (biofísicos e culturais, onde se inclui o património edificado), já levantados e caracterizados; Condução de uma investigação exploratória tendo em vista a identificação de outros valores ainda não identificados; Articulação entre as duas dimensões anteriores e sua integração, por exemplo, num Sistema de Informação Geográfica (SIG); Exploração do SIG no sentido da construção de propostas de circuitos temáticos (homogéneos ou heterogéneos) que se possam constituir como pacotes de oferta turística. Estudo de viabilidade que assegure a divulgação (preferencialmente através de meios audiovisuais) dos resultados. 							
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades			
	<ul style="list-style-type: none"> Os pontos fortes aderem aos objectivos específicos. 				<ul style="list-style-type: none"> Não se identificam fragilidades dado que esta acção, mesmo na eventualidade de espúria relativamente a novos levantamentos, propõe a integração dos existentes e a sua operacionalização técnica com recurso a um SIG. 			
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	<ul style="list-style-type: none"> Reforço/valorização da identidade territorial local; Aumento da "auto-estima" dos residentes; Integração de elementos patrimoniais em pacotes coerentes de oferta turística. 							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.5. Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho							
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central		Empresas	X	Pop. em geral	X
	AMDE		ADL, ONG, IPSS (IPSFL)	X	Indivíduos	X	Outros	X
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		27.000		Outros serviços			
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação			
	Arranjos exteriores				Outros custos			
	Equipamentos				TOTAL		27.000	
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> ➢ Patrocínios; ➢ Orçamento municipal; ➢ Programas de Iniciativa Comunitária (INTERREG, p.e.); ➢ Programa Operacional Regional; ➢ Programas Sectoriais (Cf. http://www.ifturismo.min-economia.pt). 							
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. • Promoção do montado de sobro e azinho. • Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. • Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). • Centro de Investigação na área dos Têxteis. • Centro de Investigação e Promoção Ambiental. • Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. • Sensibilização para a Educação Ambiental. • Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho. • "Identidade Territorial e Memória Colectiva" - Museu Rural; Museu do Tapete; Núcleo Museológico de Arte Sacra; Núcleo de Arqueologia". • Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho. 							
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos	
	6 meses – 1 ano		2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos	
12. Enquadramento / Justificação	<p>"O carácter único de cada lugar e região é o reflexo dos condicionalismos e da disponibilidade de recursos materiais e imateriais e da integração em sistemas e redes, aos níveis global e local, tais como os ciclos naturais e os sistemas sociais, os recursos naturais e humanos, o capital físico e social, os modos de produção, distribuição e consumo e os fluxos de informação e comunicação.</p> <p>O património, entendido nas suas várias dimensões materiais e imateriais, inscreve-se na paisagem através de conjuntos de "fixos e fluxos espaciais", cujas mudanças, provocadas pela prevalência, local e global, de agentes "hegemónicos ou anti-hegemónicos" (Harner, 2001) e de forças de "natureza amigável ou hostil" (Santos, 1994), induzem uma constante (re/de)geração do carácter único dos lugares e regiões, em última instância reconhecíveis pelas suas identidades territoriais, seja em termos da tradição, da modernidade, ou das duas em conjunto (Haesbaert, 1999).</p> <p>As paisagens são fundamentais para o reconhecimento das identidades territoriais. As suas características, tanto naturais como culturais, podem determinar o nosso "sentido de lugar" (Massey, 1995; Rose, 1995), ou diferenciar territorialmente as nossas percepções e emoções. As qualidades ou características naturais e culturais associadas à paisagem podem informar-nos, tanto sobre eventuais ameaças que esta esteja a sofrer, como sobre as oportunidades que podem ser aproveitadas para a (re)afirmação dos elementos identitários dos lugares e regiões, tais como os contextos biofísico, sociocultural ou socioeconómico. Em suma, "a paisagem é o meio através do qual se constrói a identidade de um lugar... (e) ... é tanto uma representação (um ideal que revela sentido) como uma existência material (a realidade das condições vividas)" (Mitchell, 1991; Harner, 2001: 660).</p>							

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.1.5. Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho
12. Enquadramento / Justificação (continuação)	<p>As características únicas da paisagem e outras relacionadas com a identidade territorial vão desaparecendo consoante os lugares e as regiões vão sendo de forma crescente economicamente e culturalmente afectadas por fenómenos de "desterritorialização" e "multiterritorialidade" (Barel, 1986), "reterritorialização" (Haesebaert, 1997) e "glocalização" (Benko, 2000), bem assim como pela "aniquilação do espaço pelo tempo" (Harvey, 2002), ou ainda pelo "fim dos territórios" (Badie, 1995). No entanto, pesem embora (ou como reacção a esses fenómenos), os efeitos homogeneizadores da globalização, marcados por crescentes assimetrias entre o local e o global à custa do primeiro, as identidades territoriais de muitos lugares e regiões são ainda extremamente importantes como fontes imediatas de conforto, de auto-reconhecimento, de auto-estima e de esperança num futuro melhor, não apenas para grupos sociais ou económicos e outros agentes que já perderam ou nunca participaram na batalha do local/global (Castells, 2003: 74), mas também, especialmente, para aqueles que acreditam que a integração global e o reconhecimento e/ou valorização das especificidades naturais e sociais locais, são realmente necessárias e desejáveis (Albino, 1997)."</p> <p><i>Adaptado de: ROCA, Z.; OLIVEIRA, J. (2005) "Paisagens, identidades e desenvolvimento territorial", comunicação ao X Colóquio Ibérico de Geografia, 22-24 de Setembro de 2005 (em preparação).</i></p>
13. Resultados Esperados	Os mesmos que aderem aos objectivos gerais e específicos da acção, bem assim como ao contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica.



1. Denominação da Acção	Acção D.2.1. Promoção do montado de sobro e azinho								
2. Tipologia da Acção	Campanhas e informação	X	Equipamentos de ensino/formação		Identidade territorial	x	Preserv. e qualidade	X	Turismo
	Captação de investim. e incentivos		Equip. e infraestruturas. de suporte à activ. económica		Infraestruturas rodoviárias		Património		
	Certificação de produtos		Ensino/formação		Iniciativas culturais		Práticas agrícolas	X	
	Construção de equipamentos		Estudos	X	Integração social		Rendibilização de equipamentos		
	Cooperação e parcerias		Gestão autárquica		Marketing territorial		Serviços de transporte		
	Criação de emprego		Habitação		Ordenamento territorial		Serviços públicos		
3. Objectivos da Acção	Objectivo(s) geral(ais):								
	<ul style="list-style-type: none"> Diversificar a base económica local, promovendo o emprego e atraindo novos investimentos, tendo como âncora, o potencial do desenvolvimento turístico e a riqueza natural que caracteriza o Concelho. 								
	Objectivo(s) específico(s):								
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o estado de preservação do montado; Avaliar a importância do montado na economia local; Avaliar a possibilidade de exploração de outros produtos em associação com o montado. 									
4. Conteúdo da Acção	<p>O montado de sobro e azinho constitui-se como um ecossistema resultante da humanização da paisagem cuja valia económica é inegável, não só pelas características do principal produto dele resultante, a cortiça, como pelo facto de Portugal ser o seu principal produtor mundial.</p> <p>Numa época em que, do ponto de vista do consumidor, cada vez mais se valorizam os produtos de origem natural (aumento da consciência ambiental), e desde que sejam efectuadas correctas campanhas de divulgação, sobretudo no estrangeiro, e de demonstração das qualidades únicas da cortiça, pensamos ser de esperar um aumento considerável no seu consumo, pese embora também ser de esperar o aumento da concorrência por parte de outros países, porventura usufruindo de menores custos de produção mas, por outro lado, oferecendo um produto de mais baixa qualidade (por exemplo, a cortiça chinesa derivada do <i>Quercus variabilis</i>).</p> <p>Neste contexto, justificam-se acções relacionadas com, por um lado, o conhecimento do estado de conservação do montado e a avaliação da sua importância para a economia local e, por outro, a condução de campanhas tendo em vista dar a conhecer os resultados obtidos e, a partir daí, promover a sua cultura e protecção.</p> <p>Acresce que o montado também pode apresentar boas condições para o aproveitamento de outros produtos, como por exemplo o cogumelo, sendo que, neste caso, é necessário informar e sensibilizar a população para a sua correcta "apanha" e protecção do "micélio", por forma a não provocar a sua extinção.</p>								
5. Pontos fortes e fragilidades da acção	Pontos fortes				Fragilidades				
	<ul style="list-style-type: none"> Promoção e protecção de um ecossistema adaptado às condições edáficas locais; Valorização económica dos produtos do montado. 				-				
6. Contributo para os objectivos de sustentabilidade / Importância estratégica	Os mesmos que os pontos fortes da acção.								
7. Entidades envolvidas / a envolver	CMA	X	Administração Central	X	Empresas/Empresários individuais	X	Pop. em geral	X	
	AMDE		ONG's/ADL's	X	Indivíduos	X	Outros		

(continua)



1. Denominação da Acção	Acção D.2.1. Promoção do montado de sobro e azinho						
8. Investimento necessário	Estudos/Projectos		48.000		Outros serviços		
	Construção/remodelação				Promoção/divulgação		12.000
	Arranjos exteriores				Outros custos		
	Equipamentos				TOTAL		60.000
9. Possibilidades de financiamento para a sua realização	<ul style="list-style-type: none"> Programa AGRO (nomeadamente Acção 8.1) Programa Ambiente 						
10. Articulação com outros projectos	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado. Criação de uma Rede de Vias Cicláveis e Pedonais (para uso da população e para fins turísticos). Centro de Investigação e Promoção Ambiental. Criação de circuitos de observação e educação para a preservação do ambiente natural. Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho. "Identidade Territorial e Memória Colectiva" - Museu Rural; Museu do Tapete; Núcleo Museológico de Arte Sacra; Núcleo de Arqueologia". Criação de Áreas de Paisagens Protegidas- Ribeira de Divor, Ribeira de Tera. Plano de Ordenamento Territorial para os Planos de Água. 						
11. Prazos de execução.	Menos de 6 meses		1 – 2 anos	X	3 – 4 anos		5 – 6 anos
	6 meses – 1 ano	X	2 – 3 anos		4 – 5 anos		> 6 anos
12. Enquadramento / Justificação	<p>"(...) área de elevada sensibilidade, caracterizada principalmente pelo montado de sobro que permite, ainda assim, uma maior liberdade face ao uso que se lhe reserva, devido às características deste tipo de coberto vegetal (...)" (GEOIDEIA; 2004: 93)</p>						
13. Resultados Esperados	<ul style="list-style-type: none"> Conhecimento sobre o estado de conservação do montado de sobro e azinho Avaliação da importância na economia local do montado; Potenciar e disciplinar a exploração de produtos como o cogumelo. 						



VI – INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE E CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA



A implementação do Plano de Acção da Agenda XXI de Arraiolos terá de ser acompanhada através de um conjunto de indicadores a partir dos quais seja possível a medição das alterações que forem sendo registadas ao nível do Concelho tendo por referência uma situação inicial (horizonte de partida), cujos principais traços constam no relatório de análise, caracterização e diagnóstico, ou seja, uma **aproximação à medição da adicionalidade da Agenda XXI**. Esta medição também terá, quanto a nós, de ser relativizada face às alterações registadas no conjunto da sub-região⁷ e no Continente ou no País, consoante a disponibilidade de informação estatística.

A OCDE classifica os indicadores ambientais através do modelo **Pressão-Estado-Resposta** (PER). Na **pressão** estão incluídos os *inputs* negativos relativamente ao ambiente; o **estado** inclui os indicadores que permitem avaliar o momento passado/actual/futuro de um determinado espaço em termos ambientais; e a **resposta** reflecte os indicadores sociais e económicos que avaliam as acções da sociedade para com o ambiente.

Se bem que este modelo possa ser utilizado como uma base para a consolidação e definição do sistema de indicadores de sustentabilidade da Agenda XXI Local de Arraiolos, pelo seu princípio fundamental “Pressão-Estado-Resposta” que transmite três momentos específicos a serem considerados para a definição do sistema, há a necessidade, no nosso entender, de desenvolver um sistema mais centrado nas questões sociais, económicas e territoriais que, em conjunto com as questões ambientais, são condicionantes ou motores do desenvolvimento local.

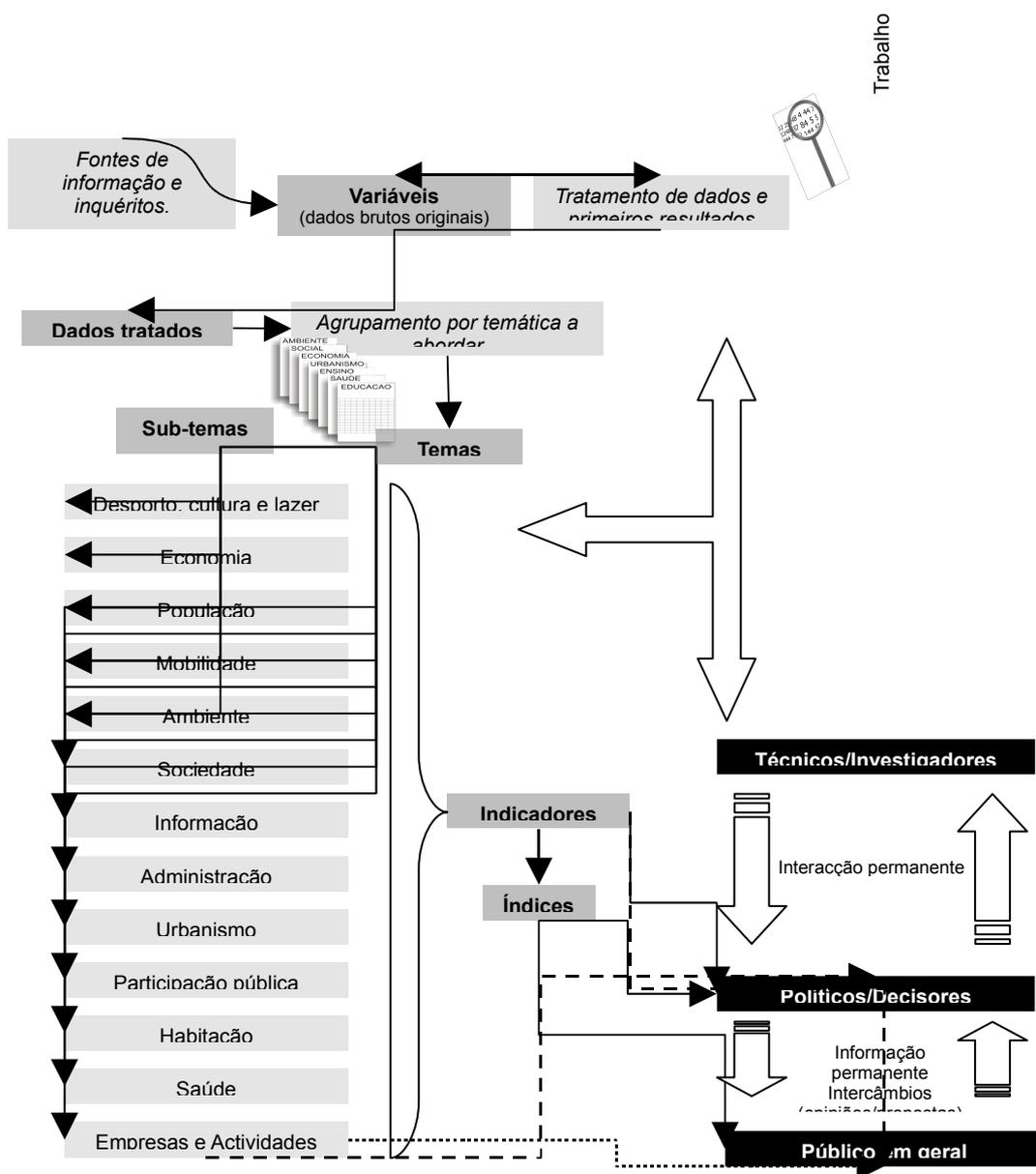
O modelo global que serviu de base à constituição de uma bateria de indicadores de sustentabilidade que permitam suportar as tomadas de decisão e, simultaneamente, informar a população sobre o estado do seu território em cada momento⁸, foi efectuado tendo por base uma sistematização de variáveis que permitirá constituir grupos de dados específicos por domínios temáticos, tal como ilustra a figura seguinte.

⁷ Não se incluiu a região do Alentejo por razões relacionadas com a sua recente reconfiguração territorial.

⁸ Permitindo também alertar para situações limite ou ser um incentivo complementar para a promoção da sua participação na inversão das trajectórias negativas e na projecção de um futuro durável para o Concelho.



ESQUEMA DA FORMA DE CONSTITUIÇÃO DOS INDICADORES E PÚBLICO-ALVO.



Legenda

- Informação disponível e acessível
- - - Informação disponível quando solicitada ou se relevante
- Informação disponível quando solicitada

A definição dos indicadores de sustentabilidade para o concelho de Arraiolos reflecte as preocupações constantes na Agenda XXI e nas recomendações europeias ou internacionais sobre a sustentabilidade. À partida, e como ponto fulcral, há que entender a pertinência do sistema como definidor do ponto de partida e “avaliador” da evolução do Concelho, esperando-se que com a implementação das estratégias definidas na Agenda XXI Local, suportada numa ampla participação da população, melhorem ainda mais as situações positivas e se invertam aquelas que hoje são mais negativas.

Uma das principais dificuldades na constituição do sistema de indicadores (SI) é a limitação no que respeita ao acesso a dados estatísticos. Na verdade, dados referentes a alguns temas importantes para o SI ainda não estão disponíveis, como por exemplo os que se referem ao ambiente natural (sobretudo por falta de monitorização - estações de controlo). Mesmo assim, por ser de extrema importância e até, segundo as normas europeias, obrigatório o aparecimento de indicadores de referência ambiental como a qualidade do ar (quantidades de CO₂, etc.), estes serão mantidos, ainda que em branco, para que o SI seja válido num futuro (que se espera próximo) em que estes dados estejam disponíveis à escala do Concelho.

Há ainda que considerar o cruzamento de informação como um factor sensível e de extrema importância. Se bem que a necessidade de efectuar avaliações transversais a diversas temáticas seja uma realidade, há que atender à forma, decorrente de diferentes abordagens, como os dados estatísticos são recolhidos. Assim, é proposto que os dados de referência para o SI sejam os que incidem em anos de



recenseamento, para que se possam efectuar as devidas correcções e acertos de eventuais desvios decorrentes de estimativas efectuadas noutras fontes estatísticas.

Como processo dinâmico a Agenda XXI Local poderá suscitar, no decorrer da sua aplicação, novos índices ou indicadores e, daí, considerarmos o SI como sendo "aberto", isto é, em caso de necessidade de novos indicadores ou decorrendo de novos dados estatísticos que possam surgir, o SI deverá ser reformulado e adaptado a essas novas realidades.

Para garantir a validade e utilidade dos indicadores constituintes do SI, é necessário que estes, na sua totalidade, se baseiem em dados de avaliação objectiva, isto é, dados cuja interpretação se baseie em fórmulas e equações matemáticas afastadas da simples opinião qualitativa que, por muito bem definida que seja, acarretará sempre o crivo pessoal e subjectivo do avaliador. Assim, o SI incidirá e decorrerá de dados estatísticos oficiais e mensuráveis sem possibilidade de dualidade de critérios.

Os indicadores de sustentabilidade são na verdade indicadores de Qualidade de Vida da população. O estabelecimento dos indicadores que servem de base ao acompanhamento e avaliação do processo de implementação da "Agenda 21 Local", devem estar enquadrados nos vários domínios de intervenção que enformam o seu Plano de Acção.

Por forma a garantir a nomenclatura adoptada pela maior parte dos sistemas de indicadores de sustentabilidade existentes a nível internacional, foram definidos conjuntos temáticos que permitem sistematizar "grupos de efeitos ou resultados" e, assim, dar coerência ao sistema:

- **Ambiente** – para se avaliarem as características ambientais, as áreas protegidas, as áreas ecológicas de utilização e fruição públicas, a qualidade do ambiente, a utilização de recursos naturais e as reservas, a recolha e destino final (tratamento) de resíduos, a utilização de energias renováveis, consumo, recursos e qualidade da água, etc.;
- **Sociedade, Cultura, Lazer e Serviços** – para avaliar a participação da população em variados eventos, o número de instituições de desporto, apoio à juventude e velhice (capacidade e utilização), o número de bibliotecas e acessos, etc.. Entender e avaliar a oferta e participação da população nas actividades de



lazer ao seu dispor, dos serviços de comunicação social, da cobertura das redes móveis de telecomunicações, dos serviços de apoio e outros como caixas Multibanco e serviços da administração central, etc..

- **População e Habitação** – para se entender e avaliar a evolução da população, o número de famílias e as suas características, o número de deficientes, os rendimentos familiares etc., bem assim como as características dos alojamentos, o acesso a infra-estruturas e serviços, o mercado da habitação (tendências e perspectivas, volume de prédios hipotecados, valores de mercado de habitação - arrendamento/venda), a acessibilidade aos edifícios (rampas de acesso), etc..
- **Saúde e equipamentos de apoio social** - entender e avaliar a estrutura do sistema de saúde, a oferta de camas de hospital e os serviços disponibilizados, etc.. Entender e avaliar a rede de serviços sociais de apoio à população, as instituições sociais de solidariedade social e os serviços prestados no apoio à velhice e infância, os apoios prestados à população com dificuldades financeiras, etc..
- **Educação** - entender e avaliar as necessidades, ofertas e procura em termos de serviços de educação, entendendo a evolução da população por grupos etários, qualidade de serviço, taxa de analfabetismo, etc..
- **Economia e Emprego** – para entender e avaliar de forma global o desenvolvimento da economia em termos de actividades económicas, instituições e transacções financeiras, preços base ao nível do consumidor sobre diversos produtos, etc.. Avaliar o emprego e o desemprego, os níveis de empregabilidade e os rendimentos.
- **Espaços Públicos e Ambiente Urbano** – entender e avaliar as características do espaço público, densidades e oferta de serviços, a qualidade do ambiente urbano, o planeamento e a participação da população na construção do espaço, etc.. Avaliar o Planeamento e ordenamento territorial/urbanístico do concelho e o crescimento urbano (atender a que este ponto, em concreto, se cruza com a temática da população e habitação).
- **Institucional e Participação Democrática** - entender e avaliar a participação da população em actos públicos, tais como os processos eleitorais, a informação



disponibilizada pelo município, o número de processos em tribunal, o desempenho global das autoridades locais, os serviços que melhorem a qualidade de vida e garantam um acesso a padrões de desenvolvimento, a existência de Planos e medidas de desenvolvimento, etc..

- **Segurança** - entender e avaliar a evolução dos crimes, o número de detenções e as problemáticas relativas à segurança da população, os problemas gerais ao nível da protecção civil (crime, incêndios, inundações, etc.), etc..
- **Turismo** - entender e avaliar a oferta e procura de alojamento turístico, a oferta e qualidade dos pontos de interesse turístico, quer cultural quer ambiental, etc.. Os recursos turísticos disponíveis vs. utilizados, as potencialidades e expectativas turísticas do Concelho. Avaliar a oferta de turismo em espaço rural, a oferta em termos qualitativos e quantitativos e as oportunidades de valorização dos recursos naturais através de projectos de lazer/turísticos que promovendo a sensibilização para as questões ambientais, contribuam para a melhoria da economia local.
- **Transportes e Movimentos Pendulares** – entender e avaliar as redes de transporte público, a utilização de automóveis particulares, as ofertas e procuras de estacionamento, a capacidade e qualidade das vias, as vias pedonais e ciclovias, os movimentos pendulares de e para o local de emprego ou estudo, etc..

Será importante também referir que o projecto europeu “para um perfil da sustentabilidade local - indicadores comuns europeus”⁹ define 5 indicadores obrigatórios para as Agendas XXI locais (Cf. quadro seguinte¹⁰), sendo de referir a falta de dados para algumas dimensões, como por exemplo o ambiente.

⁹ Comunidade Europeia/Direcção geral do Ambiente, Para um perfil de sustentabilidade local – Indicadores comuns europeus, Relatório técnico, Comunidades Europeias/DGA, Luxemburgo 2000.

¹⁰ Tendo por base o Projecto Para um perfil de sustentabilidade local – Indicadores comuns europeus, Comunidade Europeia/DGA, Luxemburgo 2000.



INDICADORES EUROPEUS OBRIGATÓRIOS PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Indicadores Principais (Obrigatórios)		Princípio n.º (ver a seguir)					
		1	2	3	4	5	6
N.º	Indicador						
1	Satisfação do cidadão com a comunidade local <i>Satisfação geral dos cidadãos com as várias características da autarquia local</i>	X	X		X	X	X
2	Contribuição local para as alterações climáticas globais Emissões de CO ₂ <i>(a longo prazo, após a identificação da metodologia simplificada, este indicador incidirá nas repercussões ecológicas)</i>	X		X	X	X	
3	Mobilidade local e transporte de passageiros <i>Transporte diário de passageiros; distâncias e modos de transporte</i>	X		X	X	X	X
4	Existência de zonas verdes públicas e de serviços locais <i>Acesso dos cidadãos a zonas verdes públicas próximas e a serviços básicos.</i>	X		X		X	X
5	Qualidade do ar na localidade <i>Número de dias em que se regista uma boa qualidade do ar</i>	X				X	X

Fonte: Projecto "Para um perfil de sustentabilidade local – Indicadores comuns europeus", CE/DGA (2000),

Especificação dos domínios analíticos associados a cada um dos indicadores referidos no quadro anterior:

1. igualdade e inclusão social (acesso a todos os serviços básicos adequados e a bom preço, por exemplo educação, emprego, energia, saúde, habitação, formação, transporte);
2. governo local/atribuição de poderes/democracia (participação de todos os sectores da comunidade local no parlamento local e nos processos de tomada de decisões);
3. relação local/global /satisfação das necessidades locais a nível local, da produção ao consumo e à eliminação, satisfação das necessidades que não é possível satisfazer localmente de forma mais sustentável);
4. economia local (adaptação das capacidades e necessidades locais à disponibilidade de postos de trabalho e outras facilidades da forma que ameace o menos possível os recursos naturais e o ambiente);
5. protecção do ambiente (adopção de uma abordagem de ecossistema; redução ao mínimo da utilização dos recursos naturais e dos solos, da produção de resíduos e emissão de poluentes, aumentando a biodiversidade);
6. património cultural/qualidade do ambiente construído (protecção, preservação e reabilitação dos valores históricos, culturais e arquitectónicos, incluindo monumentos e eventos; reforço e salvaguarda do carácter atractivo e funcional dos espaços e edifícios).

Sendo um sistema de monitorização, o SI deverá permitir uma fácil e rápida actualização, pretendendo-se anual na maior parte dos indicadores. O quadro seguinte apresenta as potencialidades e debilidades associadas à constituição do SI, tendo por referência as experiências e os estudos sobre a temática dos indicadores de sustentabilidade.



MATRIZ DE POTENCIALIDADES E DEBILIDADES DO SISTEMA DE INDICADORES.

Potencialidades	Debilidades
Avaliar e monitorizar a situação do concelho face a diferentes factores;	Inexistência de um sistema nacional de indicadores para a sustentabilidade;
Permitir uma rápida constatação das problemáticas existentes potenciando uma melhor e eficaz resolução dos problemas;	Dificuldade ou inexistência de informação base;
Disponibilizar, a diferentes níveis, um conjunto de dados que permitirão a qualquer cidadão o conhecimento das realidades concelhias;	Dificuldade de encontrar fórmulas e matemáticas que traduzam com coerência e eficácia as realidades existentes, protegendo o sistema de avaliações subjectivas;
Possibilidade de comparação imediata dos dados com padrões e metas definidas e com os valores encontrados para outros concelhos (nacionais e internacionais) facilitando o entendimento global das problemáticas.	A aquisição de alguns dados base poderá ser dispendiosa. ¹¹

Tendo por base os elementos de avaliação constantes na matriz anterior, e todos os aspectos já referidos, o SI foi desenhado com base nos seguintes critérios:

Crítérios base na constituição do SI

- *Integração no Sistema de Indicadores Comuns Europeus para a Sustentabilidade;*
- *Existência/disponibilidade de dados base em períodos anuais;*
- *Possuírem interesse para a prossecução dos objectivos e metas propostos;*
- *Possibilidade de actualização rápida*
- *Possibilidade de comparação com valores extra concelhios*
- *Facilidade na disponibilização e entendimento da informação*

Nas tabelas seguintes é apresentada uma proposta de Indicadores de Sustentabilidade quantificados para o concelho de Arraiolos, a sub-região (ou o distrito) e o País (ou o Continente). A estrutura dessas tabelas baseia-se em **Temas**, **Nome do Indicador**, **Tipo** (*Pressão-Estado-Resposta*), **Fontes de informação**. A escolha destes indicadores teve como principal condicionante a disponibilidade de informação estatística para cada uma das unidades territoriais consideradas. O ano de 2001 surge como o de referência para a quase totalidade dos indicadores, já que, por um lado, o recenseamento da

¹¹ Neste ponto concreto é de referir que a grande maioria dos concelhos portugueses não dispõem de valores base sobre a qualidade do ar. A instalação de estações de monitorização é dispendiosa e morosa o que, na verdade, poderá vir a prejudicar o SI. Também é de referir que certos dados estatísticos são confidenciais a certos níveis de desagregação ou mesmo de valores elevados quando adquiridos nas instituições produtoras.



população e da habitação é uma das principais fontes utilizadas e, por outro, deste também resultam as principais variáveis utilizadas para efeitos de ponderação dos dados. Para cada indicador resume-se a situação do Concelho, comparada com os níveis sub-regional e nacional.

Tema: AMBIENTE

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
☺	Temperatura média anual do ar (°C) – 2000/2001	Estado	INMG	9,6/18,2 ⁽¹⁾	16,3 ⁽²⁾	16,3 ⁽²⁾
☺	Despesas municipais segundo os domínios de Gestão e Protecção do Ambiente (valor em €/hab.) - 2001	Resposta	INE	51,10	51,06	47,64
☹	Caudal tratado (m3) em % do total captado (m3) - 2001	Pressão	INE	73,0	42,4	-
☹	Consumo de água (m3/hab.) - 2001	Pressão	INE	62,45	56,52	47,01
☺	Águas residuais (% de População servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais)	Estado	INE	71,1	89,3	100,0
☺	Caudais efluentes produzidos (m3) por habitante - 2001	Estado	INE	49,4	42,8	38,9
☺	Caudais efluentes tratados (m3) em % do total produzido (m3) - 2001	Resposta	INE	75,7	71,3	94,9
☺	Área Ardida (km2) por cada 10.000 km2 de área total (km2) - 2002	Pressão	INE	1350,1	380,9	0,1
☺	Área ardida (ha) por ocorrência de fogos florestais – 2002	Pressão	INE	46,97	393,27	0,08
☺	População servida por sistemas de recolha de resíduos sólidos (%) - 2001	Resposta	INE	98,60	96,20	100
☹	Resíduos urbanos recolhidos segundo processos selectivos (%) - 2001	Resposta	INE	3,93	1,61	0,00
☹	Consumo doméstico de energia eléctrica por habitante (kwh/hab) - 2001	Pressão	INE	1,03	1,07	1,03

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

(1) Valores médios extremos para o Continente (Penhas Douradas e Faro, respectivamente).

(2) Referente à estação de Évora.



Tema: SOCIEDADE, CULTURA, LAZER E SERVIÇOS

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
☹	Número de habitantes por biblioteca - 2001	Estado	INE	5416,4	3339,3	3808,0
😊	Total das despesas correntes (em euros) das Câmaras Municipais em Actividades Culturais, por habitante - 2001	Resposta	INE	34,0	64,4	123,0
😊	Despesas correntes (em euros) das Câmaras Municipais em publicações, por habitante - 2001	Resposta	INE	1,8	0,6	2,0
😊	Despesas correntes (em euros) das Câmaras Municipais em actividades socioculturais, por habitante - 2001	Resposta	INE	4,9	5,9	9,9
☹	Nº de documentos existentes nas bibliotecas por residente - 2001	Estado/ Resposta	INE	3,9	8,3	3,8
☹	Freguesias servidas com TV Cabo (%) - 2001	Estado/ Resposta	INE	22,6 ⁽¹⁾	3,0 ⁽¹⁾	0
😊	Freguesias servidas com as 3 redes de telefone móvel em simultâneo (%) - 2001	Estado/ Resposta	INE	84,3 ⁽¹⁾	81,3 ⁽¹⁾	85,7

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

(1) Média dos valores concelhios, para a NUT III e Continente.

Tema: População e Habitação

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
☹	População residente com menos de 15 anos (% do total) - 2001	Estado	INE	15,9	13,7	12,5
☹	População residente com idades entre os 15 e os 24 anos (% do total) - 2001	Estado	INE	13,9	12,3	12,0
☹	População residente com idades entre os 25 e os 64 anos (% do total) - 2001	Estado	INE	53,5	49,4	47,2
☹	População residente com mais de 64 anos (% do total) - 2001	Estado	INE	16,5	23,0	26,4
☹	Sex ratio (nº de homens / nº de mulheres) - 2001	Estado	INE	0,93	0,94	0,93
☹	Famílias clássicas constituídas por apenas uma pessoa idosa (% do total de famílias clássicas) - 2001	Estado	INE	8,8	12,4	14,7
😊	Famílias constituídas por 5 ou mais elementos (% do total de famílias clássicas) - 2001	Estado	INE	9,4	6,1	5,9
☹	Alojamentos vagos no total dos alojamentos clássicos (%) - 2001	Estado	INE	10,8	11,9	16,0
☹	Alojamentos para venda em relação ao total de alojamentos vagos (%) - 2001	Estado	INE	19,4	10,3	7,2
☹	Alojamentos de uso sazonal em relação ao total de alojamentos clássicos (%) - 2001	Estado	INE	18,4	16,4	16,7

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas



Tema: Saúde e equipamentos de apoio social

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
😊	Residentes com grau de deficiência superior a 80% no total dos residentes (%) - 2001	Estado	INE	0,7	0,6	0,5
😞	Taxa de Natalidade - 2001	Estado	INE	10,9	8,8	6,9
😞	Taxa de Mortalidade -2001	Estado	INE	10,2	12,5	13,3
😞	Taxa de Excedente de Vidas (nascimentos – óbitos) - 2001	Estado	INE	0,7	-3,7	-6,4
😞	Taxa de Nupcialidade - 2001	Estado	INE	5,7	4,8	4,1
😊	Taxa de Divórcio - 2001	Estado	INE	1,8	1,4	0,9
😞	Taxa de Fecundidade - 2001	Estado	INE	43,2	39,1	32,5
😞	Índice de Envelhecimento - 2001	Estado	INE	103,6	168,2	210,8
😞	Médicos por 1000 Habitantes - 2001	Estado	INE	3,2	1,8	0,0
😊	Farmácias por 10000 Habitantes - 2001	Estado	INE	2,5	3,0	4,0
😞	Pessoal de Enfermagem por 1000 Habitantes - 2001	Estado	INE	4,0	3,8	1,1
😊	Consultas por Habitante - 2001	Estado	INE	3,8	3,8	3,8
😞	Número de pensionistas por 100 habitantes - 2001	Estado	INE	24,47	32,73	40,18
😞	Valor anual processado das pensões por pensionista - 2001	Estado	INE	2889,3	2727,0	2673,5

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

Tema: Educação

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
😞	Taxa de analfabetismo - 2001	Estado	INE	9,0	14,8	17,0
😞	Residentes que, em 2001, detinham o 3º ciclo do ensino básico em relação ao total de residentes (%)	Estado	INE	13,8	12,5	11,0
😞	Residentes que, em 2001, detinham um curso secundário em relação ao total de residentes (%)	Estado	INE	11,0	10,3	8,0
😞	Residentes que, em 2001, detinham um curso de grau médio ou superior em relação ao total de residentes (%)	Estado	INE	7,2	5,8	3,1
😊	Escolas com acesso à internet (%) - 2001	Estado	INE	70,1 ⁽¹⁾	72,1 ⁽¹⁾	71,4

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

(1) Média dos valores concelhios, para a NUT III e Continente.



Tema: Economia e Emprego

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
😊	Taxa de desemprego - 2001	Estado	INE	6,8	8,6	6,2
😞	Taxa de actividade - 2001	Estado	INE	48,2	46,5	45,3
😐	População activa empregada no sector primário (CAE 0) em relação ao total dos activos empregados - 2001	Estado	INE	5,0	12,0	16,0
😐	População activa empregada no sector secundário (CAE 1-4) em relação ao total dos activos empregados - 2001	Estado	INE	35,1	27,9	29,7
😐	População activa empregada no sector terciário (CAE 5-9) em relação ao total dos activos empregados - 2001	Estado	INE	59,9	60,1	54,4
😊	População activa empregada apenas nos serviços relacionados com a actividade económica em relação ao total dos activos empregados no sector terciário - 2001	Estado	INE	57,4	45,6	46,1
😊	Sociedades sediadas do Sector Primário (% do total de soc. Sediadas) - 2001	Estado	INE	2,8	14,2	19,0
😊	Sociedades sediadas do Sector Secundário (% do total de soc. Sediadas) - 2001	Estado	INE	26,4	21,4	29,3
😐	Sociedades sediadas do Sector Terciário (% do total de soc. Sediadas) - 2001	Estado	INE	70,8	64,4	51,7
😞	Volume de vendas por sociedade sediada (todos os sectores de actividade), em 1000 euros - 2001	Estado	INE	868,5	455,3	245,0

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

Tema: Espaços Públicos, Ambiente Urbano

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
😞	Densidade populacional	Estado	INE	112,2	23,7	10,9
😐	Número de licenças para construção de novos edifícios (2002) em relação ao total de edifícios existentes (2001) - %	Estado/ Pressão	INE	13,8	1,4	1,3
😊	Número de licenças para ampliação de edifícios (2002) em relação ao total de edifícios existentes (2001) - %	Estado/ Pressão	INE	1,8	0,3	1,1
😊	Valor médio dos imóveis transaccionados (1000 euros/imóvel) - 2002	Estado/ Pressão	INE	60,8	56,2	45,4

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas



Tema: Institucional e Participação Democrática

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Distrito de Évora	Arraiolos
☺	Taxas de abstenção nas eleições locais (1997)	Estado	STAPE	39,90	36,46	32,76
☺	Taxas de abstenção nas eleições presidenciais (2001)	Estado	STAPE	49,07	49,72	44,85
☺	Taxas de abstenção nas eleições para a Assembleia da República (1999)	Estado	STAPE	38,16	37,79	33,13
☺	Taxas de abstenção nas eleições para o Parlamento Europeu (1999)	Estado	STAPE	59,71	58,65	52,12

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

Tema: Segurança

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	Continente	Alentejo Central	Arraiolos
☺	Taxa de criminalidade (número de crimes registados pela PJ, PSP e GNR, por cada 100 residentes) - 2001	Estado/ Pressão	MJ, INE	3,7	2,7	1,5
☺	Número de bombeiros (2002) por cada 1000 habitantes (2001)	Estado/ Resposta	INE	3,8	4,7	12,5

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas

Tema: Turismo

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
☹	Número de camas dos estabelecimentos hoteleiros por cada 100 residentes - 2001	Estado/ Resposta	INE	2,2	1,2	0,8
☹	Número de dormidas em Estabelecimentos Hoteleiros por cada 100 residentes - 2001	Estado/ Resposta	INE	324,1	174,3	152,8
☺	Taxa de Ocupação dos Estabelecimentos Hoteleiros - 2001	Estado/ Resposta	INE	40,8	39,5	44,3
☺	Estada Média por Hóspede em Estabelecimentos Hoteleiros - 2001	Estado/ Resposta	INE	3,6	1,4	1,5

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas



Tema: Transportes e Movimentos Pendulares

	Nome	Tipo	Fonte(s)*	País	Alentejo Central	Arraiolos
☹	Venda de Combustíveis auto excepto gasóleo colorido/habitante (ton/hab.) - 2001	Pressão	INE	0,6	0,8	0,3
☹	Venda de Combustíveis auto excepto gasóleo colorido/família (ton./família) - 2001	Pressão	INE	1,8	2,0	0,9
☹	Receitas do Imposto s/ veículos (1000 €, em 2002) por 1000 habitantes (2001)	Estado	INE	9,4	7,5	6,0
☹	Número médio de vítimas (mortos ou feridos) por cada 100 acidentes de viação com vítimas - 2002	Estado	INE	137,5	141,0	183,3
☹	Vítimas mortais por cada 100 acidentes de viação com vítimas - 2002	Estado	INE	3,5	6,9	12,5
☹	Número de acidentes com vítimas mortais por cada 100 acidentes com vítimas - 2002	Estado	INE	3,1	6,2	8,3

(*) Ver lista de entidades no final do conjunto de tabelas



Fontes primárias de informação estatística:

SIGLA	Descrição	Sítio WEB
ANACOM	Autoridade Nacional de Comunicações	www.anacom.pt
ANF	Associação Nacional de Farmácias	www.anf.pt
ARSA	Administração Regional de Saúde do Alentejo	www.arsalentejo.pt
Autarquia	Câmara Municipal de Arraiolos	www.cm-arraiolos.pt
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo	www.ccr-alt.pt
DAPP-MEDU	Direcção de Avaliação Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação	www.dapp.min
DGA	Direcção-Geral do Ambiente	www.dga.min-amb.pt
DGDR	Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional	www.dgdr.pt
DGD-Rural	Direcção-Geral do Desenvolvimento Rural	www.dgdrural.pt
DGE	Direcção-Geral de Energia	www.dge.pt
DGEFP	Direcção-Geral de Emprego e formação profissional	www.dgefp.msst.gov.pt
DGF	Direcção-Geral de Florestas	www.dgf.min-agricultura.pt
DGS	Direcção-Geral de Saúde	www.dgsaude.pt
DGSP	Direcção Geral dos Serviços Prisionais	www.dgsp.mj.pt
DGT	Direcção-Geral do Turismo	www.dgturismo.pt
DGTT	Direcção-Geral dos Transportes Terrestres	www.dgtt.pt
DGV	Direcção-Geral de Viação	www.dgv.pt
DRA	Direcção Regional do Ambiente do Alentejo	www.drarn-a.pt
DRA	Direcção-Regional de Agricultura do Alentejo	www.draal.min-agricultura.pt
GC	Governo Civil do Distrito de Évora	www.gov-civil-evora.gov.pt
GNR	Guarda Nacional Republicana	www.gnr.pt
IA	Instituto do Ambiente	www.iambiente.pt
ICN	Instituto da Conservação da Natureza	www.icn.pt
ICS	Instituto da Comunicação Social	www.ics.pt
IDP	Instituto do Desporto de Portugal	www.idesporto.pt/
IDP	Instituto do Desporto de Portugal	www.idesporto.pt
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional	www.iefp.pt
IEP	Instituto das Estradas de Portugal	www.iestradas.pt
INAG	Instituto da Água	www.inag.pt
INE	Instituto Nacional de Estatística	www.ine.pt
INIPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial	www.inpi.pt
INR	Instituto Nacional de Resíduos	www.inresiduos.pt
MA	Ministério da Agricultura	www.min-agricultura.pt
MAI	Ministério da Administração Interna	www.mai.gov.pt
ME	Ministério da Economia	www.min-economia.pt
MEDU	Ministério da Educação	www.min-edu.pt
MJ	Ministério da Justiça	www.gplp.mj.pt/estatisticas/
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil	www.snbpc.pt
BP	Banco de Portugal	www.bp.pt
MC	Ministério da Cultura	www.min-cultura.pt
MSST	Ministério da Segurança Social e Trabalho	www.msst.gov.pt
DGOTDU	Direcção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano	www.dgotdu.pt
STAPE	Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral	www.stape.pt
CNE	Comissão Nacional de Eleições	www.cne.pt

Outras Fontes – indicação que revela a possibilidade de existirem outras fontes, principalmente autárquicas ou que decorram de levantamentos específicos efectuados ou a efectuar, ou de estudos e levantamentos de empresas ou organismos não referenciados.



ANEXOS



**ANEXO A - FICHA DE ACÇÃO A.1.1.-
ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE
DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO
INTEGRADO**



TURISMO EM ARRAIOLOS – PROGRAMA DE TURISMO SUSTENTÁVEL

INTRODUÇÃO

Segundo a Organização Mundial de Turismo, o turismo sustentável consiste naquele que, para além de pretender satisfazer as necessidades dos turistas, satisfaz, de igual forma, as dos destinos turísticos, protegendo e incrementando as respectivas oportunidades de futuro.

Assim sendo, o turismo sustentável – ou a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento turístico – deverá ser um objectivo de todas as áreas receptoras, independentemente das modalidades turísticas que as estruturam. Trata-se, na verdade, de garantir a perenidade do sector turístico dentro de “standarts” qualitativamente elevados, ou seja, de garantir a transmissão às gerações vindouras de potenciais de desenvolvimento turístico não inferiores àqueles que herdámos.

Embora seja corrente associar o conceito de sustentabilidade às questões ambientais, interessa ter em linha de conta que a sustentabilidade turística é um desiderato mais abrangente, o qual se estrutura dentro do que poderemos designar pelo triângulo da sustentabilidade, cujos vértices são o ambiente, a sociedade e a economia.

Sustentabilidade ambiental, porque a continuidade de um processo de desenvolvimento turístico isento de degradações qualitativas depende directamente da protecção e conservação do meio natural que o suporta e alimenta; sustentabilidade social porque, sendo o turismo uma actividade relacional, importa assegurar a autenticidade e valores dessa mesma relação, ou seja, evitar a todo o custo fenómenos de erosão social nas comunidades de acolhimento; sustentabilidade económica porque, para ser viável – logo perdurável – o turismo deve ser economicamente rentável.

As origens do turismo sustentável prendem-se com a crescente importância da actividade turística ao nível mundial, o mesmo é dizer com o aumento dos seus impactes – positivos e negativos – e com a decorrente nitidez com que, progressivamente, se tornou evidente a necessidade de o racionalizar tendo em vista “colher os frutos sem matar a árvore”. Na verdade, para além das razões de natureza ética que se prendem com a exploração racional dos recursos tendo em vista a sua transmissão no tempo, outros factos se tornaram progressivamente evidentes: a



necessidade de garantir a continuidade da própria "indústria" turística, a necessidade de evitar deseconomias decorrentes da alteração ou destruição dos ecossistemas de suporte à vida, a necessidade de garantir a rendibilidade dos investimentos turísticos, muitos deles com margens de flexibilidade reduzidas.

Assim, embora o conceito de turismo sustentável se tenha vulgarizado recentemente, as ideias e preocupações que encerra não são novas, datando as suas primeiras manifestações institucionais ao ano de 1978, quando a Organização Mundial de Turismo resolve criar um comité ambiental, o qual se reunirá pela primeira vez em Madrid no ano de 1981.

Posteriormente, o caminho será longo e diversificado. Interessa, contudo, salientar um conjunto de decorrências que, tendo a sua origem na Cimeira do Rio (1992), culminam no âmbito do sector turístico:

- i) em 27 de Maio de 1994 é assinada, em Aalborg, a "Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade", um texto fundamental para o desenvolvimento das "Agenda 21 Local";
- ii) em 1996, o "Conselho Mundial de Viagens e Turismo" e o "Conselho da Terra" adoptam um documento conjunto designado a "Agenda 21 para a Indústria Turística: Rumo a um Turismo Sustentável", o qual condensa um conjunto de princípios que se podem considerar basilares da sustentabilidade turística.

Entre outros, salientamos:

- as viagens e o turismo devem ajudar a obter uma vida sã e produtiva em harmonia com a natureza;
- as viagens e o turismo devem contribuir para a conservação, protecção e restauração dos ecossistemas;
- as viagens e o turismo devem converter-se em modelos de produção e consumo sustentáveis;
- os países devem cooperar na promoção de um sistema económico aberto, no qual o comércio internacional de serviços turísticos e viagens seja baseado na sustentabilidade;



- as viagens, o turismo, a paz, o desenvolvimento e a protecção ambiental são interdependentes;
- a protecção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento turístico;
- as questões relacionadas com o desenvolvimento turístico devem ser tratadas com a participação dos cidadãos envolvidos e as decisões de planeamento tomadas ao nível local;
- as viagens e o turismo devem utilizar a sua capacidade máxima para criar emprego para as mulheres e a população local;
- o desenvolvimento turístico deve reconhecer e apoiar a identidade, a cultura e os interesses da população local;
- o sector das viagens e turismo deve respeitar a legislação internacional relativa à protecção do meio ambiente;
- (...).

Em termos práticos, que se relacionam com os processos (locais) de desenvolvimento turístico, há, então, que cruzar dois aspectos que se revelam fundamentais ao nível do planeamento turístico: (i) maximizar os impactes económicos positivos do turismo e (ii) garantir a sustentabilidade da actividade e do local que lhe serve de palco. Um correcto equilíbrio entre estas duas vertentes é a verdadeira chave de um planeamento turístico bem sucedido, já que sem sustentabilidade, como vimos, a actividade está comprometida a prazo, mas também porque sem efeitos económicos positivos relevantes ela carece de sentido ao não contribuir para a descolagem em termos de desenvolvimento e ao não produzir valores acrescentados dignos de relevo no domínio da melhoria das condições sócio-económicas das populações envolvidas.

Será, assim, dentro deste contexto de procurar o delicado equilíbrio entre “efeitos” e “cautelas” que nos situaremos no esforço de planificação que se segue.

Neste sentido, procurar-se-á:

- Incrementar a actividade turística local.
- Garantir os maiores níveis de rentabilidade económica da actividade turística para os residentes envolvidos directa ou indirectamente.



- Garantir a rentabilidade dos investimentos turísticos.
- Melhorar a qualidade de vida da população local.
- Manter e promover a qualidade ambiental e social do concelho, bem como o respectivo património material e imaterial.
- Promover a justiça territorial e social na distribuição das mais valias turísticas.
- Promover a qualidade da oferta e a qualidade das experiências dos visitantes.
- Promover, nos visitantes, a ideia de turismo responsável.

Serão estes, enfim, os nossos grandes princípios orientadores, os quais, aliados a uma prática de planeamento participativo, julgamos traduzirem o espírito das "Agendas 21".

O TURISMO EM ARRAIOLOS

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, o concelho de Arraiolos detinha, para o último ano em que existe informação (2002), 7 unidades de alojamento, correspondentes a 1 unidade hoteleira e 6 de Turismo em Espaço Rural (TER).

A unidade hoteleira referenciada inclui-se na categoria das pousadas – A Pousada de Nossa Senhora da Assunção, pertencente à ENATUR – dispendo de 32 quartos e 64 camas.

Relativamente às unidades de TER, elas distribuem-se pelas categorias de Agroturismo (4), Turismo Rural (1) e Turismo de Habitação (1). No conjunto disponibilizam 34 quartos com uma capacidade de alojamento de 66 lugares/camas.

OFERTA DE ALOJAMENTO (2002)

2002	Alentejo Central	Arraiolos	%
Unidades Hoteleiras	26	1	3,8
Camas na hotelaria	2243	64	2,9
Unidades TER	45	6	13,3
Camas TER	485	66	13,6

Fonte: INE

No que respeita à integração na Sub-região a que Arraiolos pertence, o Alentejo



Central, os valores expressos mostram que a situação do Concelho, em termos de oferta, é bastante mais favorável no domínio do TER do que no da hotelaria. Ainda assim é possível afirmar que, quer num, quer noutra caso, Arraiolos só é claramente superado por Évora, Estremoz e Sousel na capacidade de alojamento hoteleira e por Évora e Reguengos de Monsaraz na Capacidade de alojamento no TER.

Importa, contudo, reter que uma pesquisa efectuada no ano de 2005, revelou um conjunto de outras unidades de alojamento que não foram consideradas pelo INE, seja porque a sua data de abertura ao público foi posterior a 2002, ou seja porque são unidades de turismo em espaço rural não registadas na Direcção Geral de Turismo sob a sigla TER.

Nesse sentido, é possível afirmar que, actualmente, existem no Concelho mais 4 unidades que se manifestam de turismo em espaço rural e 1 que denomina residencial. facto que, tendo em atenção a dimensão média dos estabelecimento no concelho, significará, pelo menos, um acréscimo de 50 a 60 camas.

No quadro de outro elemento importante da composição da oferta concelhia, a restauração, foi possível contabilizar, para além do restaurante da Pousada, 15 unidades de restauração (não foram considerados cafés, bares, pastelarias e snack-bares), 10 em Arraiolos, 2 no Vimieiro e 1 em Igrejinha, Ilhas e São Pedro da Gafanheira.

Tratam-se de restaurantes com uma capacidade bastante razoável, mais de 1000 lugares, e com forte incorporação de pratos regionais.

Finalmente, no que se reporta a outros domínios do sistema turístico que não a oferta, interessa referir que o nosso sistema estatístico não disponibiliza qualquer informação, no caso da hotelaria devido ao segredo estatístico inerente à existência de uma só unidade de alojamento, no caso do TER seguramente por outras razões que desconhecemos.

O TURISMO SUSTENTÁVEL EM ARRAIOLOS: OBJECTIVOS E ESTRATÉGIAS

Num espaço territorial como aquele que configura o Concelho de Arraiolos, o turismo deve representar uma actividade alternativa que complemente a economia actualmente existente e que, tendo uma implementação adequada, permita um



desenvolvimento local sustentado.

Num meio rural, as actividades turísticas, para que possam desempenhar eficazmente o que delas se espera, têm que ter uma série de características: respeitar o património natural e cultural, implicar a participação activa da população local e manter as actividades tradicionais do meio, evitando a mono-especialização turística e as grandes infra-estruturas e serviços.

As *repercussões positivas* que o turismo em meio rural pode trazer consigo são de três tipos:

- *Ambientai/culturais*: conservação e valorização da paisagem e do meio natural, a recuperação e conservação do património histórico-cultural.
- *Económicas*: criação de rendimentos complementares, criação de vias de saída para os produtos locais, criação de emprego e reconversão da mão de obra e maiores possibilidades de incorporar a mulher no trabalho.
- *Antrópicas*: intercâmbios culturais, manutenção dos costumes e tradições locais, aumento do interesse da comunidade pelas actividades de lazer e cultura e apoio às empresas locais.

No entanto, o desenvolvimento do turismo no meio rural pode trazer consigo alguns *aspectos negativos*, ligados à fragilidade, tanto cultural como natural, dos ambientes rurais. São eles:

- *Ambientais/cultural*: aumento do risco de contaminação da água, do ar e visual, riscos de perturbação da flora e da fauna pela excessiva influência de visitantes e erosão dos factores identitários.
- *Económicos*: congestionamento dos serviços e equipamentos, criação de infra-estruturas e serviços adicionais monoespecializados e perigo de monoactividade.
- *Antrópicos*: riscos de conflitos entre as comunidades locais e o visitante, expressos numa competitividade pelo alojamento e outros recursos, adulteração e alteração das tradições locais e da cultura e excessiva pressão da afluência de visitantes que provoque comportamentos anti-sociais.

Por outro lado, há que ter em conta que o turismo de feição cultural é um tipo de oferta que só agora desponta nos meios rurais uma vez que tem estado desde sempre



ligado a núcleos urbanos de importância populacional e às regiões costeiras.

O modelo de alojamento e a oferta de serviços que parece razoável seguir para o desenvolvimento do turismo nestas zonas está ligado ao uso das habitações tradicionais restauradas ou a pequenos hotéis e apartamentos rurais que respeitem a arquitectura da zona. Por outro lado, será conveniente a criação de uma rede que permita uma distribuição dos serviços pelas diferentes localidades e não a sua concentração num único lugar.

As actividades a desenvolver nestes âmbitos são de dois tipos: umas destinam-se à integração do visitante no meio rural, recuperando actividades que estão em fase de retrocesso - artesanato têxtil, cerâmica, madeira, etc. -, e outras são as relacionadas com os usos lúdico-culturais deste espaço.

Tendo em conta as considerações anteriormente expressas, bem como os elementos derivados da fase de caracterização e diagnóstico, assume-se como grande objectivo para a actividade turística de Arraiolos, **o desenvolvimento de um sector turístico sustentável, susceptível de promover o desenvolvimento económico e social do Concelho, contribuindo, ao mesmo tempo, para a preservação do ambiente natural e humano e para a promoção da justiça social e territorial.**

É no contexto expresso no parágrafo anterior que se estribam, por sua vez, uma série de objectivos específicos, que detalham e complementam o objectivo global e que a seguir se listam:

Estabelecer mecanismos de gestão e coordenação turística:

- Organizar de forma centralizada a oferta e a promoção turística.
- Criar uma imagem de marca da oferta turística como produto de qualidade.

Criar e diversificar a oferta turística da área territorial em questão:

- Integrar toda a zona na oferta turística como mecanismo de equilíbrio territorial.
- Valorizar o seu património cultural e o dos espaços naturais e urbanos, com vista à sua rentabilização económica como componentes da oferta turística.

Criar expectativas e oportunidades económicas para a população, diversificando as



suas fontes de riqueza/rendimento:

- Criar uma rede de infra-estruturas e serviços ligados aos recursos culturais e naturais existentes que não só torne viável a sua exploração turística, mas permita também configurar uma rede primária de habitações permanentes que reforcem a estrutura sócio-económica da zona.
- Estimular a implantação de novas actividades produtivas compatíveis com a conservação do património e do meio ambiente.

Promover, apoiar e incentivar a criação de um tecido empresarial dinâmico, inovador e territorialmente equilibrado:

- Potenciar a capacidade empreendedora e melhorar a qualificação profissional da população.

O turismo que se pretende implementar será o **turismo verde**, que define a oferta conjunta de agro-turismo e turismo rural em sentido restrito, associado ao turismo cultural. É, portanto, o turismo que se aloja tanto em casa da população agrícola como em alojamentos de baixo impacto sobre o meio - casas rurais, albergues rurais, hotelaria familiar, parques de campismo, etc. -, e que responde a motivações ligadas ao usufruto dos valores mais específicos do mundo rural: o contacto com a cultura, o conhecimento do seu património, a contemplação da natureza e da paisagem, o desfrute do silêncio e da tranquilidade, a recuperação física e espiritual, etc.

Partindo destas premissas, a consecução dos objectivos requer a existência de um Plano de Intervenção no domínio do turismo que, integrado em estratégias mais vastas, organize de corpo a uma atitude pró-activa de investimento forte na mobilização de recursos e vontades.

No caso concreto do alojamento, a observação efectuada no terreno permitiu detectar um elevado conjunto de casas, extremamente interessantes do ponto de vista turístico.

- É fundamental efectuar um inventário deste alojamento potencial e, de forma activa, contactar os proprietários explicando-lhes claramente a existência de um projecto concelhio para o turismo, no âmbito do qual poderão encontrar soluções para usufruírem de rendimentos complementares derivados da participação activa nas actividades turísticas.



Esta atitude assumidamente *activa* implicaria:

- um trabalho de persuasão dos proprietários;
- o apoio permanente às iniciativas despoletadas;
- a criação de uma estrutura que garantisse não só as reservas e o apoio ao turista, mas também a gestão deste património com dono ausente (o Centro Integrado de Turismo) e a criação de uma *Unidade de Serviços*, constituída por residentes, susceptíveis de proporcionar serviços como: limpeza, lavagem de roupa, fornecimento de pequenos almoços,....

Com esta filosofia de abordagem, será possível dotar os espaços naturais existentes dos equipamentos e serviços necessários à sua exploração económica como recursos turísticos.

Assim sendo, definem-se as seguintes Linhas Estratégicas de Desenvolvimento.

LED 1 – Criação das condições técnicas e organizacionais de suporte ao desenvolvimento do turismo.

LED 2 – Apoio à melhoria das condições externas de apoio e suporte ao sector turístico.

LED 3 – Suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística local

LED 4 – Fomento da procura turística e dos respectivos níveis de satisfação

LED 5 – Apoio ao seguimento e avaliação das dinâmicas turísticas induzidas e respectivos impactes



O PLANO DE INTERVENÇÃO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL DE ARRAIOLOS

O Plano de intervenção terá um estrutura arborescente, desenrolando-se das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento até às acções concretas.

LED 1 – Criação das condições técnicas e organizacionais de suporte ao desenvolvimento do turismo.

Objectivos:

- Criação de estruturas de natureza mista susceptíveis de facilitar o desenvolvimento do sector turístico.
- Criação de condições para a criação do diálogo e cooperação entre os actores do sistema turístico concelhio.
- Fomento da integração da actividade turística com as restantes políticas de desenvolvimento concelhio.
- Fomento dos estudos incidentes sobre o sector turístico concelhio e suas esferas territoriais de enquadramento.

Acções:

Constituição e equipamento material e humano de um Centro Integrado de turismo

O Centro Integrado de Turismo (CIT) concebe-se como uma estrutura centralizada com funções de planeamento, coordenação, gestão e operacionalização das iniciativas turísticas que se desenvolverão em todo o Concelho.

Será composto por:

um Conselho de Gestão (CG) onde terão assento entidades públicas e privadas com significado ao nível do turismo concelhio ou de outros sectores relevantes para o turismo;



uma Unidade de Gestão (UG), com as atribuições de fazer cumprir as deliberações do Concelho de Gestão e tomar as decisões entre as reuniões do (CG);

uma Unidade Operacional (UO), com as atribuições de desempenhar as tarefas concretas, nomeadamente as que derivem das suas competências nos seguintes domínios: elaboração de estudos técnicos e recolha de informação; fomento da cooperação entre actores, fomento e apoio ao empreendedorismo, central de reservas de Arraiolos; controle de qualidade do turismo.

O Centro Integrado de Turismo, deverá preferencialmente assumir-se como uma extensão das actividades realizadas actualmente pelo Posto de Turismo que, em termos futuros, se poderia potencialmente transformar em CIT. O CIT apenas terá viabilidade se houver lugar ao desenvolvimento, com sucesso, de algumas das acções relacionadas com o Turismo e a sensibilização e a mobilização de agentes.

Sistema de apoio ao desenvolvimento do conhecimento turístico

Instituição de um sistema de apoio concelhio à elaboração de estudos sobre o turismo com génese externa ou interna, à elaboração de dissertações sobre o turismo de Arraiolos e aos estágios em escolas turísticas de referência.

Apoio à reestruturação e modernização do sistema de informação turística concelhio

Esta acção tem como fim:

Avaliar o sistema de informação turístico concelhio (postos de turismo)

Planear a modernização dos postos de turismo no sentido de os tornar postos de divulgação turística e patrimonial de Arraiolos fornecedores de um nível mais avançado de informação sobre o concelho

Introdução de plataformas informáticas e elaboração de conteúdos

Qualificação do capital humano dos postos de turismo

LED 2 – Apoio à melhoria das condições externas de apoio e suporte ao sector



turístico

Objectivos:

- Apoiar a criação/melhoria de infraestruturas e serviços complementares ao sector turístico.
- Apoiar a melhoria das unidades comerciais mais envolvidas com o sector turístico.
- Apoiar a valorização turística das unidades de produção artesanal.
- Apoiar a uniformização e expansão da sinalização turística.
- Fomento das acções de sensibilização para o turismo ao nível dos actores económicos e sociais envolvidos indirectamente com o sector turístico.

Acções:

Elaboração de uma carta de infraestruturas e serviços de valia turística

Esta carta terá como finalidades:

- Efectuar um levantamento dos serviços e infraestruturas que, não pertencendo directamente ao sector turístico concelhio, são fundamentais para o seu desenvolvimento.
- Avaliar a qualidade e capacidade de resposta de cada um dos equipamentos/serviços identificados.
- Produzir um conjunto de recomendações sobre as alterações (e respectiva natureza) a efectuar.
- Priorizar as intervenções a efectuar.

Apoio à valorização turística do sector artesanal

Esta acção terá como objectivos apoiar as alterações necessárias a introduzir nas



oficinas artesanais tendo em vista possibilitar a visitação turística sem interferir com o processo produtivo. Adicionalmente deverá apoiar a formação e o emprego de guias especializados nas diversas temáticas artesanais.

Como elemento prévio desta acção será necessário estabelecer protocolos entre a regulação turística e as várias empresas/produtores artesanais, tendo em vista o estabelecimento de um quadro mútuo de obrigações e vantagens.

Em parte, estes apoios já hoje se verificam, pelo que será talvez mais importante inovar-se nas formas da sua implementação, sendo que, no caso da presente proposta, se pretende mais o envolvimento dos actuais produtores organizados e com espaços de fabrico, do que propriamente a criação de um espaço único (oficina) que sirva exclusivamente o propósito da mostra da elaboração dos tapetes, cuja exequibilidade poderá, eventualmente, verificar-se em articulação com o Museu do Tapete.

Apoio específico às unidades comerciais mais directamente relacionadas com o turismo

Esta acção terá como objectivo a sensibilização de comerciantes e o apoio a pequenas obras de remodelação das unidades comerciais, bem como o seu apetrechamento em meios avançados de gestão da informação comercial.



Apoio à unificação e densificação da informação turística

Esta acção tem como objectivos:

Definir uma imagem para a sinalização turística específica ao concelho

Densificar/criar a sinalização turística de percursos ou de sítios turísticos sob responsabilidade pública

Apoiar a disponibilização e compra de sinalização de equipamentos, locais e unidades sob gestão privada.

Acções de sensibilização turística para actores económicos e sociais com relevância para o turismo

Esta acção passará por:

Elaboração de um desdobrável salientando a importância do turismo para o desenvolvimento local e para o incremento do potencial de negócio individual.

Elaboração de sessões sectoriais de sensibilização turística.

LED 3 – Suporte ao desenvolvimento, qualificação e diversificação da oferta turística local

Objectivos:

- Apoiar o aumento, diversificação e qualificação da oferta de alojamento
- Apoiar a qualificação e o reforço da identidade local no domínio do sector da restauração
- Apoiar a constituição/reforço das empresas de animação turística de base endógena
- Apoiar eventos com interesse turístico evidente
- Apoiar a preservação e valorização numa óptica turística dos recursos naturais,



históricos e culturais.

- Apoiar a integração de Arraiolos nos percursos turísticos já existentes ao nível regional e a concepção e desenvolvimento de módulos concelhios integráveis nesses percursos.
- Apoiar a qualificação profissional no domínio do turismo do capital humano concelhio.

Acções:

Apoio à criação de um Hotel Rural Disperso

Propõe-se a constituição de um *Hotel Rural Disperso* que integre, em rede, alojamentos de diversas natureza, tipologia e localização, susceptível de integrar as casas, disponibilizadas temporariamente ou permanentemente para alojamento turístico.

Esta solução permitirá não só envolver um grande número de população, como colocar no mercado produtos de qualidade controlada apoiados por serviços mínimos garantidos através da constituição de uma Unidade de Serviços.

A relevância desta proposta centra-se na necessidade de formular um objectivo estratégico no domínio de oferta de alojamento que racionalize a oferta e evite quer uma concentração dos benefícios nas mãos dos mais activos e com património cultural e material maior, quer a concentração territorial.

Finalmente, se não se conseguir captar a população local com casas susceptíveis de serem integradas no *Hotel Rural Disperso*, há um risco real de se desenvolver uma pressão no sentido da transformação de muitas casas em segundas residências.

Interessa ainda relevar que este tipo de estrutura de alojamento tem potencialidades para conferir um carácter de verdadeiramente endógeno à oferta, bem como uma forte vocação integradora da população local nos benefícios do desenvolvimento turístico, seja directamente através da disponibilização de unidades de alojamento, seja através de participação na Unidade de Serviços. O *Hotel Rural Disperso* será gerido por uma unidade de gestão que poderá estar integrada no Centro Integrado de Turismo, o qual, adicionalmente, será responsável pela distribuição dos benefícios pelos participantes.



Apoio à criação e qualificação de unidades de alojamento no âmbito da hotelaria tradicional e no do Turismo em Espaço Rural

Esta acção terá como objectivos apoiar a remodelação, modernização de unidades de alojamento convencionais, bem como apoiar a criação de unidades de turismo em espaço rural.

Os tipos de apoios concretos poderão ir desde o apoio na parte burocrática e na elaboração de candidaturas a PICs e programas específicos de índole regional ou sectorial, até à concessão de incentivos ao nível das derramas municipais.

Criação de uma rede de restaurantes "regionais"

Para estabelecer parâmetros orientadores das características que estes estabelecimentos deverão reunir, há que elaborar um *manual de qualidade* para as empresas deste sector que se queiram integrar na rede de restaurantes de Arraiolos, tipificando as características das instalações, serviços e gastronomia.

A operacionalização desta rede pressupõe :

- fomentar a participação dos comerciantes e restauração
- apoiar as necessárias obras de adaptação dos estabelecimentos
- apoiar a formação profissional do pessoal de mesa, cozinheiro e proprietário
- Estabelecer as contrapartidas serão dadas ao proprietário/estabelecimento – publicidade nos materiais de divulgação, apoio à participação em certames gastronómicos regionais ou nacionais, placa identificadora da pertença à rede... .
- Tipificar o *contrato* a ser estabelecido entre o restaurante e o CIT– tempo mínimo de pertença à rede, número mínimo de pratos de cariz regional/local a incluir na ementa durante a semana e durante os dias feriados e de fins de semana, que produtos devem ser de origem local, integração dos restaurantes nos regimes de meia pensão ou de pensão completa ao nível do Hotel Rural Disperso, ...

Apoio à animação turística



A criação de uma rede de serviços para a prática de actividades recreativas vai ser um elemento essencial para qualificar as redes de alojamentos e de restauração, apresentando-as como uma oferta turística integrada que possa incidir, de maneira decisiva, na duração e frequência das estadias.

Não se pretende fechar o variado leque de possibilidades que este campo oferece, e que se deverá adaptar às características de cada local e às necessidades da procura, contudo, pensamos que a forma mais eficaz de promover uma animação turística de qualidade será apoiar as empresas de animação turísticas já existentes, ou a criação de novas empresas de carácter endógeno.

Para tanto, considera-se importante criar um espírito de ninho de empresa o qual se deverá traduzir:

- na facilitação de alojamento durante um período temporal,
- na concessão de incentivos de natureza tributária no âmbito municipal
- na discriminação positiva destas empresas ao nível da contratação de serviços oriundos da CMA e das entidades associadas na CIT.

Qualificação do capital humano

Em qualquer iniciativa de desenvolvimento turístico num âmbito geográfico com as características do considerado, a qualificação dos recursos humanos surge como um dos pilares básicos da estratégia que se traçar.

No caso vertente que aqui se apresenta, esta necessidade é acentuada pela sua vocação de articular, em torno da gestão empresarial privada, a estratégia de grande parte das actuações que se pretende fomentar.

Assim sendo, a qualificação profissional deverá abranger dois segmentos fundamentais e complementares do capital humano do Concelho.

Os empresários turísticos (reais ou potenciais) tendo em vista dotar os empreendedores de instrumentos metodológicos que os preparem para gerir individual e colectivamente os processos de desenvolvimento turístico que se criem no seu âmbito territorial e económico.



A mão-de-obra, mais ou menos especializada, integrada ou susceptível de vir a integrar o sector turístico. Este processo passará pela análise prévia das necessidades de formação no sector e pela sua subsequente implementação através do estabelecimento de protocolos com entidades externas ou da criação de iniciativas de génese endógena.

No domínio da formação inicial mais técnica e qualificada poderá ser criada um pacote de bolsas de estudo tendo em vista estimular alunos locais a frequentar escolas nacionais de referência no âmbito da formação turística.



Apoio à preservação, recuperação e valorização do património natural, histórico e cultural de valia turística

Esta acção tem como objectivo promover a preservação, recuperação e valorização de uma das matérias primas fundamentais do turismo concelhio: o seu património material e imaterial.

Para tanto torna-se necessário:

Elaborar os levantamentos necessários à elaboração de uma carta do património com valia turística. Esta carta deve identificar cada um dos componentes patrimoniais, localizá-los, verificar o seu estado de conservação, verificar o nível de utilização turística actual, levantar as condicionantes à sua fruição turística e propor as iniciativas necessárias à sua cabal fruição/valorização turística.

Elaborar um plano de intervenção no domínio da recuperação/conservação e valorização patrimonial, devidamente priorizado e apontando as possíveis fontes de financiamento.

Estabelecer um sistema de ajuda à recuperação, conservação e valorização do património com valia turística de natureza privada.

Apoio à criação de roteiros temáticos ao nível concelhio/produtos turísticos diferenciadores

O território que constitui o Concelho tem uma dimensão suficientemente ampla para precisar de adaptar os seus percursos às disponibilidades de tempo dos viajantes, requerendo, portanto, uma identificação de percursos que possam constituir uma oferta turística de diferentes durações temporais dentro do concelho e/ou funcionar como módulos acopláveis a roteiros de cariz regional

A elaboração e implementação dos percursos exigirão uma série de intervenções prévias à sua comercialização como circuitos turísticos, assim será necessário proceder:

Ao Inventário de recursos, potenciais e em exploração. Trata-se de identificar as potencialidades do itinerário proposto para o apresentar como um itinerário turístico:



- Âmbito temático.
- Espaços naturais.
- Conjuntos e edifícios de interesse histórico-cultural.
- Recursos etnográficos (tradições, festas, usos e costumes, gastronomia, artesanato...).
- Infra-estruturas turísticas (alojamentos, restauração, etc...).
- Actividades complementares.

Necessidades e melhoramento do percurso para a sua viabilidade como itinerário, com particular ênfase no âmbito das infra-estruturas:

- Adaptação de espaços naturais à recepção de visitantes.
- Alojamentos disponíveis.
- Estabelecimentos de restauração.
- Comercialização de produtos;
- Actividades recreativas.
- Serviços complementares.

Estudo de impacto para determinar a capacidade óptima de acolhimento do itinerário que torne compatível a preservação dos recursos com a exploração turística.

Elaboração de um plano de comercialização de acordo com as peculiaridades de cada percurso, e de uma imagem identificativa própria, que o distinga dos outros, dentro do projecto de sinalização de itinerários e de criação de uma imagem de marca do Turismo de Arraiolos.

Elaboração de materiais de apoio aos percursos.

Apoio à criação do Ecomuseu de Arraiolos

Segundo George Henri Rivière, o criador do conceito de ecomuseologia, um ecomuseu "É um espelho onde a população se contempla, para nele se reconhecer, onde ela



procura a explicação do território a que está ligada, juntamente com as populações que a precederam na continuidade e descontinuidade das gerações; um espelho que a população mostra aos seus hóspedes, para que eles a compreendam melhor, no respeito pelo seu trabalho, pelo seu comportamento, pela sua intimidade”.

O ecomuseu de Arraiolos terá como objectivos fundamentais, revelar a história do território (o aparecimento e evolução dos ecossistemas) e a sua população através dos tempos (as suas técnicas, os seus utensílios, a sua cultura, as suas aspirações). Das suas salas de exposições, concebidas de forma inovadora e integradora, deverão partir os percursos de descoberta da natureza e das populações, complementados com outras actividades de animação cultural.

Os seus objectivos complementares serão:

- Manter vivos os elos da cadeia dos ecossistemas que as actividades humanas criaram
- Promover as condições económicas para que as comunidades se perpetuem no território
- Conservar os testemunhos que revelam como em cada época os grupos humanos se integraram no ambiente natural
- Documentar a evolução e as raízes da cultura e história locais
- Assumir um papel de centro de animação sócio-cultural
- Estimular a juventude par a descoberta da natureza e cultura locais
- Fomentar fluxos económicos externos através da sua articulação com a actividade turística e artesanal.

Independentemente da criação do Ecomuseu de Arraiolos necessitar de uma programação museológica específica (estratégica e operacional), desde já se podem avançar os seus contornos principais, ainda que em silhueta necessariamente incompleta.

Museu do Tempo – permite a integração do visitante no contexto temporal actual e lhe permita perceber os valores naturais e culturais. Poderá estar sediado num edifício ligado à história e cultura locais, tendo uma exposição permanente composta por um pequeno número de peças e locais para exposições temporárias. Sendo a sede do



ecomuseu, albergará os serviços técnicos, administrativos e educativos.

Museu do Espaço – Será composto por diversos núcleos (antenas) dispersos pelo território em função dos recursos existentes. Poderá contemplar um núcleo da tapeçaria (que, em caso de necessidade poderá assumir a forma de ecomuseu, segundo a perspectiva de Cyril Simard), um núcleo agrícola, um (ou vários) núcleo do artesanato agro-alimentar (lagares, moinhos, unidades de produção), monumentos e ruínas pré-históricas, geomonumentos, aspectos faunísticos e florísticos, centros de cultura popular,

O ecomuseu, deverá ainda possuir um ou vários pequenos centros de interpretação do território (descentralizados da sede) e promover a educação ambiental e cultural, através dos seus serviços educativos e em parceria com outras entidades.

Na verdade, o ecomuseu deve surgir como um “grande chapéu de chuva”, susceptível de articular, integrar e racionalizar um conjunto de actividades e núcleos operando nos domínios culturais e ambientais.



LED 4 – Fomento da procura turística e dos respectivos níveis de satisfação

Objectivos:

- Apoiar acções de sensibilização turística da população de Arraiolos
- Apoiar estudos sobre os mercados actuais e potenciais do turismo de Arraiolos
- Apoiar o desenvolvimento de acções externas de informação e promoção turística
- Apoiar iniciativas tendentes a promover os graus de satisfação turística



- Apoiar e garantir níveis de qualidade turística compatíveis com as estratégias do destino turístico Arraiolos

Acções

Elaboração de estudos sobre os mercados actuais e potenciais do turismo de Arraiolos

Esta acção tem como fim conhecer as necessidades presentes e futuras manifestadas pela procura, a fim de se poderem adequar as características da oferta a essas exigências e elaborar produtos turísticos perfeitamente integrados nas grandes tendências turísticas e competitivo no mercado.

- *Realização de inquéritos entre as pessoas que o Concelho*, em dois níveis:
de modo permanente, mediante pequenos questionários distribuídos em alojamentos, postos de informação, etc..., que permitam medir o grau de satisfação das suas expectativas e recolher as suas sugestões de melhorias;
de modo conjuntural, em momentos de grande concentração de visitantes, para determinar as condições requeridas por estes visitantes ocasionais para prolongar e/ou repetir a sua estadia.
- *Realização de Estudos para conhecer as exigências dos utilizadores potenciais do produto*, isto é, de pessoas que não visitam o Concelho e determinar em que condições o visitariam.

A realização destes estudos depara com dificuldades de execução tendo em atenção o universo e as questões de significado de amostra. Poderão, no entanto, ser efectuados somente a título indicativo.

Estes estudos podem ser desenvolvidos, em parte ou na totalidade, pelo CIT, com eventual apoio técnico externo.

Criação de um clima interno favorável à recepção turística

Estas acções, que pressupõem a elaboração de materiais escritos de divulgação, a



difusão pelos média de comunicação locais e a realização de reuniões com a população, têm em vista:

- Sensibilizar os residentes para o significado colectivo e individual do desenvolvimento das actividades turísticas
- Divulgação de casos exemplares de boas práticas no domínio da boa recepção turística.

Aumento da visibilidade externa do destino Arraiolos

Esta acção visa enquadrar e apoiar a elaboração de um plano de divulgação externa de Arraiolos, na óptica dos recursos existentes, dos produtos turísticos, da inovação em termos de oferta turística e da autenticidade do destino.

Esse plano deverá incluir a elaboração de uma imagem gráfica para o Turismo de Arraiolos.

Apoio a acções diversificadas de aumento da satisfação turística (fidelização) e potenciação da divulgação "boca a boca"

Esta acção visa apoiar um conjunto de iniciativas concretas tendo em vista complementar as acções já enumeradas tendentes a aumentar os níveis de satisfação turística.

Poderá passar pela concepção de testemunhos da presença turística, bem como pela elaboração de uma BD de turistas tendo em vista prolongar/relembrar a estadia, bem como o fornecimento posterior à estadia de informação sobre novos produtos.

LED 5 – Apoio ao seguimento e avaliação das dinâmicas turísticas induzidas

Objectivos:

- Apoio à divulgação do plano de turismo sustentável



- Apoio à constituição de um observatório permanente do turismo e da sustentabilidade turística (monitorização e avaliação de resultados e impactes)

Apoio à divulgação do Plano de Turismo Sustentável de Arraiolos

Estabelecimento de um plano de divulgação do PTSA e sua concretização, junto da população em geral, actores locais privilegiados e potenciais investidores externos.

Criação de um observatório do turismo e da sustentabilidade turística

Este observatório poderá funcionar dentro da estrutura do CTI e terá como objectivos fundamentais monitorizar e avaliar os resultados e impactes produzidos pelo desenvolvimento turístico, muito em particular na óptica de garantir a sustentabilidade ambiental, social e económica do processo.



ANEXO B

**RELATÓRIO DAS ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO
E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO EM
TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO**



RELATÓRIO DAS ACÇÕES DE DIVULGAÇÃO E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO EM TODAS AS FREGUESIAS DO CONCELHO

Freguesia de S. Pedro da Gafanhoeira

Os participantes sugeriram que haja maior rigor na análise dos pedidos e na atribuição dos subsídios, nomeadamente quando se trata das ajudas à reabilitação de casas degradadas. As pessoas estão pouco sensibilizadas para estas reuniões e pouco informadas acerca da existência de projectos ou de programas de ajuda, pelo que entendem dever haver maior divulgação e sensibilização.

Relação com o Plano de Acção:

Reforço da necessidade de aumentar as acções de informação, divulgação e sensibilização.

Através da recuperação das casas degradadas, em complementaridade com uma correcta exploração dos recursos naturais existentes na freguesia, entendem que é possível promover o Turismo Rural ou o de Aldeia.

Relação com o Plano de Acção:

Manifestação objectiva de vontade de participação em acções específicas do Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado proposto no Plano de Acção, com destaque para a constituição de um "hotel rural disperso".

Os participantes consideraram importante a existência de uma Zona Industrial porque irá contribuir para o desenvolvimento económico da freguesia. Contudo, referiram que este deverá ser um processo o mais simplificado possível.

Relação com o Plano de Acção:

Coerência com a proposta constante no Plano de Acção (Medida A.2.): "Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias". No entanto, deve ser feito um esforço acrescido no sentido de informar as populações de que o percurso dos processos de planeamento a nível local, está muitas vezes dependente de decisões a nível supra-municipal.



Outro factor que consideraram importante foi a de ser possível que as estradas/caminhos rurais que existiam no passado continuassem a ser de acesso livre às pessoas e, assim, poder ser possível traçar circuitos pedonais que se constituiriam como uma mais valia futura para a promoção de actividades relacionadas com o Turismo Rural ou de Aldeia.

Relação com o Plano de Acção:

Em coerência com o Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado proposto no Plano de Acção, com destaque para o "apoio à criação de roteiros temáticos ao nível concelhio/produtos turísticos diferenciadores". A questão da possibilidade de circulação por atravessamento de propriedades privadas deve ser equacionada à luz de uma reestruturação da rede de caminhos vicinais, tendo por referência uma actualização do cadastro rústico. Esta medida, para além de contribuir para os objectivos do Plano de Acção, bem assim como responder aos anseios dos residentes, pode ainda vir a revelar-se útil, em termos financeiros (receitas de impostos), para a própria Autarquia.

Sabugueiro

Os participantes entenderam que uma das acções mais prementes para que ocorra o desenvolvimento da freguesia se relaciona com a ampliação do centro de dia (equipamento já existente) para lar de idosos. Para obviar à falta de emprego, consideraram que, quer a certificação do tapete, quer a criação de pequenas zonas industriais, seriam também acções essenciais para promover esse mesmo desenvolvimento.

Relação com o Plano de Acção:



A freguesia de Sabugueiro tinha, em 2001, 45 residentes com mais de 74 anos. Pesem embora os anseios da população relativamente ao acréscimo ao Centro de Dia já existente da valência "lar de idosos", a oferta de serviços deste tipo deve ser equacionada à luz de duas grandes restrições: (i) por um lado, a forte dependência deste tipo de iniciativas face ao sistema de segurança social pública e, (ii) a vantagem em prestar este tipo de serviço no âmbito de equipamentos devidamente dimensionados e próximos de outros serviços complementares, não só de saúde, mas também aptos a melhorar a qualidade de vida dos idosos (cultura, recreio e lazer). O processo de envelhecimento dos residentes, em parte também devido a fenómenos de retorno de idosos, continuará, quanto a nós, a afectar o futuro do Concelho, pelo que, de forma a, por um lado, poder-se responder aos legítimos desejos das populações e, por outro, conter os custos acrescidos da manutenção de bons padrões de qualidade de vida em contextos demográficos rarefeitos, será talvez mais importante reforçar a componente do apoio domiciliário e, nesse processo, envolver as próprias comunidades de aldeia. Apesar de tudo, o Plano de Acção contempla, ao nível da Medida C.2. a "Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho".

Relativamente às questões de carácter económico, as propostas constantes no Plano de Acção (Medida A.1.) "Criação do Selo de Garantia e Qualidade do Tapete de Arraiolos" e (Medida A.2.): "Ampliação das zonas industriais de Arraiolos e Vimieiro, criação de pequenas zonas noutras freguesias", parecem-nos dar resposta às preocupações manifestadas.

Dadas as circunstâncias actuais de fracos níveis de pluviosidade e a consequente situação de seca, os participantes também entenderam fundamental implementar acções que contribuam para a preservação da água, bem assim como acompanhar e garantir a sua qualidade.

Relação com o Plano de Acção:

Em coerência com a proposta constante no Plano de Acção (Medida D.1.) "Criação de Áreas de Paisagens Protegidas- Ribeira de Divor, Ribeira de Tera", para além da implementação de um sistema de "monitorização do estado das linhas de água" e de um conjunto de acções com efeitos ao nível da sensibilização para a educação ambiental.

São Gregório

Na freguesia de São Gregório, o progressivo decréscimo de residentes, a par do seu envelhecimento e da diminuição de crianças (que leva ao fecho das escolas com menos



de 10 alunos) surgiu como a principal preocupação dos participantes, que também se manifestaram insatisfeitos com o encerramento de lares e centros de dia. Contudo, a maior preocupação de todas é a dos transportes, ou melhor, a falta de transportes, daí que tenham considerado ser essencial, para a freguesia, a criação de transportes municipais (intra município), pois isso permitiria colmatar lacunas sentidas pela população em idade adulta e escolar (permitiria a fixação da população, pelo acesso/possibilidade que teriam de se empregar noutras localidades ou concelhos).

Relação com o Plano de Acção:

A freguesia de São Gregório, para além de ter registado, em 2001, menos de 400 habitantes, verificou ainda uma acentuada variação negativa de residentes comparativamente a 1991 (superior a -25%).

Pesem embora os legítimos anseios e preocupações dos residentes, esta freguesia (a par de Gafanhoeira e Sabugueiro) é das que apresenta melhores condições de integração na área de influência da sede de Concelho, facto que, aliás, poderá estar na origem da evolução demográfica antes referida.

Apesar de tudo, o Plano de Acção contempla, ao nível da Medida B.2. e C.2., intervenções relacionadas com a "Criação de uma rede de transportes municipais" e com a "Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho", respectivamente.

Vimieiro

Os participantes consideraram essencial para a freguesia a protecção do ambiente natural e a preservação do património existente, tanto natural, como cultural e construído.

Sobretudo, chamaram a atenção para a necessidade de construção de duas barragens: a da Targela e a de Tera, tendo por objectivo uma utilização para rega e, eventualmente, o consumo, em caso sério de necessidade.

Relação com o Plano de Acção:



Os desejos e expectativas manifestados pelos participantes estão parcialmente em coerência com propostas constantes no Plano de Acção (Medida D.1.) - "Criação de Áreas de Paisagens Protegidas - Ribeira de Divor, Ribeira de Tera" -, para além da implementação de um sistema de "monitorização do estado das linhas de água" e de um conjunto de acções com efeitos ao nível da sensibilização para a educação ambiental e, também, ao nível da Medida F.1. - "Estudo de recolha de tradições e saberes e do património histórico e biofísico do concelho".

Santa Justa

A questão dos transportes municipais e a questão das respostas sociais integradas revelaram-se como sendo as principais fontes de preocupação dos participantes, apesar de também terem considerado essencial para o desenvolvimento da freguesia a questão do emprego (atração de emprego no 3º sector da economia) que poderia passar pela empregabilidade que a construção de novos equipamentos/respostas sociais permitiria. Por outro lado, também consideraram essencial reforçarem-se as acções tendo em vista o estímulo da população, pouco participativa, e a dinamização dos espaços culturais e recreativos existentes que poderiam ser potenciados para outras actividades.

Relação com o Plano de Acção:

A freguesia de Santa Justa é a menos populosa (226 habitantes, em 2001) e uma das mais pequenas do Concelho, tendo também registado, de 1991 para 2001, um decréscimo superior a 19% dos residentes. Como nota geral, salienta-se, à semelhança do que também se passa noutras freguesias com muito baixos limiares demográficos, a preocupação com a questão da desvitalização dos recursos humanos, antevendo-se esta como uma oportunidade de criação de emprego no domínio da prestação de serviços de apoio a idosos. Pesem embora os legítimos anseios e preocupações dos residentes, talvez seja de equacionar o aproveitamento das sinergias derivadas da proximidade desta freguesia com a de Igrejinha, podendo daí derivar a formação de um pequeno núcleo de serviços de apoio a idosos, eventualmente com valências complementares territorialmente descontínuas, aproveitando também alguns espaços culturais e recreativos já existentes.

O Plano de Acção contempla, ao nível da Medida C.2., intervenções relacionadas a "Criação de Respostas Sociais Integradas para Jovens e Idosos no Concelho".



Igrejinha

Desta sessão resultou uma proposta muito concreta de formação de uma estrutura tipo “ninho de empresas”. Esta estrutura poderia basear-se na revitalização, dinamização e transformação em área de integração de pequenas oficinas e indústrias das instalações da “Fábrica do Tomate” que se encontra desactivada.

Relação com o Plano de Acção:

Esta proposta, apesar de a um “primeiro olhar” surgir como pertinente exige, por um lado, a identificação de condicionantes legais relacionadas com questões de propriedade e, por outro, a avaliação dos custos envolvidos tendo por referência os resultados mais prováveis. Em qualquer um dos casos, aconselha-se uma primeira prospecção tendo em vista a identificação de potenciais interessados, o tipo de produção a instalar e o perfil jurídico das firmas, bem assim como os custos que estariam dispostos assumir.

Foi também manifestado o desejo de que viesse a ser criado, no concelho, um hospital de retaguarda para acamados, através do aproveitamento do espaço que um novo Centro de Saúde libertaria.

Os participantes consideraram ainda que o movimento associativo deveria ser apoiado de uma forma mais intensa, a variados níveis, com destaque para o financeiro. A este propósito, referiram que foi elaborado, há alguns anos, um estudo sobre as colectividades existentes no concelho e, deste estudo, teria resultado a conclusão de que, existindo um grande número de colectividades a funcionarem de modo intenso, as suas carências económicas eram manifestas. Os participantes consideraram ainda que a constituição de um Gabinete de Apoio ao Associativismo, bem assim como o apoio financeiro previsto na candidatura elaborada pela ONG “Monte” (entidade promotora que acompanhará diversas entidades executoras) ao Progride¹², poderão ser apostas

¹² “Este Programa assume como objectivos prioritários, por um lado, promover a inclusão social em áreas marginalizadas e degradadas e o combate ao isolamento, à desertificação e exclusão em zonas deprimidas e, por outro lado, intervir junto de grupos confrontados com situações de exclusão, marginalidade e pobreza persistentes. Deste modo, o PROGRIDE estrutura-se em duas medidas que permitirão responder aos objectivos previamente determinados. Assim, a sua medida nº 1 visa o apoio a projectos que combatem fenómenos graves de exclusão em territórios identificados como prioritários e, no âmbito da sua medida nº 2, o apoio a projectos que promovam a inclusão e a melhoria das condições de vida de grupos específicos” (Despacho n.º 6165/2005, de 14 de Janeiro exarado pelo Ministro da Segurança Social, da Família e da Criança, Fernando Mimoso Negrão). Relativamente à Medida 1 deste Programa,



com resultados positivos.

Outra proposta foi a de que, a curto ou médio prazo, se desenvolvessem, em antecipação à eventual criação de um pólo universitário, cursos na área da educação ambiental e do turismo.

Relação com o Plano de Acção:

Do conjunto das intervenções feitas resultou um elevado sentido de colectividade, tendo sido sobretudo valorizadas as acções incidentes no Concelho como um todo e relegadas para segundo plano os interesses que, eventualmente, poderiam estar mais ancorados ao nível da freguesia. Talvez daí, pela atitude menos localista e de sentido mais abrangente, resulte uma forte preocupação com as questões associativas, facto que está perfeitamente enquadrado na estrutura de objectivos e intervenções do Plano de Acção.

Entenderam ainda essencial a dinamização empresarial da freguesia que passaria, numa primeira fase, pelo levantamento das empresas existentes e, numa segunda fase, como já tinha sido antes referido, pela reorganização e implementação de um “ninho de empresas”, no espaço existente da Fábrica do Tomate (desactivada).

Arraiolos

Os presentes na sessão enfatizaram a necessidade de respostas sociais integradas, nomeadamente, o reforço do apoio domiciliário e provavelmente, a questão do hospital de retaguarda para doentes acamados (ideia a pensar, mas a longo prazo, dado que a situação económica do País não beneficia essa situação).

Ainda como aposta, acharam essencial a dinamização do posto de turismo e a criação de percursos temáticos, mas com coordenação ou orientação de pessoas com competências para esse efeito.

Relação com o Plano de Acção:

Arraiolos enquadra-se no conjunto de territórios elegíveis.

O Plano de Desenvolvimento Turístico Integrado proposto no Plano de Acção, considera uma acção de “apoio à criação de roteiros temáticos ao nível concelhio/produtos turísticos diferenciadores”, entendendo os participantes que a realização destes roteiros ou percursos deveriam beneficiar do apoio por parte de pessoas especializadas (orientadores). No Plano propõe-se o envolvimento das Instituições Privadas sem Fins Lucrativos (IPSFL), algumas das quais já hoje realizam iniciativas do mesmo tipo.

A nível ambiental acharam que é de valorizar o património e riqueza cinegética do Concelho. O levantamento do montado de sobro e azinho é determinante, bem como o do seu estado de conservação e preservação.

A nível das linhas de água e da preservação da biodiversidade, consideraram ser essencial o levantamento das espécies existentes e das espécies em risco (possíveis candidaturas ao LIFE), seja no que respeita às que se encontram próximas às linhas de água, seja no que se refere às outras (nomeadamente as que se encontram junto das estradas).

Seria importante ver se já há estudos com esse levantamento, se é possível realizar candidaturas ao LIFE nesse sentido (ou para medidas/acções concretas como o uso de reflectores invertidos para os animais não irem para as estradas).

Também pensaram ser de grande importância, a criação de acessos às linhas de água através da abertura ou arranjo de caminhos (acção que passaria pela sensibilização dos donos dos terrenos), seja para aceder às linhas de água por motivos turísticos, ou outros.

Relação com o Plano de Acção:

Tal como já antes se referiu, a questão da possibilidade de circulação por atravessamento de propriedades privadas deve ser equacionada à luz de uma reestruturação da rede de caminhos vicinais, tendo por referência uma actualização do cadastro rústico. Esta medida, para além de contribuir para os objectivos do Plano de Acção, bem assim como responder aos anseios dos residentes, pode ainda vir a revelar-se útil, em termos financeiros (receitas de impostos), para a própria Autarquia. No entanto, e tratando-se de acessos às linhas de água, devem ter-se em conta as orientações da entidades reguladoras nesta matéria.



Os participantes entenderam que tudo isto poderia ser feito em articulação com outras regiões, nomeadamente com Badajoz, sobretudo no que respeita aos estudos e levantamentos da fauna e da flora.



ANEXO C

CLASSIFICAÇÃO DAS ACÇÕES
PROPOSTAS PELOS AGENTES



ACÇÕES PARA POTENCIAR OS PONTOS FORTES

Domínios	Propostas	Classificação
1. Recursos naturais e ambientais	Protecção das áreas naturais e promoção da sua utilização, actividade cinegética, lazer	Turismo
	Criar um sistema de monitoramento do estado das linhas de água	Qualidade ambiental
	Criação de circuitos de observação e preservação; promoção de estudos de caracterização que potenciem a elaboração de folhetos de divulgação e políticas de preservação da biodiversidade; criação de um guia de boas práticas ambientais; valorização dos recursos naturais existentes ao nível local.	Preservação do ambiente Turismo
	Responsabilização dos proprietários dos terrenos pelo esgotamento de recursos; Lembrar que o Terreno é um bem social da humanidade e não um bem pessoal que possa usar e abusar	Práticas agrícolas
	Continuar com a campanha de informação para utilização dos ecopontos e fazer campanhas de sensibilização, nomeadamente sobre os cães na via pública	Campanhas/informação
	Acções de sensibilização junto dos vários estratos da população; aproveitamento dos recursos naturais para fins turísticos	Campanhas/informação Turismo
	Promover actividades objectivas e mais direccionadas no que respeita à educação/formação ambiental.	Campanhas/informação
2. Localização das principais infraestruturas logísticas	0	
3. Sistema de transportes	Maior oferta de TP na freguesia de São Gregório	Serviços de transporte



Domínios	Propostas	Classificação
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas	Melhoria da EN370 que atravessa o concelho no sentido N/S; Manter em boas condições de circulação a EN4 e criar junto a ela infraestruturas de apoio que fomentem a sua utilização e consequente passagem/paragem pelo/no concelho de Arraiolos	Infraestruturas rodoviárias
	Melhoria da rede viária especialmente das estradas que ligam aos grandes centros	Infraestruturas rodoviárias
	Posição geográfica extremamente favorável, aposta na divulgação e promoção do município a nível externo, de forma a promover-se em várias áreas (turística, imobiliária, empresarial).	Marketing territorial
	Melhores acessos ao concelho e a Arraiolos	Infraestruturas rodoviárias
	Aproveitar a excelente localização geográfica que temos para captar o investimento de empresas e a sua sediação no concelho, aumentando simultaneamente a oferta de emprego	Captação de investimento/incentivos
	Melhorar e alargar a rede viária	Infraestruturas rodoviárias
	Divulgar o concelho, a vila como ponto de implantação excelente no eixo Lisboa-Espanha para implantação de empresas	Marketing territorial
5. Situação das empresas localizadas no concelho	Apostar mais na promoção da imagem do Concelho (seus produtos e locais de interesse)	Marketing territorial
	A zona industrial veio permitir a fixação de actividades económicas no Concelho, no entanto, ainda deparamos com a empresa "Moagem" a funcionar no centro da Vila, pelo que deveria ser transferida para a periferia	Ordenamento territorial
6. Diversificação da estrutura produtiva	0	



Domínios	Propostas	Classificação
7. Investimentos privados a captar para o concelho	Captar o investimento privado para o concelho criando condições para isso, nomeadamente com o arranque o mais rápido possível da 2ª fase da Zona Industrial de Arraiolos	Captação de investimento/incentivos
	Dar mais incentivos aos privados de modo a virem para o concelho. Quais...	Captação de investimento/incentivos
	Tentar, através de incentivos, captar a vinda de empresários privados a instalarem-se na Zona Industrial de modo a serem criados mais postos de trabalho.	Captação de investimento/incentivos
	Criação de novas fábricas nas zonas industriais, como transformação de cortiça, mármore, etc.	Captação de investimento/incentivos
	Maior colaboração entre a autarquia e o sector privado	Cooperação e parcerias
	Parcerias entre o sector privado e a autarquia de forma que venham a surgir novos empresários	Cooperação e parcerias
	Facilitar a instalação de empresas com incentivos inclusivamente com a vizinha Espanha uma vez que Vimieiro e Arraiolos estão ligados pela Nacional 4	Captação de investimento/incentivos
	Alargamento das infraestruturas empresariais.	Equipamentos e infraestruturas de suporte à actividade económica
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação	Criação de um centro de investigação e promoção ambiental, centro de inovação tecnológica; criação de um Pólo da universidade popular.	Equipamentos e infraestruturas de suporte à actividade económica Equipamentos de ensino/formação
	Na sequência do ponto 7, seria benéfico a captação de empresas com tecnologia de ponta para assim existir mais inovação tecnológica.	Captação de investimento/incentivos
	Implementação de novas tecnologias	Equipamentos e infraestruturas de suporte à actividade económica
9. Internacionalização da economia	0	



Domínios	Propostas	Classificação
10. Oferta de serviços de apoio às empresas	Maior apoio às empresas do concelho	Captação de investimento/incentivos
	Uma vez que o poder central não descentraliza porque não a própria autarquia criar um gabinete de apoio às empresas do concelho. Este Gabinete de Apoio serviria de elo de ligação entre a autarquia e os agentes económicos do concelho, podendo promover colóquios, acções de formação, informações fiscais, ajudar a elaborar processos de candidatura e incentivos da UE, etc..	Equipamentos e infraestruturas de suporte à actividade económica
11. Desenvolvimento agrícola	Reactivar antigas culturas agrícolas e promover novas culturas de regadio (as mais rentáveis). A agricultura é essencial	Práticas agrícolas



Domínios	Propostas	Classificação
12. Desenvolvimento turístico	Apoiar a criação de infraestruturas turísticas no Concelho e promover o mesmo junto dos operadores turísticos potenciando também a existência no concelho de infraestruturas de qualidade (Pousada de N. Sr ^a da Assunção)	Turismo
	Conciliar os diferentes agentes turísticos; criar um gabinete externo à Câmara (debate de ideias).	Turismo
	O desenvolvimento turístico tem-se desenvolvido um pouco melhor	Turismo
	Área sempre a explorar num país naturalmente vocacionado para o efeito	Turismo
	Atender minuciosamente ao arranjo das ruas do concelho: atenção aos ajardinamentos e espaços urbanos degradados	Ordenamento territorial
	Criação de espaços (campismo, turismo habitação, etc)	Ordenamento territorial
	Limpar e conservar o nosso património histórico para poder ser visitado por turistas	Património
	Continuar e reforçar o que vem sendo feito para a promoção dos nossos valores concelhios	Marketing territorial
	O castelo, um monumento tão visitado, deveria ter melhores condições, como por exemplo espaços de lazer.	Património
	Urgente implementação da certificação do tapete de Arraiolos	Certificação de produtos
	Estruturar um Plano de Desenvolvimento Turístico, de forma a melhor potenciar o património (cultural e natural) do concelho e que inclua parcerias com os municípios circundantes	Turismo
	Melhor aproveitamento e divulgação dos recursos turísticos	Turismo
	Maior divulgação do nosso concelho em todas as áreas, não se centrando somente na existência do tapete de Arraiolos, mas sim, aliando essa existência com a oferta turística, gastronomia, história, etc.	Marketing territorial
	Empreender acções de nível cultural	Iniciativas culturais
	Parque de estacionamento para autocarros; parque de merendas na mesma zona; investimento ao nível das visitas guiadas	Turismo
	Estimular a concretização de acções de formação na área de hotelaria/restauração, pois parece uma área em que os agentes envolvidos não valorizam	Ensino/formação
	Criação do Museu do tapete, apostar no turismo de natureza.	Turismo
Apoiar os tapetes de Arraiolos, levar por diante o projecto de ordenamento da barragem do Divôr, etc.	Captação de investimento/incentivos Ordenamento territorial	



Domínios	Propostas	Classificação
13. Dinâmicas de emprego/desemprego	Reforçar o papel das associações no desenvolvimento, em todas as fases, para que possam torná-lo como coisa sua.	Cooperação e parcerias
	Realização de estudo sobre a realidade empresarial do concelho; realização de colóquios e workshops para divulgar medidas de apoio à criação de empresas e auto-emprego; Realização de diagnóstico de necessidades de formação do concelho	Estudos Campanhas/informação
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população	Atribuição de bolsas a estudantes fora do Concelho em troca de tempo de serviço/projecto de investimento.	Ensino/formação
	Promover cursos, junto com o centro de emprego e outras instituições	Ensino/formação
15. Sistema de ensino e rede escolar	Trazer pólos universitários - descentralizar	Ensino/formação
	Melhorar a qualidade das escolas e exigir, junto das escolas, melhor e mais qualidade de ensino, as escolas existem, só o ensino tem de ser melhorado. Exigir mais empenho dos professores e dos responsáveis das escolas	Ensino/formação
	Assinatura de protocolo com uma entidade de investigação social para o estudo das problemáticas do insucesso, abandono e absentismo escolar; sensibilizar os agentes competentes para a criação de serviços de psicologia e orientação escolar	Estudos
	Construção de uma escola nova de 1º ciclo na sede de concelho e remodelas as duas aldeias	Equipamentos de ensino/formação
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	Criação de uma Associação Empresarial que efectue uma gestão partilhada de recursos (equipamentos; mão-de-obra); Aquisição de matéria prima; Gestão de parques Industriais; Formação dos activos das empresas; Procura de fontes de financiamento para projectos; Dinamização de novos projectos	Cooperação e parcerias
	Verifica-se acção e relacionamento entre as partes; no entanto, deveria ainda ser acrescida, para a produtividade aumentar.	Cooperação e parcerias
	Concretização de mais parcerias entre as várias entidades	Cooperação e parcerias
	Continuar a cooperação já existente.	Cooperação e parcerias



Domínios	Propostas	Classificação
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais	Uma vez que o poder central não descentraliza porque não a própria autarquia criar um gabinete de apoio às empresas do concelho. Este Gabinete de Apoio serviria de elo de ligação entre a autarquia e os agentes económicos do concelho, podendo promover colóquios, acções de formação, informações fiscais, ajudar a elaborar processos de candidatura e incentivos da UE, etc..	Equipamentos e infraestruturas de suporte à actividade económica
18. Ordenamento urbanístico e territorial	Manter o carácter e essência da região	Identidade territorial
	Deve haver maior flexibilidade das autarquias para alterar o PDM	Ordenamento territorial
	Ter em conta que a habitação não deve estar misturada com pequenas oficinas	Ordenamento territorial
19. Qualidade urbanística	Formação técnica e prática para os agentes envolvidos	Ensino/formação
	Mais espaços verdes	Ordenamento territorial
	Desenvolver esforços no sentido de se arranjar mais lotes de terreno para a construção de modo a conseguir maior e melhor oferta de habitação e consequente qualidade urbanística.	Habitação
20. Qualidade dos serviços públicos	Maior qualidade dos serviços públicos	Serviços públicos
	Acções de formação para trabalhadores, melhoria de instalações e sensibilização dos utentes.	Ensino/formação
	Apostar na formação dos funcionários e tentar desburocratizar o mais possível	Ensino/formação
	Aposta na formação profissional dos recursos humanos, assim como nos meios logísticos que suportam os serviços	Ensino/formação
	melhoria na limpeza e conservação dos pavimentos e candeeiros antigos no centro histórico	Serviços públicos
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos	Além dos equipamentos desportivos já existentes, propomos que sejam desenvolvidos os serviços culturais com a construção do Pavilhão Cultural	Construção de equipamentos
	Os equipamentos e serviços existem mas a sua utilização deve ser melhorada e muito, os equipamentos existentes devem ser melhor rentabilizados. Não basta fazer há que pôr a funcionar	Rendibilização de equipamentos
	Implementação de circuitos desportivos de manutenção e pô-los a funcionar	Construção de equipamentos
	Proporcionar aos jovens uma maior diversidade de ocupação de tempos livres	Rendibilização de equipamentos



Domínios	Propostas	Classificação
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	Os equipamentos e serviços sociais e educação acção social, são muito susceptíveis	?
	As pessoas merecem todos os cuidados, velhos e novos (que estão em processos de abandono desta terra).	?
	Apoiar e incentivar a CRSS para que seja construído o novo centro de saúde e propor à Misericórdia soluções para o actual centro de saúde. Na educação, acção social e habitação a criação de soluções para melhores apoios aos mais desfavorecidos nestas áreas.	Construção de equipamentos
	Temos de fazer sempre mais e melhor, e melhorar deve ser sempre o objectivo. Na saúde ainda há muito a fazer, é preciso mais empenho para o incentivo à construção mas também à recuperação do já existente	Construção de equipamentos
	Construção de equipamentos que levem à fixação da população	Construção de equipamentos
	Os serviços sociais quer para a terceira idade, quer para a infância são geradores de emprego, com capacidade para crescer, desde que não seja continuamente feito com recurso a desempregados e outras formas precárias	Criação de emprego
	Construção de uma EB1, diligenciar junto das entidades competentes para a construção de um centro de saúde e mais lares; habitação social para resolver problemas de famílias carenciadas.	Construção de equipamentos
	Elaboração de mapa de localização dos equipamentos sociais, que permite uma cobertura e distribuição equilibrada; elaboração e reprodução de Guia de Respostas Sociais; Estruturar um programa integrado de habitação para o concelho	Gestão autárquica
	Construção de estruturas e equipamentos que possam corresponder às necessidades da população com o apoio dos técnicos das diversas áreas	Construção de equipamentos



Domínios	Propostas	Classificação
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais	Haver um relacionamento para que se possa ponderar certas situações	Cooperação e parcerias
	Reforçar o papel das associações no desenvolvimento, em todas as fases, para que possam torná-lo como coisa sua.	Cooperação e parcerias
	Maior abertura das associações aos jovens e público em geral por forma a captar mais cedo os jovens para as actividades associativas. Dessa forma será, por um lado, importante transmitir-lhe as raízes culturais, por outro captar o seu contributo para o desenvolvimento cultural do concelho. Potenciar e reviver as tradições sócio-culturais é manter a identidade do concelho e garantir a sua passagem para as gerações futuras. PROPOSTA: Mostra das actividades associativas uma vez por ano.	Iniciativas culturais
	Promover a evolução das práticas e das actividades, estimulando a criatividade e não apenas o que é "habitual" há mais tempo; encorajar o acompanhar dos tempos, interagindo.	Iniciativas culturais
	Promover a recolha e o levantamento das tradições e saberes e património de todo o concelho, por forma a desenvolver um percurso, seja ele de origem cultural, pedagógico ou turístico.	Estudos
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector		Cooperação e parcerias
25. Marginalização e exclusão social	Tem que haver uma colaboração de ambas as partes	
26. Criminalidade e insegurança	Criar projectos de integração a famílias estrangeiras, de outras raças, outras etnias e a famílias carenciadas	Integração social
	0	



ACÇÕES PARA ULTRAPASSAR OS PONTOS FRACOS

Domínios	Propostas	Classificação
1. Recursos naturais e ambientais	Maior protecção dos recursos naturais nomeadamente através do tratamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos	Tratamento de resíduos
	Urgente potencializar a zona envolvente à barragem do Divôr	Turismo
	Criação de percursos pedonais e cicláveis que permitam uma requalificação paisagística dos espaços verdes do Concelho; criação de centros interpretativos e de investigação no domínio da fauna e da flora locais	Ordenamento territorial Iniciativas culturais
	Melhor aproveitamento e divulgação dos recursos	Marketing territorial
	Criação de parques e zonas verdes	Ordenamento territorial
	Implementação de planos de desenvolvimento onde se tenha em conta o aspecto ambiental ao mesmo nível que o económico e o social	Ordenamento territorial
	Formação cívica da população; combate aos incêndios; limpeza da mata	Educação ambiental
2. Localização das principais infraestruturas logísticas	0	
3. Sistema de transportes	O sistema de transportes também não é muito bom derivado a estrada nacional.	Infraestruturas rodoviárias
	Maior oferta de transportes públicos no concelho	Serviços de transporte
	Melhores meios de transporte e horários mais completos (oferta aos utentes)	Serviços de transporte
	Fomentar/incrementar o aumento das ligações a Évora e Montemor, sobretudo nos meses de Verão; promover a melhoria da ligação rodoviária a Évora	Serviços de transporte
	Criação de um sistema municipal de transportes	Serviços de transporte
	Renegociação da rede de transportes para o concelho de Arraiolos com as entidades competentes	Serviços de transporte
	Criação de uma rede de transportes que sirva as aldeias	Serviços de transporte
	Mais horários disponíveis; melhoramento de estrada Arraiolos/Évora	Serviços de transporte
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas	0	



Domínios	Propostas	Classificação
5. Situação das empresas localizadas no concelho	Promover a competitividade através da formação dos empregados; promover o intercâmbio de experiências entre as diferentes empresas; incentivar o uso de novas tecnologias/métodos	Ensino/formação Cooperação e parcerias Inovação tecnológica
	Incentivos diversificados (instalação, infraestruturas, possibilidade de qualificação de pessoal) às empresas que se quiserem fixar	Captação de investimento/incentivos
	Forte aposta na formação, qualificação profissional e eventualmente na certificação dos agentes económicos do Concelho. Essa formação poderia ser centrada por um grupo de empresas que beneficiariam de reduções significativas de preços nas acções de formação contratadas. O associativismo entre os agentes económicos do concelho é, no meu entender, um factor determinante para o futuro das empresas que individualmente possuem menos recursos. Julgo ainda que a própria autarquia poderá ter um papel decisivo para servir de motor de união entre interesses que aparentemente são antagónicos mas que contribuem de uma forma decisiva para o desenvolvimento económico e social do concelho. A aposta na formação (empresários e trabalhadores) é decisiva para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento económico do Concelho	Ensino/formação Cooperação e parcerias
	Maior fiscalização às empresas de modo a evitar a descapitalização das mesmas	Serviços públicos
	Criar incentivos para a fixação de empresas; criar postos de trabalho para evitar o afastamento dos jovens; apoios à criação de novos produtos/empresas	Captação de investimento/incentivos
	6. Diversificação da estrutura produtiva	Incentivos para a criação do próprio emprego; formação profissional
Disponibilidade de projectos em várias áreas produtivas para eventuais investidores e sua publicitação		Captação de investimento/incentivos
Criar estruturas de apoio ao diagnóstico		?
Aumento de estruturas produtivas na área da indústria transformadora		Captação de investimento/incentivos
Apostar noutras áreas para além dos tapetes		Diversificação de actividades
Estimular a criação de empresas novas com actividades inovadoras, mesmo que inseridas nas fileiras tradicionais; exemplo, ateliers de design e de tapeçaria		Captação de investimento/incentivos Diversificação de actividades



Domínios	Propostas	Classificação
7. Investimentos privados a captar para o concelho	Convidar figuras públicas para visitar o Concelho (fim-de-semana); visita guiada ao Concelho mostrando os diferentes potenciais; estabelecer relações institucionais/internacionais	Marketing territorial
	Criar estruturas de apoio ao diagnóstico	
	Dando a conhecer cada vez mais as potencialidades do Concelho aliando a uma política de incentivos fiscais e outros para aplicar em zonas desfavorecidas	Marketing territorial Captação de investimento/incentivos
	Cabe ao governo encaminhar para as zonas mais desfavorecidas novas empresas que vão surgindo	Captação de investimento/incentivos
	É fundamental para o desenvolvimento do concelho, realizarem-se contactos com empresários com a finalidade de investirem no nosso concelho	Marketing territorial Captação de investimento/incentivos
	Reuniões com associações industriais para captar investimentos	Marketing territorial Captação de investimento/incentivos
	A oferta de emprego no concelho é muito fraca, deve-se facilitar o estabelecimento de empresas no concelho de modo a invertermos este factor	Captação de investimento/incentivos
	Dar mais facilidade e iniciativas para a instalação e ajudar ao escoamento dos produtos de empresas privadas	Captação de investimento/incentivos
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação	Estabelecer protocolos entre institutos/universidades de forma a implementar novas práticas; formação profissional	Cooperação e parcerias Ensino/formação
	Criar estruturas de apoio ao diagnóstico	?
	Descentralização dos pólos universitários; Trazer para Arraiolos o ensino da Medicina	Equipamentos de ensino/formação
	Desenvolver acções junto do empresariado e trabalhadores no sentido de uma formação adequada para o fim em vista	Ensino/formação
9. Internacionalização da economia	Estabelecimento de redes de produção local. Estabelecimento de parcerias de gestão de recursos	Cooperação e parcerias
10. Oferta de serviços de apoio às empresas	0	



Domínios	Propostas	Classificação
11. Desenvolvimento agrícola	Fomento da diversificação da produção criando alternativas à produção cerealífera até aqui dominante	Práticas agrícolas
	Estabelecer protocolos entre institutos e universidades de forma a incrementar o uso de novas técnicas/produtos/tecnologias entre os produtores; Formação de agricultores (renovar conhecimentos) criação de um gabinete de apoio ao agricultor (legislação, apoio comunitário, documentação, apoio tecnológico e logístico)	Cooperação e parcerias Ensino/formação Práticas agrícolas
	Fomentar o arrendamento e a pequena agricultura	Práticas agrícolas
	Aproveitar melhor os subsídios; Diversificar as produções e garantir o escoamento	Práticas agrícolas
	Acções junto dos agricultores sensibilizando-os e dando-lhes a conhecer novas tecnologias	Ensino/formação
	Implementação de mais áreas de regadio, já que é a única maneira de se conseguir produzir em termos comparativos	Práticas agrícolas
	A política agrícola é da responsabilidade do governo que deve obrigar os proprietários a rentabilizar a terra	Práticas agrícolas
	Sendo um concelho predominantemente agrícola, dever-se-ia criar um serviço de apoio e orientação aos agricultores, facultando informações das normas europeias e incentivando-os a apostar em novas técnicas agrícolas	Práticas agrícolas Ensino/formação
	Especialização de produto	Práticas agrícolas
	Desenvolver o regadio	Práticas agrícolas
	Apoio a pequenos agricultores	Captação de investimento/incentivos
12. Desenvolvimento turístico	Aproveitar o espaço aberto; passeios campestres; irradiação de aramadas	Ordenamento territorial
	Deveria publicitar-se o concelho não só com a referência aos tapetes mas também com a valorização de outros produtos regionais e menção aos valores paisagísticos e de nível cultural que temos no concelho.	Marketing territorial
	O desenvolvimento do turismo será por certo o retomar da vida associativa	Turismo
	Desenvolver projectos relacionados com o já existente	Turismo



Domínios	Propostas	Classificação
13. Dinâmicas de emprego/desemprego	Através de uma renovação do tecido empresarial podem ser integrados quadros superiores capazes de introduzir novas práticas; Captação de jovens/ incentivos à criação do próprio emprego; formação profissional e contínua; atribuição de bolsas a candidatos a estabelecimentos de ensino profissional em troca de permanência no concelho (posterior à conclusão do curso e durante o curso); informação aos empresários sobre majorações em contratações/financiamentos - apoios a contratações.	Captação de investimento/incentivos Ensino/formação
	Criar estruturas de apoio ao diagnóstico	?
	Estabelecimento de redes de produção local. Estabelecimento de parcerias de gestão de recursos	Cooperação e parcerias
	Tentar captar implantação de novas empresas de modo a fazer face ao emprego/desemprego que vamos tendo no nosso concelho.	Captação de investimento/incentivos
	Incentivo á criação de novas empresas e fiscalização das mesmas	Captação de investimento/incentivos Serviços públicos
	É da maior relevância a existência de certificação do tapete de Arraiolos. Com o selo de originalidade creio que a indústria tenderia a evoluir e a haver de novo mais postos de trabalho.	Certificação de produtos
	Desemprego crescente entre a população jovem do concelho. Necessário criar emprego para a sua fixação. Fixação dependente da diversificação da oferta e da existência desta, quer no sector público, quer no privado	Criação de emprego
	Apoio a todas as iniciativas que possam criar emprego nas mais diversas áreas; promoção de iniciativas para captação de investimento exterior	Criação de emprego Captação de investimento/incentivos
	O emprego será por certo um combate à exclusão social	Criação de emprego Integração social
	Aumento da formação profissional no concelho em áreas diversificadas; reestruturação dos quadros da função pública	Ensino/formação Serviços públicos



Domínios	Propostas	Classificação
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população	Criação e promoção de cursos a realizar localmente (Escola Secundária+Centro de Emprego), nas áreas - restauração, ambiente e agricultura	Ensino/formação
	Atacar de perto e em profundidade as causas do abandono escolar incentivando os jovens a prosseguir os estudos	Ensino/formação
	Através de campanhas Institucionais (CMA) de sensibilização junto dos encarregados de educação, dos agentes económicos (massificar o estudante/trabalhador).	Campanhas/informação
	Maior equilíbrio entre a escola propriamente dita e as actividades extra-curriculares, principalmente no 1º ciclo	Ensino/formação
	Elaborar-se um estudo do mercado empresarial existente, ver-se quais as áreas de formação em que se deverá apostar e que possam permitir a integração dos formandos no mercado de trabalho, os mesmos deverão dar equivalências escolares, contornando-se o problema do abandono escolar e um baixo nível de escolaridade.	Estudos
	Criar condições para que todos os alunos possam frequentar a escola com a operacionalidade da rede escolar; criar as infraestruturas necessárias	Ensino/formação
	Acções de formação e acreditação de competências adquiridas ao longo da vida; acções concertadas entre a escola e a comunidade que promovam a orientação profissional e escolar	Ensino/formação
15. Sistema de ensino e rede escolar	Escola secundária com todos os agrupamentos disponíveis; Dinamizar tempos livres e creches públicos	Ensino/formação
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	0	
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais	0	
18. Ordenamento urbanístico e territorial	Cumprir leis e preceitos urbanísticos; respeitar o PDM e Plano de Ordenamento; Criação de mais espaços verdes	Ordenamento territorial
	Acompanhando de perto, sensibilizando os intervenientes e agindo no sentido de ajudar quem pretende algo relacionado com a causa	Campanhas/informação



Domínios	Propostas	Classificação
19. Qualidade urbanística	Desenvolver esforços no sentido de se arranjar mais lotes de terreno para a construção de modo a conseguir maior e melhor oferta de habitação e consequente qualidade urbanística.	Habitação
	Dever-se-ia diligenciar no sentido de melhorar a zona histórica da Vila, dado que cada vez mais nos deparamos com imóveis completamente degradados, que dão um aspecto decadente às ruas de Arraiolos	Reabilitação urbana
	Apoiar/estimular/implementar políticas efectivas de reabilitação dos edifícios do centro antigo, complementando a acção sobre os espaços públicos	Reabilitação urbana
20. Qualidade dos serviços públicos	0	
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos	Criação de um complexo desportivo e de lazer; ampliação e requalificação das piscinas municipais; criação de um circuito de manutenção; criação de museus locais (nomeadamente em Arraiolos); criação de um centro de exposições; criação de um centro interpretativo e de investigação no domínio dos vestígios arqueológicos existentes no Concelho; modernização do cinema de Arraiolos.	Construção de equipamentos Iniciativas culturais Património
	Melhores espaços para prática de desporto; oferta de eventos culturais mais interessantes; divulgação	Construção de equipamentos Iniciativas culturais Campanhas/informação



Domínios	Propostas	Classificação
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	Construção de um centro de saúde digno; criação no concelho de um hospital de retaguarda para apoio a doentes acamados; fomento do apoio domiciliário a idosos; criação de um parque escolar junto da escola C+S de Arraiolos otimizando os equipamentos já existentes e os que venham a existir no futuro.	Construção de equipamentos
	Na área social deveria haver um aumento, melhor a construção de um lar de acamados dado que há falta de um lar nessa área, a fim de poder ser aumentado o outro lar para pessoas que pudessem frequentar.	Construção de equipamentos
	Exige-se mais consultas médicas para as freguesias e serviços de enfermagem com mais assiduidade e com menos faltas. Situação das consultas serem marcadas com antecedência e não no próprio dia.	Serviços públicos
	A educação e a saúde são as áreas mais problemáticas, nomeadamente nas freguesias mais pequenas. Melhorar as condições dos edifícios escolares, intervenção da autarquia junto do governo central para manter os equipamentos e melhorar serviços (exemplo: alargamento do horário do centro de saúde).	Serviços públicos
	Novo centro de saúde local; Criação de lotes de habitação; criação do cartão jovem municipal (descontos no cinema, piscinas, etc); Apoio municipal para jovens em cursos superiores.	Construção de equipamentos Ensino/formação
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais	Promover a melhoria/integração entre relações de diferentes faixas etárias; levantamento do legado cultural/histórico; publicação de guias/literatura sobre as tradições, etc.	Estudos
	Arranjar modas, maneiras de cativar mais as pessoas, como?	Campanhas/informação
	Criação de um Gabinete de Apoio ao Associativismo, integrado ou em articulação com o GADE.	Cooperação e parcerias
	Potenciar e dinamizar acções de carácter sócio-cultural no concelho; Incentivar o associativismo através de apoios específicos	Iniciativas culturais Cooperação e parcerias
	O desenvolvimento do turismo poderá contribuir para o retomar das tradições sócio-culturais e da vida associativa	Turismo
Fazer levantamento de tradições e envolver a comunidade no sentido de dinamizar algumas iniciativas	Estudos	
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector	Maior ligação entre as partes	Cooperação e parcerias



Domínios	Propostas	Classificação
25. Marginalização e exclusão social	Alcoolemia nos jovens - actividades de animação levadas a cabo por eles mesmos = responsabilização	Campanhas/informação
	Promoção de emprego de qualidade; Combate à iliteracia; criação de estruturas culturais, desportivas e recreativas que estimulem a auto-estima.	Criação de emprego Ensino/formação Iniciativas culturais
	A qualificação escolar e o emprego são fundamentais nesta área onde é necessário actuar de forma integrada	Criação de emprego Ensino/formação
	Garantir, sempre que for o caso, o acompanhamento à integração social de membros novos na comunidade (imigrantes).	Integração social
	Criação de espaços de actividades para jovens; Incentivar a constituição de associações juvenis	Cooperação e parcerias
	Formar parcerias entre os agentes sociais económicos e autárquicos	Cooperação e parcerias
	Formação de parcerias entre agentes sociais - autarquia - agentes económicos	Cooperação e parcerias
	Mais e com melhores meios - agentes policiais	Serviços públicos
26. Criminalidade e insegurança	Acções de prevenção nas áreas da toxicoddependência; prevenção rodoviária; acções que atenuem o isolamento físico e social a que alguns agregados, sobretudo de idosos, estão sujeitos: redes de comunicação.	Campanhas/informação
	Acções de formação acompanhamento social e possibilidades de emprego	Ensino/formação



ANEXO D

FORMULÁRIO DE INQUÉRITO



Gostaríamos de saber a sua opinião sobre a situação do concelho em termos de desenvolvimento ambiental, económico e social, no que diz respeito a:

1. Recursos naturais e ambientais
2. Localização das principais infraestruturas logísticas
3. Sistema de transportes
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas
5. Situação das empresas localizadas no concelho
6. Diversificação da estrutura produtiva
7. Investimentos privados a captar para o concelho
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação
9. Internacionalização da economia
10. Oferta de serviços de apoio às empresas
11. Desenvolvimento agrícola
12. Desenvolvimento turístico
13. Dinâmicas de emprego/desemprego
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população
15. Sistema de ensino e rede escolar
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais
18. Ordenamento urbanístico e territorial
19. Qualidade urbanística
20. Qualidade dos serviços públicos
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector
25. Marginalização e exclusão social
26. Criminalidade e insegurança

Assim, pedíamos-lhe que identificasse de entre as 26 áreas temáticas acima elencadas, as 10 que lhe parecem mais relevantes em termos de futuro, não só do ponto de vista negativo ("as coisas vão piorar"), mas também do ponto de vista positivo ("as coisas vão melhorar") (marque no quadro seguinte com uma X as 10 áreas temáticas que escolher, tendo em conta o sinal que lhes atribui: + ou -).



	+	-
1. Recursos naturais e ambientais		
2. Localização das principais infraestruturas logísticas		
3. Sistema de transportes		
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas		
5. Situação das empresas localizadas no concelho		
6. Diversificação da estrutura produtiva		
7. Investimentos privados a captar para o concelho		
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação		
9. Internacionalização da economia		
10. Oferta de serviços de apoio às empresas		
11. Desenvolvimento agrícola		
12. Desenvolvimento turístico		
13. Dinâmicas de emprego/desemprego		
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população		
15. Sistema de ensino e rede escolar		
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos		
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais		
18. Ordenamento urbanístico e territorial		
19. Qualidade urbanística		
20. Qualidade dos serviços públicos		
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos		
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)		
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais		
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector		
25. Marginalização e exclusão social		
26. Criminalidade e insegurança		



Tendo apenas em conta as áreas temáticas de sinal positivo que escolheu, pontue a sua importância para o futuro do Concelho entre 1 (pouco importante) e 5 (muito importante) – marque com uma X.

	1	2	3	4	5
1. Recursos naturais e ambientais					
2. Localização das principais infraestruturas logísticas					
3. Sistema de transportes					
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas					
5. Situação das empresas localizadas no concelho					
6. Diversificação da estrutura produtiva					
7. Investimentos privados a captar para o concelho					
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação					
9. Internacionalização da economia					
10. Oferta de serviços de apoio às empresas					
11. Desenvolvimento agrícola					
12. Desenvolvimento turístico					
13. Dinâmicas de emprego/desemprego					
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população					
15. Sistema de ensino e rede escolar					
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos					
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais					
18. Ordenamento urbanístico e territorial					
19. Qualidade urbanística					
20. Qualidade dos serviços públicos					
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos					
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)					
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais					
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector					
25. Marginalização e exclusão social					
26. Criminalidade e insegurança					



E agora, tendo apenas em conta as áreas temáticas de sinal negativo que escolheu, pontue a sua importância para o futuro do Concelho entre 1 (pouco importante) e 5 (muito importante) – marque com uma X.

	1	2	3	4	5
1. Recursos naturais e ambientais					
2. Localização das principais infraestruturas logísticas					
3. Sistema de transportes					
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas					
5. Situação das empresas localizadas no concelho					
6. Diversificação da estrutura produtiva					
7. Investimentos privados a captar para o concelho					
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação					
9. Internacionalização da economia					
10. Oferta de serviços de apoio às empresas					
11. Desenvolvimento agrícola					
12. Desenvolvimento turístico					
13. Dinâmicas de emprego/desemprego					
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população					
15. Sistema de ensino e rede escolar					
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos					
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais					
18. Ordenamento urbanístico e territorial					
19. Qualidade urbanística					
20. Qualidade dos serviços públicos					
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos					
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)					
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais					
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector					
25. Marginalização e exclusão social					
26. Criminalidade e insegurança					



Agora vamos pedir-lhe que sugira acções que possam ultrapassar os sinais negativos que atribuiu a 3 das áreas temáticas que escolheu.

	<i>Proponho, para ultrapassar os sinais negativos que assinalai:</i>
1. Recursos naturais e ambientais	
2. Localização das principais infraestruturas logísticas	
3. Sistema de transportes	
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas	
5. Situação das empresas localizadas no concelho	
6. Diversificação da estrutura produtiva	
7. Investimentos privados a captar para o concelho	
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação	
9. Internacionalização da economia	
10. Oferta de serviços de apoio às empresas	
11. Desenvolvimento agrícola	
12. Desenvolvimento turístico	
13. Dinâmicas de emprego/desemprego	
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população	
15. Sistema de ensino e rede escolar	
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	



	<i>Proponho, para ultrapassar os sinais negativos que assinalei:</i>
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais	
18. Ordenamento urbanístico e territorial	
19. Qualidade urbanística	
20. Qualidade dos serviços públicos	
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos	
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais	
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector	
25. Marginalização e exclusão social	
26. Criminalidade e insegurança	



Agora vamos pedir-lhe que sugira acções que possam multiplicar os sinais positivos que atribuiu a 3 das áreas temáticas que escolheu.

	<i>Proponho, para potenciar os sinais positivos que assinalei:</i>
1. Recursos naturais e ambientais	
2. Localização das principais infraestruturas logísticas	
3. Sistema de transportes	
4. Posição geoestratégica e acessibilidades externas	
5. Situação das empresas localizadas no concelho	
6. Diversificação da estrutura produtiva	
7. Investimentos privados a captar para o concelho	
8. Desenvolvimento tecnológico e inovação	
9. Internacionalização da economia	
10. Oferta de serviços de apoio às empresas	
11. Desenvolvimento agrícola	
12. Desenvolvimento turístico	
13. Dinâmicas de emprego/desemprego	
14. Níveis de escolaridade e qualificação da população	
15. Sistema de ensino e rede escolar	
16. Acção e relacionamento dos agentes sociais, económicos e autárquicos	
17. Cooperação entre agentes económicos e institucionais	
18. Ordenamento urbanístico e territorial	



	<i>Proponho, para potenciar os sinais positivos que assinalei:</i>
19. Qualidade urbanística	
20. Qualidade dos serviços públicos	
21. Equipamentos e serviços culturais e desportivos	
22. Equipamentos e serviços sociais (educação, saúde, acção social, habitação)	
23. Vida associativa e tradições sócio-culturais	
24. Parcerias entre o sector público, o sector privado e o terceiro sector	
25. Marginalização e exclusão social	
26. Criminalidade e insegurança	

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO.

